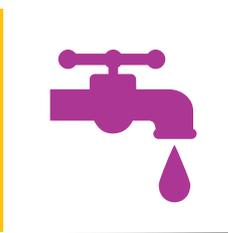
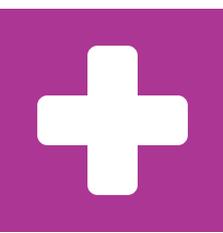


PLANO DE GOVERNO

2025/2028



Brasil
DA *esperança*



Plano de Governo

Federação Brasil da Esperança – PT/PV

Silvinha Forato e Vanessa Turolla

AMPARO

Administração 2025-2028

1) Apresentação

A palavra que define esse plano de governo é a intersetorialidade! É o trabalho em cooperação e solidariedade entre todas as áreas do governo. Mas, como fazer isso?

O plano de governo a seguir é dividido em dois grandes blocos.

O primeiro são as diretrizes norteadoras do plano, considerando: (1) a mudança demográfica que vem ocorrendo no Brasil nas últimas décadas e seus impactos nas cidades; (2) o acentuado envelhecimento da população; (3) a mudança de uma sociedade industrial urbana para uma sociedade de serviços, sendo de suma importância a valorização dos pequenos negócios e uma proposta de desenvolvimento regional para a região do Circuito das Águas Paulista; (4) o uso e ocupação do solo sustentável, considerando as mudanças climáticas e uma sociedade de serviços; (5) os impactos da pandemia no aumento da desigualdade social.

Além disso, enfatizamos a infraestrutura consistente que Amparo possui, produzida em grande parte nos 12 anos que administramos a cidade (2001 a 2012) e nosso compromisso de melhorarmos a qualidade do acesso e dos serviços públicos de nossa cidade.

O segundo bloco apresenta os eixos norteadores do plano, e traz uma grande inovação: um modelo de governar intersetorial. Ou seja, as políticas públicas são formuladas e executadas por meio dos programas integrados de governo e aplicadas nas 10 regiões territoriais definidas no plano.

Nosso objetivo é promover um desenvolvimento econômico, social e cultural de Amparo com sustentabilidade, preservando o meio ambiente, gerando emprego e renda e mais qualidade de vida ao nosso povo. Já administramos Amparo por 3 mandatos, sabemos como fazer e agora vamos fazer melhor!

Boa leitura.

2) Diretrizes norteadoras do Plano de Governo

1.1 – A tendência demografia no século XXI e seus impactos

A população do Brasil é de 203,1 milhões em 2022, com um aumento de 6,5% em relação ao censo de 2010. Isso representa um acréscimo de 12,3 milhões de pessoas no período. De 2010 a 2022, a taxa de crescimento anual da população do país foi de 0,52%.

O que nos revela os dados do IBGE na última década?

Entendemos que o Censo é um instrumento poderoso para compreendermos as tendências demográficas e seus impactos nos Municípios. Para subsidiarmos a elaboração desse Plano de Governo vamos citar apenas algumas tendências, que são de suma importância para o trabalho em questão:

- a) **Mudança demográfica: dos 5.570 municípios do país** (IBGE 28/8/2019):
- **28,6%** apresentaram **redução populacional** no último ano;
 - **49,6%** das cidades tiveram **crescimento** entre **zero e 1%**;
 - **4,8% (266 municípios)** apresentaram **crescimento** igual ou superior a **2%**.

No Censo de 2022 o IBGE confirma essa tendência, conforme reportagem do portal Terra:



<https://www.terra.com.br/noticias/censo-aponta-tendencias-de-queda-na-populacao,557c0fbdec4b0d090ddccd8dffec4188c95a7huu.html>

Importante entendermos que quando o IBGE fala em **idades médias**, entendemos que são, **na sua maioria, municípios entre 100mil e 200mil habitantes**. Chamamos de **“Cidades Polos”**. São, praticamente, esses 266 municípios citados no tópico acima e que possuem **algumas características peculiares**:

- Logística: cidades situadas próximas a importantes rodovias e aeroportos. Isso é relevante para empreendimentos como as indústrias e centros de distribuição.
- Sistema Universitário de Ensino;
- Sistema de alta complexidade em Saúde pública e oferta de serviços privados nas mais variadas especialidades clínicas;
- Comércio regional com grandes magazines;
- Empreendimentos que geram oportunidade de emprego e renda.

- b) **O envelhecimento da população** (IBGE Censo 2022):

A tabela abaixo ilustra a tendência da população brasileira. A diminuição do número de crianças e jovens de 0 a 14 anos, frente o aumento da população com mais de 60 anos. A tendência é que nas próximas décadas teremos mais pessoas com mais de 60 anos do que crianças e adolescentes até 14 anos.

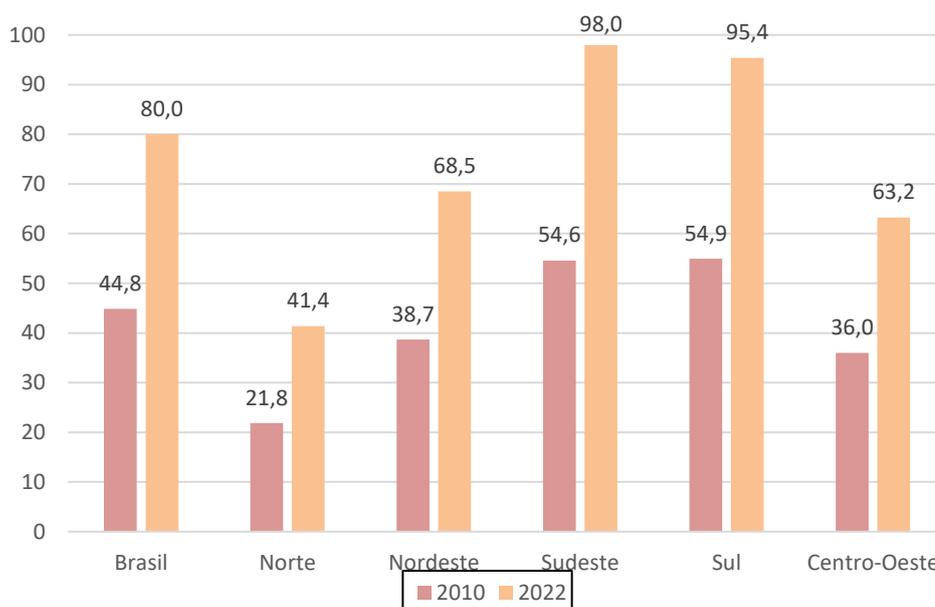
**Proporção da população residente por grupos etários
específicos - Brasil - 1980/2022**

Ano	População de 0 a 14 anos (%)	População de 15 a 59 anos (%)	População de 60 anos ou mais de idade (%)
1980	38,2	55,6	6,1
1991	34,7	58,0	7,3
2000	29,6	61,9	8,6
2010	24,1	65,1	10,8
2022	19,8	64,4	15,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980/2022.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Índice de envelhecimento (parâmetro: 60 anos ou mais de idade), segundo as Grandes Regiões - 2010/2022



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010/2022.

O **índice de envelhecimento do Brasil** em média, em 2022, é de 80 conforme gráfico acima. Quanto maior o valor do indicador, mais envelhecida é a população, ou seja, **há 80 pessoas idosas para cada 100 crianças de 0 a 14 anos**. Em 2010, o índice de envelhecimento era menor, correspondendo a **44,8**.

CONCLUSÕES:

- Em 2022, **2367 municípios diminuíram de população** (a grande maioria abaixo de 20 mil habitantes), principalmente devido à baixa taxa de natalidade e a migração de jovens para grandes centros; **os maiores crescimentos foram verificados nas “Cidades Polos”**.

Portanto é importante levar em consideração as **idades da região e os impactos nas políticas públicas locais** para a elaboração do plano de governo, principalmente em áreas estratégicas como **saúde; resíduos sólidos; geração de emprego e renda e turismo.**

- **O envelhecimento da população** é uma tendência irreversível, logo, os municípios tem que se preparar para implantar uma **política pública integrada que atenda essa faixa etária da população.** Estamos falando de uma política que garanta **uma cidade acessível, integradas as políticas de saúde, assistência social, esporte, lazer e cultura.**

E Amparo e região?

Podemos verificar pelas tabelas abaixo que a região do Circuito das Águas Paulista formada por seis cidades: Socorro, Águas de Lindóia, Lindóia, Serra Negra, Monte Alegre do Sul e Amparo; somadas as outras três cidades do entorno: Pedreira, Jaguariúna e Holambra (que formam o Consórcio Público de Turismo da região) seguem a tendência da mudança demográfica que está ocorrendo no País.

Socorro, Águas de Lindóia, Lindóia e Amparo e Pedreira tiveram redução de crescimento em 12 anos (de 2010 a 2022), apenas Monte Alegre do Sul e Serra Negra tiveram um aumento (muito provavelmente devido a migração causada pela pandemia de 2020), porém, em relação a Jaguariúna e Holambra esse crescimento não é significativo.

Ou seja, somando as seis cidades do Circuito das Águas e Pedreira, houve um aumento de 13.117 pessoas morando na região que compreende essas sete cidades, frente um aumento de 18.881 pessoas morando apenas em Jaguariúna e Holambra. Como abordamos anteriormente a questão da logística é a causa principal para isso acontecer, pois as duas cidades estão próximas da rodovia Mogi-Campinas e isso é uma variável que induz empreendimentos na região.

Portanto, considerarmos o **desenvolvimento regional sustentável** do Circuito das Águas, agregando as cidades de Pedreira, Jaguariúna e Holambra, seria uma **grande marca de território para atração de investimentos**, conseqüentemente gerando oportunidades de emprego e renda. Para isso, o nosso plano de governo possui a proposta de implantarmos instrumentos de Cooperação Federativa entre os municípios com esse objetivo.

	Socorro			Águas de Lindóia			Lindóia		
	população	crescimento	%	População	crescimento	%	população	crescimento	%
1996	30847			13542			4916		
2000	32784	1937	6,3%	16190	2648	19,6%	5331	415	8,4%
2010	36686	3902	11,9%	17266	1076	6,6%	6712	1381	25,9%
2022	40122	3436	9,4%	17930	664	3,8%	7014	302	4,5%

	Monte Alegre do Sul			Serra Negra			Amparo		
	população	crescimento	%	População	crescimento	%	população	crescimento	%
1996	6006			22295			55457		
2000	6321	315	5,2%	23851	1556	7,0%	60404	4947	8,9%
2010	7152	831	13,1%	26387	2536	10,6%	65829	5425	9,0%
2022	8627	1475	20,6%	29894	3507	13,3%	68008	2179	3,3%

	Pedreira			Jaguaríúna			Holambra		
	população	crescimento	%	População	crescimento	%	população	crescimento	%
1996	31890			25399			6653		
2000	35219	3329	10,4%	29597	4198	16,5%	7211	558	8,4%
2010	41558	6339	18,0%	44311	14714	49,7%	11299	4088	56,7%
2022	43112	1554	3,7%	59347	15036	33,9%	15094	3795	33,6%

% de crescimento em relação a 2010

	Diminuição
	aumento mediano
	aumento significativo

Uma questão importante é deixarmos clara a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Não é porque uma cidade cresce mais que a outra que isso significa que a qualidade de vida de sua população seja melhor. Como exemplo, podemos citar os aglomerados urbanos e as grandes cidades. Na sua maioria possuem os piores indicadores de desigualdade, violência, saneamento básico, mobilidade urbana, moradias, saúde e educação.

O crescimento e desenvolvimento das cidades são dois conceitos que muitas vezes são confundidos. O crescimento refere-se ao aumento do tamanho físico da cidade, enquanto o desenvolvimento refere-se ao progresso econômico, social e cultural de uma cidade.

O que defendemos é o crescimento ordenado propiciando desenvolvimento econômico, social e cultural, porém sustentável, preservando o meio ambiente! A consequência disso é uma melhor qualidade de vida à população.

A grande vantagem de Amparo: sua infraestrutura!

Amparo possui uma peculiaridade significativa em relação a muitas outras cidades. É sua infraestrutura!

Durante os 12 anos que administramos Amparo (2001 a 2012) procuramos solidificar essa infraestrutura e deixar um legado a cidade.

Foram construídos e/ou reformados e ampliados: nova prefeitura; 17 unidades de Saúde e 27 escolas; Centro de Controle de Zoonose; Centro Psico Social – CAPS e CAPS A/D (álcool e drogas); 2 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência de Atendimento à Mulher

(CRAM) (que foi fechado na administração seguinte); rádio cultura e museu reformados; Mercado Municipal restaurado; todos os bairros regulares asfaltados; 15 bairros iluminados; implantação de 3 fases do parque linear e projeto de centro; Estação de Tratamento de Esgotos licenciado pela CETESB; estruturação do SAAE – serviço autônomo de Água e Esgoto com troca de redes, implantação de reservatórios e ampliação de serviços; 6 centros esportivos; guarda civil reestrutura com equipamentos e capacitações; mais de 300 moradias construídas – programa Minha Casa Minha Vida; 12 loteamentos irregulares regularizados.

Além disso, possuímos dois hospitais credenciados pelo SUS e uma rede de medicina privada importante que atende toda a região.

Toda essa infraestrutura foi implantada porque sempre pensamos em produzir a cidade de maneira ordenada, ocupando os vazios urbanos!

Portanto, o momento que vivemos em Amparo é: em **primeiro lugar cuidar de toda essa infraestrutura que foi precarizada nos últimos 12 anos**; e em **segundo lugar é melhorar cada vez mais a qualidade dos serviços públicos prestados à população**. Ainda temos que construir alguns equipamentos públicos importantes (como apresentaremos posteriormente), porém, nossa grande vantagem não é ampliar significativamente esses equipamento e sim qualificar e melhorar o atendimento e os resultados dos serviços públicos prestados à população. **Vamos acolher bem a nossa população!**

1.2 – A desigualdade social

Segundo o Ministério da Cidadania em 2021, o número de famílias em extrema pobreza cresceu de 11 milhões para 14,6 milhões.

Os Centros de Referência de Assistência Social ganham protagonismo no enfrentamento dessa desigualdade juntamente com outras políticas sociais.



CONCLUSÕES:

- O fortalecimento das políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus equipamentos como os CRAS, integradas com outras políticas de governo são fundamentais para o enfrentamento da desigualdade;

- Um programa de inclusão produtiva que acolha e de perspectiva de vida, por meio, de capacitação e qualificação profissional as pessoas inscritas no Cadastro Único da Assistência Social é prioridade para esse momento pós-pandemia com o crescimento da desigualdade.

E Amparo?

Em Amparo, temos 14.310 mil pessoas de baixa renda, distribuídas em 5.550 mil famílias, inseridas no Cadastro Único do Governo Federal, com renda de até ½ salário mínimo (2024), o que representa aproximadamente 14% da população. Destas, 2.250 mil famílias são beneficiadas pelo programa Bolsa Família, com recebimento, em média, de R\$ 670,04 por família, o que representa cerca 40% das famílias inscritas no Cadastro Único (5.800 pessoas recebendo Bolsa Família – 8,6% da população aproximadamente).

Além disso, são:

- 1,22 mil crianças de 0 a 6 anos beneficiadas com R\$ 150,00;
- 1,66 mil crianças e adolescentes de 7 a 18 anos incompletos e 126 gestantes beneficiados com R\$ 50,00;
- 82,86% das famílias são chefiadas por mulheres.
- 695 famílias beneficiadas pelo programa Auxílio Gás.

Benefício de Prestação Continuada – BPC :

- 1,16 mil pessoas beneficiadas no mês;
- 648 pessoas com deficiência – PcD;
- 516 pessoas idosas.

Portanto, um programa que atue no aumento de renda dessas famílias é prioridade desse Plano de Governo, com o objetivo de diminuirmos a desigualdade em nosso município.

1.3 – A mudança de uma sociedade industrial urbana para uma sociedade de serviços e seus impactos

Assim como aconteceu há mais de 100 anos atrás, quando o mundo passou de uma sociedade rural para uma sociedade industrial urbana, o final do século XX, marcou a transformação dessa sociedade industrial urbana para uma sociedade de serviços. Várias reportagens abordaram essa tendência e seus impactos mesmo antes da pandemia:



A consequência desse processo foi um aumento significativo de empresas na área de prestação de serviços, e principalmente um grande crescimento do Micro Empreendedor Individual (MEI) conforme gráfico abaixo:



Além disso, ultimamente o setor de serviços vem sendo o maior gerador de empregos no País:

Destaque para Serviços - O setor que mais gerou empregos no mês foi o de serviços, com geração de 148.722 vagas, seguido do comércio (37.493), da indústria (35.886) e construção (28.666). 30 de abr. de 2023

<http://www.gov.br> - Abil

Brasil gerou 244.315 empregos formais em março, segundo Caged

Outra característica desse fenômeno é o avanço da economia digital, principalmente pós-pandemia em 2020:



Diante desse processo temos um grande desafio a enfrentar: o aumento da produtividade de nossos pequenos negócios, que representam o setor de serviços. Devemos lembrar que hoje os pequenos negócios representam mais de 98% das empresas no País (DataSebrae 2020). Estamos falando de Micro Empreendedor Individual (MEI), Micro Empresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e pequenos produtores rurais. A folha de São Paulo apresentou um estudo bastante abrangente sobre o tema:

Produtividade trava crescimento, e nível brasileiro é 1/4 do americano

Especialistas veem situação 'trágica'; com queda da população ativa, país tende a empobrecer

FOLHA DE SÃO PAULO

16 Jun 2024 às 21:00

EDIÇÃO IMPRESSA

Quadrado de texto A- A+

Fernando Canziani

SÃO PAULO Os últimos anos foram trágicos para a produtividade do trabalho no Brasil. O fator será cada vez mais determinante para que o país cresça e enriqueça diante da tendência de diminuição de sua população economicamente ativa — o que tende a jogar a produtividade para baixo.

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/06/produtividade-trava-crescimento-e-brasileiro-produz-14-do-americano.shtml>

CONCLUSÕES:

- Esse processo de **transformação de uma sociedade industrial urbana para serviços**, com o **avanço da economia digital**, tem como consequência um fenômeno chamado de **“desterritorialização”**, ou seja, a cidade e o território local acabam perdendo sua

identidade sociocultural e, com isso, há também uma fuga de capital local. As pessoas deixam de comprar na cidade e optam por produtos globalizados ofertados pelas grandes plataformas de vendas;

- Para enfrentarmos esse fenômeno o nosso plano de governo propõe o **fortalecimento de nossos pequenos negócios, aumentando sua produtividade**. Além disso, um grande **programa de compras públicas e cooperativismo**, proporcionando as **empresas locais ofertarem seus produtos à prefeitura**, aumentando seus faturamentos e gerando emprego na cidade;
- Outra proposta de nosso plano de governo é por meio de **instrumentos de cooperação federativa** com os outros municípios, **criarmos uma marca-território para o Circuito das Águas** por meio das **Identificações Geográficas (IGs)**, valorizando nossa identidade sociocultural, agregando valor em nossos produtos e consequentemente atraindo investimento externo, gerando emprego e renda na região. O caminho para isso pode ser através do Serviço de Inspeção Municipal Consorciado (SIM) que abordaremos mais adiante.

E Amparo e região?

A região do Circuito das Águas Paulista segue a tendência nacional:

	Total de empresas	Serviços	Comércio	Indústria	Construção Civil	Agropecuária
Socorro	8519	1832	1549	635	362	4141
Águas de Lindóia	3223	1241	900	534	289	259
Lindóia	963	331	226	147	192	157
Monta Alegre do Sul	1610	501	282	123	78	626
Serra Negra	4985	1669	1340	572	572	1043
Amparo	8743	3519	2128	1034	773	1289
Pedreira	5346	1850	1968	924	408	196
Jaguariúna	7345	3690	1894	651	662	448
Holambra	2351	884	571	158	97	641

 principal setor econômico

	Total de empresas	MEI	ME	EPP	Demais
Socorro	8519	2367	1677	192	4283
Águas de Lindóia	3223	1691	1026	134	372
Lindóia	963	479	244	37	203
Monta Alegre do Sul	1610	514	403	37	656
Serra Negra	4985	2149	1522	133	1181
Amparo	8743	4411	2224	400	1708
Pedreira	5346	2785	1879	274	408
Jaguariúna	7345	3696	2239	424	1043
Holambra	2351	662	733	136	820

Fonte: Receita Federal
11/05/2020

 principal porte de empresa

Percebe-se que o principal setor econômico da região é o de serviços, exceto em Socorro e Monte Alegre do Sul que é a agropecuária. Em relação ao porte das empresas o MEI prevalece em cinco cidades, mas, mesmo Socorro, Monte Alegre do Sul e Holambra a maioria das empresas são relacionadas à produção agropecuária, que na sua maioria são pequenos produtores.

Logo, o fortalecimento do pequeno negócio se torna uma política pública de fundamental relevância para a geração de novas oportunidades de trabalho.

1.4 – O uso e ocupação do solo como instrumento de desenvolvimento sustentável e prevenção/adaptação para as mudanças climáticas

Diante desse contexto o marco regulatório do uso e ocupação do solo se torna central para a construção de um plano de governo que tem como objetivo produzir um crescimento ordenado da cidade, gerar desenvolvimento econômico, social e cultural, com sustentabilidade ambiental.

Como fazer isso?

O Plano Diretor de 2006 que foi aprovado na gestão do então Prefeito César Pagan, traz importantes contribuições nesse sentido. Primeiramente traz a necessidade de termos **planos setoriais de mobilidade urbana, habitação e regularização fundiária e saneamento**. Durante os anos subsequentes esses planos foram elaborados, sendo que muitas ações relativas aos planos foram implantadas. Porém, a partir de 2013, muita coisa foi descontinuada ou não teve continuidade.

Portanto três ações serão prioridades:

- **Retomada e revisão dos planos setoriais considerando** esse novo contexto que estamos vivendo: **mudança demográfica significativa de nossa região; uma sociedade de serviços com economia digital acentuada; aumento da desigualdade; envelhecimento da população e mudanças climáticas;**
- **Revisão do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUAS)** para definirmos:

- **Delimitação clara entre área urbana e área rural**, considerando a projeção de crescimento da cidade;
- **E o mais importante!** A definição de um **instrumento do Estatuto da Cidade: o Mapa da Cidade**, que já consta em nosso plano diretor. Esse instrumento que definirá o **crescimento da cidade respeitando as áreas de inundação, os relevos acentuados, preservando as áreas de preservação permanente**. Além disso, garantirá áreas institucionais para construção de **escolas, unidades de saúde, centros esportivos, áreas de lazer, entre outros**, em uma futura expansão da cidade. É a **produção da cidade com sustentabilidade!** Esse instrumento também permite a aprovação de loteamentos de uma maneira mais rápida e com transparência.
- **Revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo** para garantir o desenvolvimento econômico em uma sociedade de serviços, onde mais de 90% da cidade são pequenos negócios e produção rural. A **revisão da LUOS** juntamente com a **regulamentação da Lei da Liberdade Econômica**, definindo claramente os **CNAEs – Código Nacional das Atividades Empresariais em atividades de baixo, moderado e alto risco**, garantiremos uma **expansão acentuada da atividade econômica**, pois, o tempo de abertura de empresas será reduzido consideravelmente (podendo ser online). Com isso, resolveremos um dos grandes problemas do País para a abertura de empresas: a demora e a burocracia exigida pelos órgãos públicos.

1.5 – A estrutura territorial do Plano de Governo



1. Arcadas
2. Três Pontes
3. Área Rural
4. São Dimas, Modelo, Vale Verde, Chácara São João, Santa Maria do Amparo.
5. Sivestre(s)
6. Camanducaia
7. Centro/ Pinheirinho
8. América/ Figueira
9. Moreirinha, Jardim das Aves
10. Jardim Brasil

NÃO QUEREMOS CENTRO X PERIFERIA... QUEREMOS CIDADE!

A diretriz é essa: queremos cidade!

Para isso dividimos o município em dez regiões conforme ilustra a figura acima. E como Amparo possui uma cobertura do Programa de Saúde da Família (PSF) em quase todo seu território, partimos das Unidades de Saúde a divisão das regiões, pois, temos praticamente todas as famílias cadastradas no PSF.

Por que essa proposta? O que significa termos “CIDADE” nessas regiões?

Significa:

- Oferta serviços públicos de qualidade a população em cada uma dessas regiões.
- Por meio do instrumento e da lei do “Mapa da Cidade”, será definido a necessidade de cada região em relação aos equipamentos públicos: centros esportivos, escolas, unidades de saúde, CRAS, praças, entre outros;
- Oferta de serviços e atividades nas regiões: internet grátis nas praças, atividades esportivas culturais e de lazer; centrais de atendimento a população; segurança pública, capacitações para formação profissional, entre outras;
- Definição do IDH de cada região. Com isso as outorgas onerosas de contrapartida são depositadas em um fundo específico para que obras sejam executadas nas regiões de menores IDH.
- Participação popular: a população irá definir e acompanhar quais obras e/ou serviços serão executados na região.

Além disso, cada região terá seu orçamento para os programas específicos, conforme ilustra a figura abaixo. Por exemplo, o programa da criança e adolescente da região 1 terão ações de todas as secretarias integradas e orçamento próprio para sua execução, e assim sucessivamente.



Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030.



Os programas de nosso Plano de Governo, em sua maioria, seguem as metas e indicadores dos ODS: <https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>

3) Os eixos norteadores do Plano de Governo inseridos na estrutura territorial

Os eixos norteadores são a base para definirmos as políticas públicas setoriais das respectivas áreas na estrutura organizacional da prefeitura (secretarias, diretorias, etc.) e as políticas públicas de farão parte de programas integrados para cada região territorial.

I. Valorização do servidor público

Entendemos que a valorização do servidor público é de fundamental importância para que a gestão pública possa corresponder às necessidades da população. Durante os 12 anos que administramos Amparo (2001 a 2012) sempre houve reposição da inflação, várias categorias foram ajustados os salários; nunca faltou merenda, material de limpeza, e matérias pedagógicas nas escolas, unidades de saúde e demais equipamentos públicos.

Nossas principais propostas são:

- Salário:
 - Garantir a reposição da inflação;
 - Definir uma política salarial das categorias baseada em três fatores: salário referências das categorias; base socioterritorial da região; limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Garantia de condições de trabalho:
 - Locais de trabalho salubres e bem cuidados, com manutenção periódica;
 - Oferta de equipamentos e material de trabalho.
- Participação da elaboração para a execução das políticas públicas: incentivar a democracia institucional com a contribuição dos servidores, ouvindo seu conhecimento para a elaboração e execução das políticas públicas propostas;
- Fortalecer e valorizar o Conselho Tutelar;
- Escola de Governo: criar em Lei a Escola de Governo de Amparo para capacitação e formação dos servidores municipais.

II. Participação popular

Nossa proposta é uma ampla participação popular ouvindo a população em cada uma das 10 regiões territoriais propostas no item 1.5.

A estrutura da participação popular é definida pelas seguintes instâncias de participação:

- Comitê de região formado por servidores públicos e coordenações da área da saúde, educação, assistência social, esportes, cultura, segurança, desenvolvimento econômico, infraestrutura e desenvolvimento urbano, gabinete da prefeita;
- Conselho de região formado por representantes da sociedade civil e prefeituras;
- Plenárias de região com a participação de toda a população.

A proposta segue a diretriz que definimos anteriormente: vamos produzir cidade e não periferia x centro. Por meio no mapa da cidade apresentaremos a população tudo que iremos oferecer de serviços públicos e equipamentos e por meio das instâncias de participação juntamente com a população iremos acompanhar e monitorar a

implantação das políticas públicas nas regiões e decidir com a população as suas necessidades.

III. Desenvolvimento regional sustentável

Conforme apresentado nas diretrizes norteadoras, a região do circuito das águas paulista passa por um processo de estabilização do crescimento da população. Isso é muito relevante, pois, poderemos construir um desenvolvimento regional mais sustentável e maior qualidade de cidade a nossa população. Além disso, as cidades da região possuem uma economia relevante centrada em serviços, produção agrícola, turismo e cadeia produtiva em relação às médias e grandes empresas.

Portanto, é fundamental pensarmos uma política de cooperação federativa entre os os 6 municípios do circuito as águas incluindo Pedreira, Jaguarúna e Holambra.

Principais propostas:

- Implantação do serviço de inspeção municipal consorciado entre os 9 municípios, garantindo expansão de mercado a todos os produtores rurais do SIM;
- Implantar rotas de turismo regional a partir das propriedades do SIM;
- Implantar roteiros gastronômicos regionais a partir dos produtos do SIM e da produção local;
- Apoiar a implantação de Identificações Geográficas da região;
- Amparo participar do Consorcio de Saúde Regional e propor uma rede de clínicas credenciadas e redefinição dos equipamentos públicos da região (hospitais e AME) com o objetivo de agilizar o atendimento em média complexidade, desafogar os hospitais, e impulsionar uma economia regional da saúde, geralmente empregos locais.

IV. Acolhimento à população – qualificação do acesso a serviços públicos

Como mencionamos anteriormente, Amparo possui uma infraestrutura privilegiada. A proposta desse eixo é a qualificação dos equipamentos, e o mais importante melhorar o acesso à população aos serviços públicos.

a. Educação

Contextualização:

De acordo com informações do QEDU, baseada no Censo Escolar de 2023, Amparo possui 28 escolas municipais e apresenta os seguintes dados de matrícula:

- Creche (crianças de 0 a 3 anos): 1.141 matrículas
- Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos): 1.297 matrículas
- Ensino Fundamental Anos iniciais: 2.347 matrículas

Pelo QEDU é possível observar dados importantes sobre o desempenho geral na rede municipal, como retenção e distorção idade-série.

Principais problemas:

Qualidade no atendimento

- Condições físicas de prédios escolares em situação precária, sem manutenção adequada e espaços sem condições de uso;
- Materiais pedagógicos e escolares disponíveis nas escolas são de baixa qualidade, pouca variedade e em número insuficiente para uso dos alunos. Em 2023 foi entregue um kit escolar com mochila e materiais básicos, mas isto limita a prática pedagógica ao uso de caderno, lápis, caneta e apostila (SESI);
- Número insuficiente de vagas em creche (criança até 3 anos);
- Alimentação Escolar com qualidade insatisfatória e pouca variedade nos cardápios escolares em todas as etapas escolares.
- Redução do número de profissionais para atendimento adequado de crianças com deficiências e/ou necessidades especiais nas salas regulares para promover uma educação efetivamente inclusiva.
- Transporte escolar: vem sendo realizado de maneira precária, há ônibus com número insuficiente de assentos para os alunos, sendo que vários deles viajam em pé até a escola.

Valorização dos Profissionais da Educação

- Descumprimento do pagamento Piso Nacional do Magistério pelo município de Amparo desde 2022. Em 2024 o valor mínimo definido pelo governo para 2024 foi de R\$ 4.580,57. O edital 001/24 da PMA coloca a remuneração para 40h em valores entre R\$ 3.220,50 - R\$ 3.845,63.
- Formação continuada dos professores e profissionais da educação em diferentes temas. Atualmente o foco da formação está no uso da Apostila SESI.
- Gestão Democrática: atualmente as decisões e ações da Secretaria de Educação são estabelecidas de forma autoritária, sem diálogo e sem levar consideração as necessidades efetivas das unidades escolares.

Programas Integrados

- Os projetos culturais e esportivos destinados aos alunos são limitados em termos de território, número de vagas e duração, pois a "Escola das Artes e Cultura de Amparo" é situada no centro da cidade atendendo público residente nessa região ou que possui facilidade de locomoção.

Nossas propostas:

Qualidade no atendimento

- Realizar a reforma e manutenção dos prédios escolares a partir de um levantamento das condições dos mesmos, estabelecendo um cronograma de prioridades;

- Adquirir materiais e equipamentos para uso nas escolas com a participação de professores e gestores no processo licitatório;
- Zerar o número de vagas em creche levando em consideração as necessidades dos diferentes territórios;
- Assegurar a compra da alimentação escolar para as escolas priorizando o agricultor familiar ou organizações familiares, cooperativas e associações produtoras de alimentos, orgânicos e agro ecológico e a diversidade de gêneros alimentícios de acordo com os referenciais do Programa de Alimentação Escolar;
- Promover e garantir os princípios da educação inclusiva, por meio da articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar e suplementar, ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola, de outra escola da rede pública ou em instituições conveniadas. (PNE 2024/2034);
- Promover a qualidade do atendimento com transporte escolar;
- Incentivo à participação dos alunos da rede em olimpíadas de conhecimento.

Valorização dos Profissionais da Educação

- Garantir a remuneração dos professores de acordo com o Piso Nacional e garantir os direitos previstos no Estatuto do Magistério.
- Garantir a valorização dos professores e profissionais da educação promovendo ações de formação continuada, considerando as necessidades locais e os programas propostos pelo Ministério da Educação.
- Promover a gestão democrática no sistema de ensino e escolas, promovendo ações de fortalecimento de participação em conselhos e colegiados.

Programas Integrados

- Retomar a o Projeto “Ciranda Criança”, ampliando as vagas para participação em projetos culturais e esportivos a serem desenvolvidos escolas, instituições e/ou Organizações da Sociedade Civil em diferentes regiões da cidade, atendendo crianças e jovens da rede municipal e também da rede estadual no contraturno escolar;
- Construir um Centro de Educação Unificado (CEU) para atender crianças em período integral em um espaço adequado para práticas culturais e esportivas; com laboratórios de inovação e educação empreendedora; com acompanhamento das áreas da saúde e assistência social para uma atuação conjunta para casos como o autismo, violência doméstica, entre outros. Exemplos de modelos de CEU em outras cidades:



Santo Amaro – São Paulo/SP



Atibaia/SP

b. Saúde

SAÚDE – Atenção básica

Contextualização:

Atenção Primária à Saúde (APS) é, preferencialmente, o local onde ocorre o primeiro contato do cidadão com o Sistema Único de Saúde (SUS), além de ser o nível de cuidado que ordena toda a rede pública. A APS de Amparo foi observatório nacional em relação ao modelo de trabalho desenvolvido, e sua gestão compartilhada junto aos movimentos sociais organizados o que possibilitou ser por anos campo formativo da residência de medicina da família da UNICAMP.

Atualmente o MS para qualificar os serviços oferecidos aos usuários vem implantando o conceito de “APS do Futuro”, com perspectivas que guiarão a Atenção Primária nos próximos anos. Sendo assim, esse Plano de Governo pautara o desenvolvimento da Saúde Pública em Amparo estruturado na ampliação da cobertura da APS, e sua qualificação em relação aos atributos essenciais.

Principais problemas:

- Baixo desempenho nos programas de avaliação da APS – Previne Brasil;
- Baixa resolutividade e qualidade de vínculo comprometido nos territórios;
- Sucateamento das estruturas físicas e patrimoniais;
- Deficiência em políticas de gestão do trabalho e Educação permanente;
- Ausência de Plano de Carreira e espaços democráticos e deliberativos para gestão do SUS

Nossas propostas:

- Realizar novo processo de territorialização no município para melhor dimensionar e ampliar as equipes de saúde da família;
- Ampliar as unidades de saúde com foco ao desenvolvimento ao trabalho da equipe E-Multi;
- Implantar no mínimo 3 E-multi;
- Implantar uma equipe de Consultório de Rua
- Aderir ao Programa Saúde na Hora do Governo Federal, garantindo o funcionamento das Unidades no mínimo 12 horas, a fim de facilitar o acesso a população trabalhadora;
- Retomar, ampliar e fortalecer os conselhos locais de saúde existentes, bem como estimular a criação de novos espaços de participação social e popular em saúde

SAÚDE – Média e Alta complexidade e Assistência Farmacêutica

Contextualização

A organização da prestação da assistência no SUS é baseada em dois princípios fundamentais: a regionalização e a hierarquização.

As ações e procedimentos considerados de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar constituem-se para os gestores um importante elenco de responsabilidades, serviços e procedimentos relevantes para a garantia da resolutividade e integralidade da assistência ao cidadão.

Portanto esse plano de governo tem como premissa reconhecer que as responsabilidades para atingir esse objetivo é a articulação interfederativa e regionalizada.

Principais problemas

- Comprometimento do custeio municipal para garantir o financiamento da Santa Casa
- Atendimento de Pronto-Socorro não atrelado as diretrizes da APS;
- Ausência de Política Governamental sustentável em relação a RUE- Rede de Urgência e Emergência
- Ausência de serviços sistematizados de reabilitação, em consonância com políticas financiáveis pelo MS
- Farmácias com acesso limitadas
- Filas de Espera para cirurgias e especialidades

Nossas propostas

- Implantação de SAMU Regional
- Implantação do CER -2
- Discussão junto a CIR sobre a região ‘Circuito das Águas’, viabilidade e sustentabilidade em relação à rede regulatória e resolutiva da região;
- Implementação de UPA
- Implantar abertura de uma farmácia no noturno e aos fins de semana
- Fazer diagnóstico sobre o comprometimento dos recursos empregados na Santa Casa;

- Implantação de serviços digitais, ou seja, telediagnóstico e teleassistência

SAÚDE – MAC – Saúde mental e Neurodivergências

Contextualização

Principais problemas:

- Aumento das demandas de sofrimento psíquico e outras neurodivergências
- Disponibilidade de serviços que não integram a RAPS, e que compromete o custeio e a resolutividade;
- Ausência de articulação com Assistência Social e Educação;

Nossas propostas:

- Implantação do CAPS-IJ
- Implantação do CAPS-3
- Implantação de equipe PSE- Saúde na escola para desenvolvimento das ações inclusivas e de reabilitação

c. Assistência Social

Contextualização

A Política de Assistência Social

A Assistência Social, como prevê o Artigo 1º da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), é direito do cidadão e dever do Estado, e se configura como Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Como meio de garantir e Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS (implantação consolidada em 2005, por meio da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS)), é um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo, isto é, Municípios, Estados e a União, para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. O SUAS é dividido em dois níveis de atenção, sendo eles: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

De modo amplo, o conjunto de serviços realizados dentro do SUAS, considerando seus níveis de atenção, visam a defesa e a efetivação dos direitos sociais de cada indivíduo, além da proteção social, a promoção da cidadania, o enfrentamento das desigualdades sociais e o impulsionamento da emancipação social. Todos esses serviços devem ser planejados e implantados considerando as especificidades sociais de cada território.

O Município de Amparo – SP: realidade social

O município de Amparo, situado no interior do estado de São Paulo, é considerado de médio porte e cresce anualmente, contava com 68.008 pessoas, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A densidade demográfica em 2022 era de 152,72 hab/km².

No que diz respeito à trabalho, rendimento e economia, em 2021, o PIB *per capita* era de R\$70.437,56, colocando o município na 58ª posição dentre os 645 municípios do Estado. Ainda, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2021 era de 2,7 salários mínimos; 36,82% da população era ocupada (2021); e, 24,9% era o percentual da população com rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo (2010), colocando o município em 628 lugar dentre os 645 do estado, e indicando significativa desigualdade social.

À vista disso, o Relatório de Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, indica que em maio de 2024, o município apresenta 5.554 famílias no Cadastro Único, ou seja, que são usuárias dos serviços de Assistência Social, sendo respectivamente, 2.096 famílias em situação de pobreza; 1.225 famílias em situação de baixa renda e 2.233 famílias com renda *per capita* mensal acima de ½ salário mínimo.

A Rede de Assistência Social do município de Amparo – SP, conta com dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma Central de Atendimento do Cadastro Único, um Centro Dia do Idoso, além de 14 entidades socioassistenciais que executam serviços tipificados e atendem grande parte da população em vulnerabilidade social.

Destarte, com base nas estatísticas apresentadas, se pode compreender o papel fundamental e inquestionável que a política de Assistência Social deve desempenhar no município, o que remete à necessidade de priorização de uma significativa reestruturação e aperfeiçoamento de toda a política pública à nível municipal. Isso, visando uma eficaz gestão técnica das ações, programas e serviços dentre os equipamentos e organizações do SUAS, como também as articulações com outras políticas públicas indissociáveis, como saúde e educação, almejando unicamente propiciar à população a efetivação de seus direitos sociais.

Principais problemas:

- Não compreensão da Assistência Social como Política Pública de caráter essencial, que deve ser estruturada de forma continuada, permanente e planejada observada as demandas e vulnerabilidades sociais territoriais;
- Inexistência de Gestão Técnica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Privatização dos Serviços Socioassistenciais Tipificados sem adequada garantia de recursos financeiros; supervisão, avaliação e monitoramento da qualidade técnica dos serviços realizados;
- Inexistência do Trabalho em Rede de eficiência, com fluxos, protocolos, referência e contrarreferência entre OSCs, Equipamentos Públicos do SUAS, bem como a Articulação Intersetorial com outras políticas públicas, como Educação, Saúde e Habitação;

- Sobrecarga, baixa remuneração e não valorização dos trabalhadores do SUAS, bem como, incompreensão das respectivas atribuições e autonomia técnica de cada profissional.

Nossas propostas:

- Viabilizar a construção democrática e participativa do Plano Municipal de Assistência Social, impulsionando a valorização dessa política pública, divulgando os serviços e programas oferecidos; investindo no aperfeiçoamento e planejamento técnico constante;
- Garantir, a composição da Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, bem como de seus departamentos, por profissionais com conhecimento, formação técnica e experiência na área;
- Proporcionar apoio e supervisão técnica constante às organizações de sociedade civil que realizam Serviços Tipificados, afim de manter e aprimorar a qualidade técnica dos serviços prestados;
- Criar e implantar o Plano de Educação Permanente para os profissionais do SUAS por meio da Escola de Governo;
- Efetivar número adequado de profissionais (RH) em todos os equipamentos públicos, a fim de zerar filas de demandas reprimidas, não só com o objetivo de atender a NOB/RH/SUAS, como também, as demandas sociais específicas do município;
- Viabilizar a criação de uma equipe de CRAS itinerante, que atenda as regiões descentralizadas e rurais (considerando esta especificidade do município), para que haja, inclusive, estreitamento da relação entre o equipamento público e as OSCs referenciadas;
- Garantir a execução integral do orçamento federal do Ministério de Desenvolvimento Social repassado ao município;
- Criar o Cargo Público de Educador Social, bem como efetivar a contratação para a execução dos Serviços Tipificados por estes profissionais nos equipamentos públicos;
- Implantar a descentralização do atendimento para o Cadastro Único, com o objetivo de otimizar e acelerar a efetivação das demandas dos usuários; além de promover o fácil acesso das famílias às Políticas, Programas, Serviços e Benefícios;
- Estabelecer percentual mínimo no orçamento municipal anual para a pasta de Assistência Social;
- Implantar a Lei nº 13.431 de 04 de abril de 2017 – Lei da Escuta Especializada e o Decreto nº 9.603 de 10 de dezembro de 2018 – com fluxos, protocolos, processos de trabalho e ações intersetoriais estabelecidas, visando a proteção da vítima, a não Revitimização e a garantia de seus direitos;
- Desburocratizar o processo de execução, monitoramento e prestação de contas de parceiras com as organizações de sociedade civil;
- Sistematizar, dentro da secretaria, os trâmites para Emendas Impositivas direcionadas à política de assistência social, simplificando o processo de celebração de parcerias;
- Viabilizar, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, o fornecimento de transporte para os usuários acessarem os serviços nas organizações de

sociedade civil e nos equipamentos públicos, principalmente os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que são de caráter contínuo;

- Garantir o aprimoramento constante da Vigilância Socioassistencial, considerando as necessidades da população e a oferta de serviços específicos em cada território;
- Reformular a legislação vigente para garantir a participação dos usuários e trabalhadores do SUAS no Conselho Municipal de Assistência Social, através da criação de cadeiras específicas nesse conselho;
- Planejar a qualificação continuada e permanente dos Conselheiros, priorizando o início de cada mandato;
- Estabelecer articulações da rede socioassistencial e intersetorial para efetivar a profissionalização do SUAS e a efetividade dos serviços, por meio de protocolos, fluxos, ações e processos de trabalho;
- Criar espaços, eventos, audiências de participação popular, a fim de discutir, analisar e sugerir ações a respeito da Assistência Social, visando o estreitamento da relação entre o Poder Público e os usuários do serviço;
- Garantir a participação social na elaboração e aprovação do orçamento destinado ao SUAS;
- Assegurar a valorização, equidade salarial e/ou de carga horária dos trabalhadores do SUAS conforme nível de atuação;
- Implantar grupos de trabalho intersetoriais, entre as diferentes políticas públicas, para a garantia de efetivo atendimento para oferta de projetos, programas e serviços;
- Gerenciar as condições ocupacionais dos trabalhadores do SUAS, a fim de proporcionar ações integradas para prevenção de doenças psicossociais ocupacionais e/ou intervir em situações já existentes;
- Aumentar e fortalecer as parcerias com as OSCs para ofertas de serviços do SUAS, além de realizar editais específicos para realização de serviços em territórios que atualmente não tem cobertura;
- Garantir recursos financeiros adequados às organizações de sociedade civil que realizam serviços tipificados, conforme suas metas e objetivos, visando a qualidade técnica do serviço oferecido;
- Garantir recursos do tesouro para o Fundo Municipal do Idoso - FMI e para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, visto que viabilizam importantes projetos complementares à Política de Assistência Social do Município;
- Fortalecer os serviços de acompanhamento das famílias beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda, articulando ações com a Assistência Social, Educação, Saúde e Previdência Social, visando romper com os atendimentos segmentados e descontextualizados;
- Ampliar a divulgação técnica das informações dos Benefícios socioassistenciais, Serviços e Programas da Assistência Social para facilitar o acesso dos usuários ao conhecimento e busca de seus direitos.
- Implantar o terceiro CRAS;
- Implantar um programa de inclusão produtiva com apoio dos CRAS para o público inscrito no Cadastro Único para aumento da renda familiar, gerando emprego.

d. Segurança Pública

Contextualização:

Amparo conta atualmente com uma população de aproximadamente 70.000 (setenta mil) habitantes, mais precisamente 68.008 (sessenta e oito mil e oito), para uma área territorial total de 445,323 Km².

As estatísticas do Governo do Estado de São Paulo apontam como principais crimes que ocorrem no município são furtos e roubos em geral e de veículos. A taxa de homicídio é baixa em nosso município.

Além disso, grande parte dos furtos ocorridos está ligado a outro grande problema social e policial, o tráfico e uso de drogas ilícitas.

Há também necessidade urgente de medidas no que diz respeito à proteção às mulheres vítima de violência doméstica, bem como as crianças e idosos em situação de vulnerabilidade.

A violência aliada à falta de educação no trânsito também acarreta alta demanda de atendimentos médicos e, conseqüentemente superlotação dos hospitais e postos de saúde, além de implicar nos empenhos das forças policiais por longos períodos.

Principais problemas:

- Não há política de ações conjuntas de enfrentamento à prática de crimes de furtos, roubos e tráfico de drogas entre os órgãos de segurança do município não obstante a prevenção dessa prática delituosa seja de competência da Polícia Militar e, a investigação da Polícia Civil;
- Violência contra a mulher. Não há rede de atendimento às mulheres em caso de violência doméstica;
- Segurança Viária. A violência aliada à falta de educação no trânsito também acarreta alta demanda de atendimentos médicos e, conseqüentemente superlotação dos hospitais e postos de saúde. Verificar se há algum estudo atual acerca da situação viária do município, o que não deve existir. Exemplo disso a catastrófica obra realizada no entroncamento da avenida Dr. Carlos Burgos com a rua Portugal, sem qualquer estudo do impacto no tráfego de veículos, pedestres e ciclistas.

Nossas propostas:

- Num primeiro momento realizar diagnóstico a partir de dados e informações coletadas de estatísticas oficiais e num segundo momento, agregar informações identificadas através de entrevistas com gestores de cada região territorial ou nas plenárias de participação popular;

- Implantação de um observatório municipal de segurança entre os chefes das forças de segurança dos municípios dentro do gabinete de gestão integrada - GGI, com reuniões periódicas (mensais, as ordinárias), visando:
 - Discussão sobre problemas relacionados à segurança pública e de que forma podem ser resolvidos ou quais órgãos poderão ser provocados para participação do debate para resolução da demanda apresentadas;
 - Discussão sobre problemas pontuais de crimes que possam estar gerando aflição social e as medidas que podem ser adotadas visando a solução daquela demanda;
- Com relação a crimes contra a vida (homicídio, principalmente), intensificar a troca de informações criminais entre as polícias com vistas a aumentar a taxa de esclarecimento dessa modalidade criminosa, além de fiscalização nos estabelecimentos comerciais (fiscalização integrada, administrativa – alvará e cumprimento do horário de funcionamento; e criminal, porte de armas, drogas, pessoas procuradas pela justiça, entre outros);
- Com relação a crimes contra o patrimônio, através do observatório municipal, alocar efetivo existente (PM, PC e GCM) segundo os locais de maior concentração de furtos e roubos, bem como demonstrar a efetividade para a vida em sociedade do “Programa Vizinhança Solidária - PVS” com a participação ativa de todas as forças de segurança e comunidade, podendo ser criado algo parecido com o município de Atibaia, onde foi criado uma programa adaptado do PVS com a participação ostensiva e ativa da Polícia Militar e Guarda Civil Municipal;
- Realizar operações integradas para fiscalizar motos e veículos nas áreas vulneráveis a criminalidade e de interesse de segurança pública;
- Ampliar as campanhas de conscientização sobre a aquisição de bens de procedência duvidosa, além de criar uma força tarefa para fiscalizar estabelecimentos comerciais que comprem material reciclável e usados;
- Considerando que grande parte dos crimes que ocorrem no nosso município são praticados por adolescentes, criar um programa de operação integrada para fiscalização e bares e estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas em e espaços públicos;
- Criar campanhas de esclarecimentos a comerciantes no sentido de que não promovam a venda de bebidas alcoólicas a adolescentes;
- Capacitação de agentes públicos, principalmente na rede de ensino municipal e Guarda Civil Municipal para prevenção ao uso de álcool e drogas ilícitas, tanto na rede de pública como privada, retornando com o PROBEM – Programa Educacional de Jovens de Bem com a Vida, o qual amplia as virtudes dos jovens com os programas de cada uma das forças de segurança ou de participantes do GGI, que possuam ou desenvolvam, mas que sejam aplicados no mesmo momento, como o PROERD – PM, Bombeiro Educador – CB, Educação Ambiental – Polícia Ambiental, Anjos da Guarda – GCM, entre outros;
- Firmar parceria com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID, para fornecer formação aos professores sobre o tema;
- Sensibilizar as escolas estaduais e municipais a formar profissionais para trabalhar com adolescentes cumprindo medidas socioeducativa, desenvolver estratégias para

envolver as famílias nas atividades de acompanhamento dos adolescentes em medida socioeducativa;

- Promoção de atividades esportivas e culturais como forma de prevenção;
- Recriar o Centro de Atendimento a Mulher, fechado em 2013, juntamente com uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, entre elas e institucionalizar um protocolo de atendimento a ser seguido por todos os atores da rede que atende a violência doméstica; local onde as mulheres e seus filhos possam ser acolhidos imediatamente após o ato da violência suportada, que deverá ser sofrer vigilância de guardas civis municipais femininas.
- Acolhimento imediato da mulher e filhos no caso de ocorrência de violência doméstica em que não seja possível o afastamento imediato do autor da violência;
- Acolhimento psicossocial e jurídico (verificar possibilidade de convênio com a OAB-Amparo-SP) das vítimas (poderá ser estudada eventual abatimento de tributos aos profissionais que se dispuserem a prestar atendimentos via convênio com a municipalidade);
- Trabalhar junto ao governo do Estado, visando a criação de instalação de uma Delegacia de Defesa da Mulher, firmando convênio para fornecer profissionais especializados, como p. ex., como psicóloga investigativa, além de manter salas de atendimento e escutas individuais e sigilosas;
- Executar um plano viário para o município (planos com profissionais dessa área), políticas voltadas para campanhas de educação no trânsito, inclusive na rede municipal de ensino, além de cobrar dos órgãos responsáveis melhorias nas sinalizações das rodovias estaduais que circundam nosso município, baseados em dados estatísticos sobre acidentes de trânsito, em face das inúmeras vidas perdidas ao longo dos anos;
- Investir no Centro de Tecnologia e mecanismos de inteligência da CGM para atuação em conjunta com outras forças policiais.

e. Esportes

Contextualização:

A sociedade vem se tornando cada vez mais sedentária, pesquisas mostram que, além da baixa adesão da população, seja ela das mais variadas faixas etárias, pior é o cenário, para além dessa situação, passamos por um período pandêmico, que nos cerceou do convívio social por um longo período e fez com que grande parte da população, em especial jovens e adolescentes ficassem restritos em seus lares, perdendo importante período de maturação esportiva, fora das aulas regulares de educação física em suas escolas e treinamento físico nos clubes e academias, influenciando negativamente uma geração por completo. Isso ocorre também com o

advento do aumento no uso das tecnologias, em especial no esporte os *e-sports* (jogos eletrônicos), mas essa é uma outra discussão a ser feita em fórum próprio, sobre a importância dos jogos eletrônicos ou não.

Nos últimos anos, ocorreram diversos avanços quanto ao incentivo e à prática de atividade física no Brasil. Porém, nosso país ainda possui grande parte de sua população inativa fisicamente. Ou seja, ainda possui muitas pessoas que não alcançam as recomendações de atividade física

Com isso, faz-se necessário apresentar uma proposta consistente para que haja uma retomada, um aumento significativo da prática da atividade física por parte da população, tornando a prática mais atrativa, a comunidade mais ativa e constante, diminuindo, portanto, o uso da “tela”, ocupando espaços públicos, tais como, parques e praças, conseqüentemente, em última análise, ampliando o convívio social através das práticas saudáveis do lazer, da recreação e do tempo livre, além, por último, tão importante quanto, diminuindo a procura pelos serviços de saúde.

Principais problemas:

- Não existe no orçamento municipal, programas e projetos claros para execução do orçamento municipal pela Secretaria Municipal de Esportes, portanto, não se sabe exatamente no que o recurso público para esta pasta é utilizado.
- A secretaria de esportes, recreação, lazer e eventos se resume ao gabinete do Secretário e ao Departamento de esporte, recreação, lazer e eventos.
- Uma Secretaria extremamente pequena e enxuta do ponto de vista da importância que tem. São apenas 12 pessoas para gerenciar o esporte, recreação e lazer no município de Amparo, com orçamento total do município 2023 de R\$ 472.144.780,00 (ano ref. 2023), sendo, o orçamento da Secretaria de Esportes de R\$ 7.986.800,00 (ano ref. 2023)

Nossas propostas

- **Implantação do marco-regulatório**

Foi aprovado recentemente pelo Congresso Nacional e promulgada pelo Presidente da República (com vetos derrubados pela Câmara dos Deputados) a Nova Lei Geral do Esporte, que substitui a Lei Pelé.

Essa nova legislação vem para modernizar e sistematizar a política esportiva no Brasil, com a criação de mecanismos de governança e gestão por parte das entidades públicas e privadas, como por exemplo, estabelecimento de fundos de esportes (Nacional, Estaduais e Municipais), o fortalecimento de mecanismos do controle social na utilização de verbas e recursos públicos, como por exemplo, Conselhos de Esportes, além de outras demandas discutidas pela sociedade e atores envolvidos nesta discussão já muito antiga.

Bem isso, posto, faz-se necessário, portanto, uma verificação e avaliação de todas as Leis que regem o Esportes no município de Amparo, aproveitando o que é útil e alterando para adequação legal aquilo que está atrasado em relação a essa nova legislação.

Essa adequação de faz necessária por um motivo muito importante, através dela saber-se-á o quando é possível elaborar uma POLÍTICA MUNICIPAL DE ESPORTES, um plano decenal, fortalecimento de controle social, apresentação, desenvolvimento e aplicação de recursos dos mais variados entes (Nacional e Estadual) via emendas parlamentares ou transferência direta em prol do desenvolvimento esportivo do município, elaboração de chamamento público para o desembolso de recursos de maneira equalizada e racional, de acordo com o planejamento adequado da Secretaria Municipal de Esportes de Amparo, via programas e projetos próprios.

Nesta nova legislação encontramos novas vertentes das manifestações esportivas, que nos servirão de guia para o desenvolvimento, planejamento e execução de políticas públicas para o esporte pensando em toda população.

A Política Municipal de Esportes abrange as seguintes vertentes:

- Lei de Incentivo ao Esporte Municipal;
- Adequação da legislação vigente a nova Lei Geral do Esporte;
- Adequação da legislação do Conselho Municipal de Esportes;
- Criação/Sugestão de um Fundo Municipal do Esporte;
- Lei de fomento ao atleta – Bolsa Atleta;
- Política decenal de esportes – prevendo a adequada aplicação de recursos; e
- Sistematização de programas e projetos da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação de Amparo.

- **Programa Amparo saudável**

Terceira idade (60+)

De acordo com o IBGE a cidade de Amparo apresenta uma população idosa de aproximadamente 10%, com mais de 60 anos, ou seja, em números atuais, aproximadamente 6.800 idosos (senso IBGE 2022), entre homens e mulheres (mulheres em sua maioria).

Neste sentido, faz-se necessário a apresentação de uma proposta de atividades físicas e manutenção da qualidade de vida para população idosa do município, fazendo com que essa população pratique exercícios físicos com foco na manutenção da saúde e das atividades de vida diária (AVD), evitando que sinais do envelhecimento e as doenças crônicas degenerativas não se manifestem com brevidade.

Utilizar a rede de Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município como ponto focal para encontros, ações de saúde, em especial de prática de atividades físicas por profissionais de educação física. O Ministério da Saúde prove recursos para montagem de equipes multidisciplinares, com a presença de um profissional de educação física, sanando assim questões de RH para esse fim.

O Centro Dia do Idoso também pode ser uma base do programa de desenvolvimento na cidade, agregando atividades aos seus usuários.

Pessoa com deficiência (PCD)

O Brasil é uma potência mundial, haja visto, os últimos resultados esportivos nas Paraolimpíadas de Tóquio em 2020+1 e a preparação para Paris 2024 segue a todo vapor.

Mas para além das medalhas paraolímpicas, essa população hoje segue lutando por questões básicas de acessibilidade, atendimento à saúde e inserção nas salas de aula e no esporte isso não é diferente.

A diferença no esporte é que, quando existe um programa bem elaborado o resultado chega mais rápido. Falamos neste sentido, não apenas nos resultados esportivos, mas na sociabilização, na sensibilização das famílias quanto a importância da prática diária de atividades físicas, principalmente fora de sua residência, em locais adequados e com a devida acessibilidade – inclusive para chegar aos locais de prática. Isso posto, faz-se necessário a formulação de políticas públicas esportivas voltadas para esse segmento.

Infraestrutura e Acessibilidade:

- **Construção e Adaptação de Centros Desportivos:** Ao investir na construção e adaptação de centros desportivos acessíveis em todas as regiões da cidade, podemos garantir que estão equipados com instalações adequadas aos diferentes tipos de deficiência.
- **Transporte Acessível:** Fornecer transporte gratuito e acessível para atletas com deficiência, permitindo-lhes participar de treinamentos e competições.
- **Capacitação e Treinamento:**
- **Desenvolvimento de cursos de formação –** estabelecer programas de formação contínua em parceria com universidades e institutos de ensino.
- **Estabelecer parcerias com escolas e comunidades:** Colaborar com escolas e comunidades para identificar e nutrir talentos desde a base.
- **Apoio Financeiro e Patrocínios:** Bolsa Atleta Paraolímpico: criar o programa na cidade de Amparo, com foco a agregar o programa de fomento também aos atletas convencionais, e não apenas aos paraolímpicos, porém, com uma reserva justa para o fomento à iniciação esportiva desta população.
- **Campanhas de Conscientização:** Realizar campanhas de conscientização para promover a inclusão e valorizar os esportes paraolímpicos na mídia e na sociedade.
- **Políticas de Inclusão e Direitos:** aprimorar a legislação que garante os direitos dos atletas paraolímpicos promove a inclusão de pessoas com deficiência em todos os níveis esportivos.

Para implantar o PMDEP – Programa Municipal de Desenvolvimento do Esporte Paraolímpico, será necessário um esforço coordenado entre as entidades, conselhos municipais (esporte e pessoa com deficiência), além dos governos federal, estadual e universidades.

Por óbvio se percebe que a atual estrutura da Secretaria Municipal de Esportes de Amparo não apresenta condições de atuar diretamente nas ações propostas. Essa é a vantagem

a ser explorada por esta Secretaria, a de produzir e conduzir parcerias com Instituições de Ensino Superior (especialmente Cursos de Educação Física), entidades do terceiro setor e até mesmo parceiros privados.

Parcerias institucionais são importantes, com o sistema S (SESI e SESC), além de associação comercial, clubes e academias.

Lazer, Recreação e tempo livre

As atividades de lazer são de extrema importância em uma cidade cuja vocação seja industrial e do comércio, visto que, grande parte das famílias depende destas atividades econômicas para sua subsistência, portanto, preparar e fazer com que a população ocupe os espaços públicos para seu momento de lazer se faz primordial.

Mas como promover essa ocupação?

A Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação, pode promover, em conjunto com outras Secretarias Municipais (Cultura, Turismo e Saúde, por exemplo), ações em conjunto em pontos estratégicos da cidade, com atividades esportivas de lazer, recreação dirigida e monitorada com apoio do terceiro setor, equipamentos de recreação para uso livre da comunidade - traves adaptadas de futebol, vôlei e jogos infantis, são exemplos práticos, de baixo custo que podem ser propiciados para a comunidade.

Isso pode ocorrer toda semana, a cada quinze dias ou até mesmo uma vez por mês, em vários pontos da cidade. Em espaços públicos que possuam dimensões para agregar um bairro ou aqueles que estão no entorno, tornando esse espaço referência de atividades regulares. Um espaço ocupado pela população torna-se seguro e auto-organizado, ou seja, o vandalismo e depredações diminuem. Neste sentido a presença da Secretaria de Segurança Pública e Guarda Civil Municipal são fundamentais.

Ruas de lazer, lazer nos bairros, ocupando escolas públicas municipais de educação infantil aos finais de semana com equipe de recreação são alternativas para execução de trabalho voltado para o lazer dirigido, ou seja, com atividades lúdicas para um público específico daquele bairro ou localidade. As atividades também podem ser conduzidas para a população 60+ com atividades físicas leves enquanto as atividades recreativas acontecem.

Infância, juventude e minorias

Importante salientar que, todo planejamento e execução preveem ações voltadas para inclusão de toda população de Amparo, tanto para promoção do esporte, quanto para a inclusão (pessoas com deficiência); e também para a temática tão importante e latente que é a inclusão da mulher na prática esportiva, mas cabe destacar que, ações pontuais, de conscientização e aproximação com as minorias são extremamente necessárias.

Como exemplo, podemos citar, apoio à vara da infância e juventude, via Secretaria Municipal de Assistência Social para encaminhamento ao esporte de crianças

e adolescentes em situação de cumprimento de pena (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço Comunitário), bem como em situação de vulnerabilidade social;

Promoção de atividades específicas em comemoração a datas especiais, exemplo, semana/mês do orgulho LGBTQIA+, com promoção de eventos esportivos voltados para essa comunidade.

Em resumo, o esporte deve estar voltado para o atendimento a situações especiais, pensar a cidade como um todo, incluído como atividade-fim, um motor de desenvolvimento e inclusão social.

- **Programa Amparo Esportivo e Olímpico**

As cidades do interior paulista, em especial as menores, vivem em torno da realização de eventos esportivos promovidos pela Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, a saber: Jogos da Juventude, Jogos Regionais, Jogos Abertos, Jogos da Melhor Idade e Jogos Abertos da Melhor Idade, além das Copas das modalidades, também promovidas pela SEESP, tais como: futebol, handebol, voleibol, futebol, futsal, ginástica artística e olímpica.

Por vezes, são as únicas participações oficiais que as representações esportivas podem participar e tem toda razão de ser, uma vez que são organizados pela entidade máxima esportiva do Estado e com grande apelo esportivo, muitas vezes até com certo romantismo. Os Jogos Abertos do Interior até hoje são conhecidos como as “Olimpíadas Caipira”, pois destes saíram (e ainda saem), grandes expoentes do esporte nacional.

Nesse intuito, a Secretaria Municipal de Esportes tem o papel de organizar a cidade e suas representações esportivas para que possam participar destes jogos com a importância que merecem. Uma vez que a Secretaria não possui TODAS as modalidades que fazem parte do programa esportivo, fazem-se necessárias as parcerias com clubes esportivos. A proposta neste sentido é de que se realizem seletivas das modalidades no começo do ano, para que as equipes selecionadas sejam as que, efetivamente representarão o município nos jogos oficiais do Estado. Isso faz com que não se privilegie um Clube A ou Clube B no desembolso financeiro para custear sua preparação para os Jogos.

Em primeiro lugar, fortalecimento das nossas escolinhas de esportes, promoção de festivais esportivos agregando toda comunidade, descobrindo novos talentos esportivos, promovendo o conagraçamento esportivo e evolução das modalidades.

Em um segundo momento, as seletivas esportivas para que possamos acompanhar as modalidades no seu desenvolvimento esportivo, dando o suporte adequado para que participem de eventos, competições e campeonatos que promovam o desenvolvimento dos atletas e da própria modalidade.

Após isso, prover os recursos necessários para uma boa representação esportiva, sem comprometer o orçamento municipal efetivamente com o alto rendimento, provendo recursos em especial para as categorias de base como foco de uma política pública de fomento ao esporte e ao lazer. A iniciativa privada cabe o apoio ao alto

rendimento uma vez que existem políticas públicas que privilegiam esta manifestação esportiva, via Lei de Incentivo ao Esporte Federal, Estadual e até Municipal, quando a legislação permitir.

Existem vários mecanismos para prover o município de uma participação esportiva consciente, provendo recursos para as entidades esportivas via chamamento público, principalmente para as modalidades nas quais a Secretaria de Esportes de Amparo não possui um vínculo formal, ou seja, não possua escolinhas próprias, ou até mesmo um atendimento pontual para participação nos jogos oficiais do Estado, elencados acima.

No quesito participação esportiva há um ponto muito importante. Um senso esportivo deve ser feito para saber a vocação esportiva da cidade, de modo a alocar recursos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da mesma, exemplo, a cidade de Franca é mundialmente reconhecida como a “capital” do Basquete. Massivamente existe um aporte de recursos, sejam financeiros, cessão de uso do espaço público, seja qual for, para que esta modalidade se tornasse como parte da cultura local.

O que Amparo pode prover? Futsal? Voleibol? Handebol? Futebol de Campo? Qual a verdadeira vocação esportiva? Pode ser mais de uma modalidade? A cidade tem recursos para isso? Não existe, por exemplo, uma piscina pública oficial, nem tão pouco uma pista de atletismo para a promoção do esporte “mãe” de todos os esportes.

São questões importantes a serem discutidas e resolvidas no âmbito municipal e na elaboração de políticas públicas de fomento ao esporte.

O ESPORTE que temos, qual ESPORTE queremos. O que temos e onde queremos chegar com isso.

Na mesma linha segue o DESPORTO EDUCACIONAL, que hoje, mesmo não sendo uma responsabilidade da Secretaria de Esportes, pois está voltada para as demandas da educação física escolar, tem todo interesse em ver prosperar. Com a devida programação, parceria e conversa de ambas as Pastas (educação e esportes), pode-se recriar, fortalecer e desenvolver os jogos escolares, sejam do aniversário da cidade (chamado JEAC – Jogos Escolares do Aniversário da Cidade), sejam da primavera. Pela faixa etária escolar de atendimento do município, são esperados participantes para os Jogos Escolares Brasileiros (JEB’s) – na faixa etária de 12 a 14 anos. Se isso for ampliado para as demais redes – particular e estadual, com certeza o sucesso esperado é garantido.

Estrutura esportiva

Para que toda cidade ou grande parte dela seja contemplada com estruturas físicas esportivas, públicas e de qualidade, faz-se necessário um mapeamento prévio das instalações esportivas – próprios públicos, de fato da Secretaria de Esportes, em paralelo, o levantamento de próprios públicos de outras Secretarias Municipais que possam auxiliar em uma rede de suporte, tais como: quadras esportivas das escolas públicas municipais (e até Estadual, se houver bom relacionamento com esta entidade).

Isso é importante para dimensionar o tamanho e abrangência dos programas e projetos a serem ofertados pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, fomentando inclusive integração pelo esporte entre bairros e times regionais, das mais variadas modalidades.

Modalidades alternativas são bem vindas em espaços restritos, exemplo, com meia quadra de basquete se faz uma atividade de Street Ball ou basquete de rua, hoje chamado de Basquete 3x3 (modalidade Olímpica, inclusive).

Os espaços também devem ser pensados e adaptados para os esportes paraolímpicos, adequações arquitetônicas e acessibilidade devem fazer parte deste e futuros planejamentos, prevendo a participação do maior número de pessoas possível – sejam pessoas com deficiência, gestantes e/ou com mobilidade reduzida.

Um mapeamento eficaz da cidade facilita na identificação de vertentes esportivas por bairro – saber qual localidade pratica mais esportes e quais esportes são praticados. Também podem servir de núcleos de atividades físicas para a terceira idade, além de prever espaços adequados para congregar a comunidade.

As cidades têm recebido muitas “academias ao ar livre”, que são demandas parlamentares e de destinação específica para os bairros – redutos eleitorais, de Deputados (Estadual e Federal). São equipamentos que, se bem localizados e utilizados, podem ser importantes em um processo de conscientização da importância das atividades físicas para promoção da saúde. No mesmo caminho, as “Areninhas” do Estado (equipamentos esportivos contendo campo de grama sintética e quadra de basquete 3x3). Quando bem colocados em comunidades carentes de equipamentos, podem ser importantes instrumentos de mudança social.

Dentre as propostas ainda estão a construção de pista de Street para skate e a construção de pista para voo livre.

f. Cultura

“Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. Porque, ao investir nas condições de criação e produção, estaremos tomando uma iniciativa de consequências imprevisíveis, mas certamente brilhantes e profundas já que a criatividade popular brasileira, dos primeiros tempos coloniais aos dias de hoje, foi sempre muito além do que permitiam as condições educacionais, sociais e econômicas de nossa existência.”

Trecho do discurso de posse de Gilberto Gil como Ministro da Cultura em 2003

Bases norteadoras

Nossa candidatura usa algumas bases norteadoras para o desenho das políticas públicas de cultura e para a gestão cultural pública como um todo, no intuito de trazer maior entendimento e melhor relação do poder público com a cultura, possibilitando que as políticas a serem desenvolvidas tenham a sensibilidade necessária à área, a eficácia e eficiência esperadas em suas execuções e a abrangência social, inerente ao fazer cultural.

Como primeiro ponto, entendemos a cultura em três grandes dimensões:

1 - Simbólica: Entender que a cultura é a capacidade inerente do ser humano de simbolizar, onde este se expressa por meio das diversas línguas, valores, crenças e práticas. Neste sentido, sempre falamos de culturas, no plural.

Esse entendimento nos obriga a buscar políticas que respeitem as mais diversas culturas e toda a sua criação simbólica, sem preconceitos, favoritismos ou exclusões.

2 - Cidadã: Entender a cultura como um direito fundamental do cidadão, e que o Estado tem a obrigação de garantir este direito, sendo que o verdadeiro exercício da cidadania só é possível através da plenitude do exercício cultural.

Esse norte reforça o direito de todo e qualquer cidadão de poder não só consumir cultura mas também fazer e desenvolver a sua própria, devendo o Estado dar essa garantia através de políticas públicas.

3 - Econômica: Por fim, é entender que a cultura é um setor com grande potencial econômico, com oportunidades de geração de renda e emprego, sendo parte de uma nova economia, baseada na criatividade, informação e conhecimento. Outras características valiosas da economia da cultura são seu alto grau de sustentabilidade e baixa desigualdade de renda, tendo alto potencial para políticas transversais com o meio ambiente e o desenvolvimento social.

Nesta dimensão entendemos a cultura não como um gasto, mas como um investimento, capaz de gerar toda uma cadeia econômica, tanto nas grandes ações pontuais quanto no fazer cultural do dia-a-dia.

Outro ponto norteador da nossa gestão será a **participação social**, tendo a construção coletiva das políticas públicas desenvolvidas como parte inerente dessa gestão.

O maior equilíbrio entre as mais variadas responsabilidades do Estado com a cultura também é um ponto a se dar valor, para se evitar concentrações de políticas públicas nos mesmos objetivos e escassez em outros.

Por fim, a democratização e descentralização das políticas culturais são se o ponto mais importante, visando garantir o desenvolvimento das três dimensões citadas acima de forma igualitária por toda a população.

Organização e Equilíbrio das Políticas

Para se dar um melhor panorama das diferentes políticas culturais propostas e facilitar o entendimento dos seus objetivos, as dividiremos em alguns tipos:

Fomento

Voltadas ao fomentar ações culturais, à manutenção de atividades permanentes e à criação de novas ações e produtos culturais. É a ação do estado em possibilitar o fazer cultural

desde a sua concepção até a sua finalização. Pode ser feito através de financiamento, parcerias, facilitações e outros tipos de estímulos.

Fruição/ Difusão

É o ato de fruir e difundir as ações culturais já finalizadas, já prontas. É levar até as pessoas, lugares e comunidades essas ações e produtos culturais. É fazer a cultura produzida chegar ao seu público. Feito geralmente através de eventos, porém pode-se usar outras formas de exibição, como plataformas digitais.

Formação

São as mais diversas formas de formação artístico-cultural, para os mais variados públicos e com os mais variados objetivos. São oficinas, workshops, cursos, capacitações, experimentações, vivências e etc. Tem um papel de enriquecimento cultural do indivíduo e da sua comunidade através do conhecimento, o que leva também à uma formação de um público mais rico culturalmente.

Memória

Aqui falamos de políticas voltadas para patrimônio material e imaterial. É a salvaguarda, o resgate, a pesquisa e o estudo. Falamos aqui de tradição, porém também estão inclusas as diversas identidades e manifestações culturais que vão se criando com o tempo e a transformação social.

Contextualização

Amparo sempre foi um marco cultural no Circuito das Águas Paulista. Tem seu valor patrimonial inegável no âmbito imaterial, com sua história riquíssima, tradição e memória e no âmbito material, através da sua arquitetura e cenários urbanos.

É berço de uma produção artística extensa e cada dia mais plural, que dá cores na vida cultural do município, com artistas já consolidados e novos talentos nas mais diversas áreas como música, teatro, dança, fotografia, cinema, artes plásticas e etc.

Em paralelo a toda essa história e tradição, nos últimos anos, Amparo cresceu como cidade, como população, como espaço geográfico urbano e como povo. Diversas pessoas de outros locais, regiões, estados e até países buscaram Amparo para chamar de lar.

Isso quer dizer que a sua identidade, a sua cultura também cresceram e se pluralizaram, e que essa identidade, hoje marginalizada, também merece seu espaço nas políticas culturais do município: hoje temos micro identidades territoriais, descentralizada nos diversos bairros que foram sendo criados às margens do centro urbano amparense.

Na contramão deste processo social, nos últimos anos, as políticas culturais do município caminharam para uma extrema centralização e elitização da cultura, voltada aos poucos e com narrativas monológicas e de baixa representatividade.

Além disso, houve um resumo das políticas culturais à **política de eventos**, com a concentração de esforço e verba em grandes eventos voltadas ao entretenimento e com pouca pluralidade e real valor cultural e identitário, caracterizando a espetacularização da cultura.

Nossas propostas por áreas:

Gestão Cultural - Problemas

- Dificuldade do poder público em se relacionar com as manifestações periféricas e rurais do município, tanto no sentido de conhecimento e mapeamento, quanto no acesso e real participação destas manifestações nas políticas públicas culturais;
- Criação e realização de diversos cadastros artísticos/ culturais que não são utilizados, ou que são descartados e recomeçados a cada nova empreitada, desestimulando a participação e não criando dados concretos para as políticas públicas;
- Burocratização excessiva nas chamadas públicas e editais voltados à área cultural, o que dificulta e elitiza a participação de agentes e propostas culturais;
- Pouca participação efetiva do COMCULT e sociedade civil na construção das políticas culturais do município, com pouco ou quase nenhum poder decisório, e com o fundo de cultura (FAIC) esvaziado e sem uso.
- Vício da gestão cultural pública de criar os seus próprios corpos artísticos em detrimento do apoio à corpos já existentes da população;

Gestão Cultural - Propostas

- Criação do programa “Agentes Culturais Territoriais”, com a capacitação e contratação de agentes conhecedores e representativos na cultura em seus territórios, nos diversos que compõem o município, com o objetivo desses agentes mapearem as manifestações culturais, articularem as suas participações nas políticas municipais e as suas representações nos processos de participação social.
- Criação do CadÚnico da Cultura e do Mapa Cultural de Amparo, através da aderência à plataforma digital SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, unificando os dados sobre a cultura e usando como base cadastral para facilitação na participação das políticas municipais;
- Simplificação dos editais públicos e processos burocráticos com a permissão de participação de pessoas físicas, simplificação no ato de inscrição, se utilizando de plataforma digital (Mapa Cultural de Amparo), divulgação de versão do edital em formato mais lúdico e acessível, realização de leituras formativas on-line do edital e eventos de lançamento.
- Fortalecimento e real construção democrática das políticas junto ao Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural, respeitando seus poderes deliberativos e consultivos, oferecendo, inclusive, formação para os conselheiros;

- Fortalecimento do FAIC - Fundo de Amparo e Incentivo à Cultura, administrado pelo COMCULT, criando formas de arrecadação sustentáveis para criação de políticas culturais pelo próprio Conselho;
- Fortalecimento das iniciativas culturais já existentes no município, trazendo-as para dentro das políticas públicas municipais;
- Criação da Fundação Pró-Memória, capaz de captar recursos externos ao orçamento municipal, para auxiliar na preservação dos imóveis de valor histórico e gestão de políticas municipais de cultura.

Fruição/ Difusão - Problemas

- Falta de uma agenda cultural pública, dificultando assim o acesso da população e do turista às opções culturais;
- Pouca troca artística e cultural entre o Circuito das Águas, sendo que quando ela acontece é exclusivamente por iniciativa privada;
- Grande concentração cultural e artística no centro da cidade, com pouca oportunidade para as manifestações culturais periféricas, além de poucos eventos de cunho cultural nestas mesmas áreas;
- Pouca diversidade artística, territorial e temática nos eventos públicos;
- Eventos voltados para as classes econômicas mais altas, com produtos muito custosos;

Fruição/ Difusão - Propostas

- Criação de uma agenda cultural on-line do município, com as opções de atrações públicas, alimentadas pela administração, e com as atrações privadas, alimentadas pelos próprios organizadores, estabelecimentos e classe cultural.
- Proposição para os responsáveis pela cultura nos municípios do Circuito das Águas de criação de um programa de intercâmbio artístico/cultural entre os municípios, onde cada cidade garante espaço em seus eventos para artistas de outras cidades do Circuito;
- Criação de um circuito de eventos culturais nos bairros, com perfis que respeitam e representem a identidade territorial de cada bairro, assimilando as manifestações culturais daqueles territórios. Uso dos Agentes Culturais Territoriais para este objetivo.
- Criação de programações plurais e diversas, através de políticas afirmativas, cotas territoriais e dias temáticos nos eventos, além de maior equilíbrio entre as diferentes áreas artísticas,

- Garantia de maior protagonismo de diferentes culturas e comunidades socialmente vulneráveis nos eventos municipais, através do fortalecimento dos eventos voltados exclusivamente para essas comunidades e maior espaço durante o ano em outras oportunidades.
- Criação de uma plataforma digital audiovisual oficial da gestão, ligada à Videoteca, onde serão centralizadas e veiculadas as diversas produções audiovisuais do município, como registros, gravações, produções cinematográficas e etc.
- Mudança no perfil dos eventos públicos, principalmente o Festival de Inverno, tornando-os mais acessíveis economicamente à população em geral, através de práticas de cessão de espaço para barracas menos predatórias, estimulando a baixa nos preços dos produtos e estímulo ao produtor local
- Diminuição do valor das passagens de ônibus em dias de eventos no centro da cidade;
- Construir a intersectoralidade entre as políticas culturais e de outras áreas do município nos eventos, criando possibilidades com políticas educacionais, sociais, da saúde e de outras áreas culturais, por exemplo;
- Fortalecer a cultura do carnaval através dos blocos de rua e manifestações tradicionais carnavalescas do município, respeitando suas características e singularidades, criando um evento familiar e cativante.
- Estimular os projetos incentivados e premiados em editais a trazerem suas produções para o município através de busca ativa destes projetos, oferecendo estrutura e apoios.
- Criação de uma programação artística contínua nas praças públicas do município.
- Estruturação dos eventos e espaços de apresentação para melhor receber os diferentes formatos artísticos;
- Fortalecer a acessibilidade nos eventos públicos, através da oferta de mais formas de acessibilidade, buscando melhor atingir os diferentes públicos.

Fomento - Problemas

- Um dos elos mais fracos das políticas quando se trata de financiamento, sendo dependente exclusivamente, hoje, de verba federal;
- Muito burocratizado, dificultando o acesso à esse incentivo;
- Pouca ou quase nenhuma formação na área por parte do poder público, com poucos profissionais capacitados a lidarem com a política;

- Legislação municipal ultrapassada;

Fomento - Propostas

- Criação e expansão territorial (através dos Agentes Territoriais) da Rede Municipal Cultura Viva, criando os pontos de cultura municipais, que receberão financiamento e premiações para desenvolvimento de suas atividades;
- Utilização dos Agentes Culturais Territoriais para mutirões de escrita de projetos, facilitando assim o acesso às políticas de fomento;
- Amadurecimento da utilização da verba da PNAB - Plano Nacional Aldir Blanc, junto ao COMCULT, para melhor aplicabilidade e políticas mais efetivas de fomento;
- Retomada da Lei de Amparo à Cultura, bem como a sua atualização e adaptação ao Marco Regulatório do Fomento à Cultura;
- Criação de uma lei de incentivo fiscal à cultura, dando oportunidade às empresas locais de apoiarem projetos culturais de interesse público;
- Criar uma cartilha informativa a respeito do incentivo fiscal na cultura, nos níveis federal, estadual e municipal, a fim de levar informação às empresas locais sobre essas oportunidades e estimular o investimento de imposto devido em projetos culturais locais. Junto a cartilha, um cadastro público de projetos incentivados no município, para facilitar o processo de captação tanto para o proponente quanto para as empresas;
- Criação de uma regulamentação municipal de execução de projetos através do fomento, dando mais segurança jurídica para os proponentes e a gestão;

Formação - Problemas

- Programa de formação artístico hoje (Escola das Artes) preza a quantidade e não a qualidade;
- Se restringe a formação artística básica apenas;
- Não há outras ações de formação hoje no município;
- Não há qualquer programa cultural voltado para os jovens de escolas estaduais, tendo um “buraco” nessa relação.

Formação - Propostas

- Reformulação da Escola das Artes junto aos professores, alunos e Conselho, com a construção de um Plano Pedagógico unificado que preze, prioritariamente, pela qualidade do ensino;
- Alinhar o Plano Pedagógico do programa com as manifestações e iniciativas culturais que já existem no município, trazendo-as para dentro da política de formação e criando cursos para fortaleça-la;
- Criação de parcerias com instituições e associações culturais existentes no município para desenvolvimento de atividades formativas descentralizadas e especializadas, como a Cia. Lázara de Teatro e Audiovisual, Cine Foto Clube, Fundação São Pedro, Academia Amparense de Letras, entre outras;
- Criação de polos descentralizados de formação artística e cultural nos diferentes territórios com cursos de interesse daquele território;
- Em parceria com a Secretaria de Educação, fortalecimento de programa de formação cultural nas escolas municipais de Amparo;
- Incluir a educação patrimonial na grade curricular municipal, usando também dos aparelhos culturais existentes para isso como o Centro de Memória, o Museu Bernardino de Campos e a Biblioteca Municipal, além de visitas guiadas no centro antigo;
- Oferecer formações técnicas na área de produção e gestão cultural, visando o crescimento da produção cultural no município, bem como formação política para conselheiros e agentes culturais na área da gestão pública cultural, para melhor desempenharem a sua participação social;
- Criação de um programa de formação cultural para jovens das escolas públicas estaduais (através dos Agentes Culturais Territoriais), fortalecendo a identidade, cultura e memórias locais, com formação política cultural, formando verdadeiros agentes culturais replicadores de cultura.

Memória

- Estimular e salvaguardar as identidades territoriais dos bairros, através dos Agentes Culturais Territoriais.
- Criação de um plano museológico para o Museu Bernardino de Campos, junto aos conselhos da pasta de cultura e o estado, resignificando a atual narrativa da expografia.
- Realização de pesquisas sobre a identidade municipal, com o intuito de registro e publicação dos resultados (através de livros, cartilhas, documentários e etc.).

- Criação de diferentes espaços de memória (como pequenos museus, bibliotecas comunitárias e etc) contando diferentes histórias que se conectam entre si, desafogando o Museu Bernardino de Campos para melhor trabalhar o seu acervo e tornar a sua narrativa mais plural e mais conectada com a realidade municipal.
- Criação de um sistema formativo em parceria com a rede municipal de ensino conectando esses diferentes espaços, narrativas e identidades.

Equipamentos Culturais - Problemas

- Estrutura dos equipamentos existentes deteriorados e/ou ultrapassada como Palco da Rádio, Concha Acústica, Estação Mogiana, Rádio Cultura, Casa da Memória, Conservatório e Biblioteca.
- Centralização dos equipamentos culturais;
- Falta de um teatro;

Equipamentos Culturais - Propostas

- Restauração dos palcos da Praça Pádua Salles;
- Reformulação e restauração da Rádio Cultura, retornando a programação à sua essência cultural e dando, novamente o protagonismo a este aparelho cultural tão importante;
- Retomada de políticas de gravação musical e audiovisual na Rádio Cultura, bem como os seus programas ao vivo em seu auditório;
- Criação de aparelhos multi-culturais nas periferias do município;
- Criação de um Teatro Municipal;
- Propor a instalação de um SESC em Amparo de forma descentralizada;
- Criação da Videoteca como um órgão responsável pela produção audiovisual amparense, com o objetivo de regulamentar, fomentar, dar formação e apoio às produções no município.

g. Patrimônio Cultural

Equipamentos culturais - acervos

Os equipamentos culturais devem ter maior aproximação, contribuindo, de forma mais efetiva, com outros setores da administração municipal: educação, cultura, turismo e saúde.

Para isso, a intersectorialidade é fundamental, ou seja, os programas das Secretarias de Educação, Cultura e Saúde devem estar em sintonia. Além disso, a contribuição dos acervos dos equipamentos na construção de Histórias locais, bem como na retomada do Projeto “Descobrimo Amparo, minha terra, nossa cidade” deve ser discutido intersectorialmente.

BIBLIOTECA MUNICIPAL:

Projeto: O sobrado no quintal poderá absorver:

- Os livros raros que hoje estão no piso térreo do mesmo edifício.
- Os livros, organizados em “Fundos”, que hoje estão no Centro de Memória. Não devem ser desmembrados desses Fundos, mas poderão ser consultados pelos pesquisadores.

Observação: A transferência desses livros, do Centro de Memória para o Setor de Obras Raras da Biblioteca Municipal, abre espaço, no Centro de Memória, para arquivos documentais, entre eles os livros de Escrituração Municipal (Prefeitura), referentes ao final do século XIX e início do XX que estão no sobrado do quintal da Biblioteca Pública em estado deplorável, exigindo limpeza e conservação.

Ações: O edifício da Biblioteca necessita de reparos no telhado do prédio principal. Além disso, no sobrado do quintal, há necessidade de retirada do piso cerâmico do pavimento superior que está avariado. Como sugestão, promover, em substituição ao piso cerâmico, a execução de piso em cimento queimado. Além disso, aquisição de estantes para o abrigo dos livros. Construir programa de História Local levando em conta parte do acervo.

CENTRO DE MEMÓRIA

Projeto: Organização da documentação; implantação dos Programas “Auxílio às Tarefas”, “Restauração de Maquetes” e “Conhecendo o Documento”:

- “Auxílio às Tarefas”: Oferecer sala e organizar, a partir da disponibilidade de professores/as aposentados/as, das mais diversas áreas, mediante agendamento, esse programa que visa auxílio aos estudantes de ensino fundamental e médio na resolução de tarefas propostas por professores de suas escolas, públicas ou privadas.
- “Restauração de Maquetes”: Promover a recuperação das maquetes de edifícios da cidade, elaboradas nos anos 1990 por estudantes do Curso de Arquitetura da PUC – Campinas, em exposição no Centro de Memória de Amparo, com a participação de estudantes do Ensino Fundamental e Médio do Município, a partir de chamamento, com orientação de professores habilitados para tal, que se disponham, a título de colaboração, a esses serviços.
- “Conhecendo o Documento”: Promover encontros com estudantes do ensino fundamental e médio com o intuito de apresentar o “documento” de Arquivo. Pretende-se, a partir de documentos iconográficos, por exemplo, fotografias de um mesmo local em épocas diferentes, dar início a reflexões que possam sugerir, não só, as

transformações espaciais, mas, também, aquelas relacionadas ao universo social, cultural, político e econômico.

- “Oferecendo Cursos”: Programação e oferecimento, num primeiro momento, de Cursos relacionados às práticas da Arquivística e ao Centro de Memória de Amparo. Num segundo momento, aqueles organizados a partir de demandas da população, mas que estejam inseridos no universo da documentação histórica.

Ações: Os edifícios do Centro de Memória necessitam de reparos em caráter de urgência. O edifício antigo, único bem tombado pelo Município, necessita manutenção. As esquadrias externas precisam de reparos no que tange à deterioração da madeira e pintura, além dos ferrolhos. Também substituição de lâmpadas que não suprem as necessidades dos ambientes de trabalho. Reparos na instalação hidráulica dos vasos sanitários do banheiro feminino. Revisão do telhado do prédio onde foram constatadas goteiras na cozinha e banheiro feminino. Levar em consideração que o edifício é construído em taipa e as goteiras podem provocar estragos consideráveis se a manutenção não for executada. Fixação de uma das luminárias fixadas externamente sob o beiral no alinhamento da rua Oito de Abril. O edifício que abriga o arquivo propriamente dito tem sérios problemas no telhado que deixa, não só por falta de manutenção das calhas, mas, também por problemas de encaixe entre as telhas, a água das chuvas vazar sobre a laje e escoar por cano instalado como ladrão. Além disso, há necessidade de impermeabilização das paredes porque, durante o período das chuvas, a humidade da atmosfera chega aos documentos arquivados em armários deslizantes produzindo bolor.

- Construir programa de História Local levando em conta parte do acervo.

MUSEU BERNARDINO DE CAMPOS

Projeto: Construção de Câmara de Expurgo. Discussão intersetorial propondo uma nova Missão, levando em consideração as representatividades que se pretende. Elaboração de novo Plano Museológico, mesmo porque, esta última intervenção foi produzida sem o Plano.

Ações: Elaborar projeto para Câmara de Expurgo. Execução da obra. Observação: Verificando essa possibilidade no quintal do Edifício, suponho que sobre a caixa d'água enterrada, próximo ao portão do fundo seja um lugar possível. Construir programa de História Local levando em conta parte do acervo.

PARQUE ECOLÓGICO.

Projeto: Retomada e nova adequação do Projeto elaborado durante a administração Paulo Miotta para o “Museu da Saúde e Auditório.

Ações: Reuniões intersetoriais com finalidade de elaboração de novo projeto para o Parque e Orquidário.

PINACOTECA MUNICIPAL

Projeto: Inserir as visitas dos estudantes da rede municipal de Ensino no programa de construção de História Local.

Ações: conferência do acervo e da documentação existente sobre ele. Construir programa de História Local levando em conta parte do acervo iconográfico.

PATRIMÔNIO ARQUITETURAL

Projeto: Retomar implantação da Fundação Pró-Memória

- Retomar os estudos de adequação da legislação municipal com vistas à implantação da Fundação. Essa adequação deve levar em conta o período compreendido entre o final do governo Paulo Miotta e o presente.
- Retomar os estudos do Centro antigo com vistas às possibilidades de solicitação ao CONDEPHAAT (SP) para alteração das áreas de proteção com ampliação do perímetro incluindo a Praça Jorge Pires de Godoy e parte do bairro do Ribeirão constituída pelas ruas Dr. Arruda, Rio Branco e Av. Bernardino de Campos e praça Dr. Virgílio de Araújo.
- Retomar estudo do Centro Antigo, visando compreensão das paisagens urbanas e dos edifícios individualmente, verificando os remanescentes, suas condições de preservação, tendo em vista um projeto atual visando o tombamento municipal.
- Elaborar estudo visando identificar prioridades no que concerne à recuperação de imóveis de importância para a salvaguarda das memórias locais.
- Retomar a legislação de proteção, prioritariamente aquela que instituiu o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Amparo, visando a consolidação da efetiva preservação.
- Instituir e desenvolver programa visando utilização de edifícios situados no Centro Antigo, em situação de abandono, subutilizados ou em situação de risco de desabamento.
- Retomar os estudos de identificação, no Centro Antigo, dos imóveis fechados, sem uso ou à venda com vistas ao desenvolvimento do programa para reabilitação dos mesmos.
- Retomar projeto para roteiros que levam em consideração os bens protegidos na cidade de Amparo, a Educação Pública Municipal e as Histórias locais.

V. Amparo sustentável com oportunidades – mais emprego e renda

a. Defesa civil

Contextualização

Das ações de defesa civil.

A defesa civil tem por atribuição ações que visem:

- prevenção (reduzir os riscos de desastres com: planejamento do ordenamento territorial, identificação prévia de possíveis áreas de risco, capacitação de agentes públicos e da sociedade para ações de defesa civil, etc.);
- preparação (planos de contingência, identificação de riscos, monitoramento, infraestrutura de garantia resposta adequada, implantação de sistemas de alerta, etc.);
- resposta (ações imediatas com o objetivo de socorrer a população atingida e restabelecer as condições de segurança das áreas atingidas); e
- recuperação (ações definitivas após os desastres para: restabelecer a infraestrutura, restaurar os serviços públicos, recuperar áreas degradadas, etc).

Pois bem, como se vê as ações de defesa civil estão relacionadas a eventos de desastres (naturais ou induzidos pela ação humana), principalmente, aqueles de grandes proporções.

Da estruturação.

Tratando-se de sua organização, cabe destacar que a defesa civil é estruturada na forma de um sistema nacional, por meio de ações multissetoriais integradas e atribuídas a todos os níveis de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Coordenação nacional.

Na esfera federal a coordenação está sob gestão da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional), nos termos da Lei n. 12.608/2012, Decreto n. 10.593/2020 e Lei n. 11.774/2023.

Assim dispõe a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil:

A ação organizada de forma integrada e global do SINPDEC proporciona um resultado multiplicador e potencializador mais eficiente e eficaz do que a simples soma das ações dos órgãos que o compõem. Todos os órgãos do SINPDEC têm atribuições, **mas a atuação do órgão municipal de proteção e defesa civil é extremamente importante, tendo em vista que os desastres ocorrem no município.**¹

A integração do Município com este sistema nacional é de extrema importância, uma vez que a União disponibiliza todas as ferramentas de capacitação dos gestores municipais.

Como exemplo segue trecho de um dos textos iniciais de uma série de publicações disponibilizadas no sítio eletrônico da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Pode-se definir Gestão de Riscos e Desastres (GRD) como um processo social permanente e contínuo, apoiado por estruturas institucionais e comunitárias, com o objetivo de enfrentar vulnerabilidades e ameaças presentes no território.

Quando falamos em riscos relacionados a desastres, nos referimos à potencialidade de ocorrer algo nocivo, danoso para a sociedade no futuro. Por isso, gerir riscos significa propor

¹ <https://www.gov.br/mdr/pt-br/composicao/secretarias-nacionais/protecao-e-defesa-civil>

ações antecipatórias que possam reduzir a possibilidade de danos e perdas, ou pelo menos amenizar suas consequências.

Para gerir riscos, os primeiros e indispensáveis passos são: identificar perigos; delimitar as áreas de origem e as que possam ser afetadas; entender as fragilidades do meio físico e social e antecipar as consequências. Essas são etapas fundamentais para que a GRD possa ser efetiva.²

Ademais, há de se destacar que, o cumprimento de toda a exigência burocrática atinentes ao sistema nacional de defesa civil é o que garante captação de recursos federais para salvamento e obras de reparação em caso de desastres de grandes proporções. Além do mais, possibilita a liberação recursos financeiros diretamente aos atingidos.

Coordenação estadual.

No Estado de São Paulo as ações de defesa civil estão sob a gestão da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (Casa Militar).

Integram a CEPDEC representantes de cada Secretaria de Estado, da Polícia Militar, Polícia Civil e do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, além disso, a **CEPDEC possui 19 (dezenove) Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil (REPDEC), que são órgãos regionais dos Sistema Estadual, cabendo-lhes atuar dentro da respectiva região em apoio as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), que são instituídas mediante legislação municipal e que poderão constituir unidades-base e de execução de ações de defesa civil do Sistema Estadual de Defesa Civil.** (destacamos)³

A organização estadual é dividida em coordenações regionais, cabendo a cada REPDEC auxiliar a organização e capacitação dos agentes de cada coordenadoria municipal sob sua coordenação. Assim, Amparo está sob a coordenação da regional sediada em Campinas (REPDEC/I-5).

A coordenação estadual possui uma série de programas para estruturar as coordenadorias municipais, desde convênios para estudos técnicos ou mesmo para aquisição de viaturas e equipamentos.

Defesa Civil em Amparo. Coordenação municipal.

Atualmente, em Amparo, a defesa civil está instituída na forma da Lei Ordinária 4.114/2020:

Art. 1º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município AMPARO-SP, subordinada ao Departamento de Defesa Civil da Secretaria de Segurança Pública do Município, com a finalidade de auxiliar, em nível municipal, o Diretor do Departamento de Defesa Civil, em todas as ações de Proteção e Defesa Civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

² Caderno Técnico de Gestão Integrada de Riscos e Desastres. 2021 Ministério do Desenvolvimento Regional. A versão digital do caderno técnico pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protacao-e-defesa-civil-sedec> e em Publicações do Instituto SIADES em: <https://www.institutosiades.org.br/publicacoes/>.

Tiragem: 1ª edição – 2021 – versão impressa

³ <https://www.defesacivil.sp.gov.br/estrutura>

A atuação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil tem como objetivo preparar as diversas instâncias do município para atender imediatamente a população atingida por qualquer tipo de desastre, reduzindo perdas materiais e humanas. Deverá sistematizar as ações desenvolvidas pelos técnicos e voluntários da defesa civil, integrados com outras secretarias municipais e órgãos públicos em nível estadual e municipal.

Mapeamento de áreas de riscos e ações de prevenção.

No sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Amparo estão disponíveis as seguintes informações:

Áreas de riscos.

Por meio de estudos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM (Ministério de Minas e Energia), foram mapeadas ao todo 12 áreas de risco, conforme material disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.amparo.sp.gov.br/areas-de-risco-de-desastres/>:

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Amparo - SP
Março de 2019

SP_AMPARO_SR_01_CPRM
Planalto da Serra - Rua Intendente Damásio Pedro Pimentel (antiga Rua 5)
UTM - 23K, 321.545m E, 7.489.450m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Naturalmente a área possui uma grande declividade que dificulta a implantação e a construção de imóveis nesta rua. No entanto, as Ruas 5 foram regularizadas de forma padrão construídas (fornas de madeira ou outras estruturas não residenciais) com cortes sob verticalização em concreto com pouco ou nenhuma contenção e muros baixados (Figura 1). Essa situação envolveu alto risco para deslocamentos de solo e rochas. Porém, a pior situação está nas diversas construções que estão sobre a drenagem (Figuras 2, 3 e 4). Segundo foi visto no local e confirmado pela Defesa Civil e por moradores, em eventos de chuvas intensas estas estruturas sofrem grandes danos e velocidades, atingindo as casas no distrito de Serra, entre 2015 e 2016 houve a destruição de duas destas construções. Não há rede de drenagem pluvial no bairro e a população segue jogando lixo e entulho nas linhas de drenagem natural (Figura 5). A região é rica em blocos rochosos, o que naturalmente pode representar um risco adicional aos moradores (Figura 6).

Tipologia de processo: Erosão e deslizamento

Classe de risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 25

Quantidade de pessoas em risco: 100

Obs: * O número de pessoas e moradios é aproximado, baseado a Defesa Civil e dados a disposição no distrito de Serra.

****** De locais que apresentam alta presença de moradios, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor pediu-se fotos de outras áreas de risco para confirmação das intervenções adequadas a serem realizadas.

Sugestões de intervenção

- Formar quadros de moradores concernentes as ações emergenciais com o órgão de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais de forma a diminuir as áreas que sofrem os efeitos de solos desestáveis;
- Implantação de políticas de controle urbano para evitar futuras construções ocupando as áreas de risco;
- Formação de Comitês comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Realização de obras de contenção de deslizamentos e drenagem;
- Políticas visando a conscientização (educação) e em relação aos setores de risco do município;
- Estudo geotécnico detalhado para verificar a possibilidade de construção de estruturas e habitações no município.



Legenda: Definição do setor de risco Sentido da drenagem

Nota:

1. As intervenções visíveis neste mapa não incluem investimentos em obras de contenção de encostas e estabilização geotécnica;
2. As imagens representam uma situação, em condições típicas, a ocorrência de eventos e projetos específicos que indiquem a realidade e a melhor forma de intervenção e as sugestões de obras devem ser feitas de acordo com as condições;
3. Recomenda-se que qualquer intervenção realizada deve ser realizada por técnicos profissionais habilitados;
4. O governo municipal e governo do estado são responsáveis, e que serão responsáveis a respeito por ações de contenção.

Equipe técnica
Gabriel Guimarães Farias (SURBQ-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SURBQ-SP)

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Amparo - SP
Março de 2019

SP_AMPARO_SR_02_CPRM
Jardim Brasil - Ruas Romaína e Santa Catarina
UTM - 23K, 320.018m E, 7.487.755m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Bairro no Jardim Brasil repleto de moradias, sendo que parte delas se encontra na drenagem. Segundo moradores, há histórico recente de deslizamento no período de chuvas do verão 2018/2019 onde se viu a casa posterior à Figura 1) na Rua Romaína, onde há a drenagem natural das águas a montante (Figura 2). Este setor apresenta causas de alvenaria construídas sobre solos com alta instabilidade e com poucas contenções ou estabilizações (Figura 3). Há ainda residências apoiadas em alicerces de péssima qualidade geotécnica, pois são lançados sobre estacas que não têm uma grande quantidade de estalho e lizo (Figura 4). Essas duas condições descritas acima podem levar a problemas extremamente sérios (Figura 5). Além disso, o bairro possui pequeno sistema de drenagem de águas pluviais e há descarte incorreto de águas servidas. Por isso, há uma grande quantidade de lixo e entulho nas encostas e taludes que podem facilitar a geração dos movimentos de massa (Figuras 5 e 6). Nessas áreas estão em construção novas casas de risco.

Tipologia de processo: Deslizamento

Gravidade: Alta

Quantidade de imóveis em risco: 35

Quantidade de pessoas em risco: 140

CRS: O sistema de prevenção e monitoramento desenvolvido e Defesa Civil realizará contagens extra dentro do setor.

De locais que atualmente não possuem moradias, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor, podem no futuro ser construídas novas construções em áreas suscetíveis a deslizamentos e/ou em taludes.

Sugestões de intervenção

- Formar quadro de servidores concursados exclusivamente como agentes de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais de forma a dissipar a energia que infiltra nos taludes de setores de risco;
- Implementação de políticas de controle urbano para evitar áreas e futuras construções e ocupações suscetíveis de risco;
- Formação de líderes comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Retirada de lixo do entulho facilitando a drenagem;
- Palhetas visando a conscientização ambiental e em relação aos setores de risco do município;
- Estado geotécnico detalhado para verificar a possibilidade de estabilização de encostas e taludes momentâneos.



Legenda: Definição do setor de risco Sentido da drenagem

Notas:
1 - As informações contidas neste trabalho se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações geotécnicas.
2 - As imagens foram obtidas através de imagens de satélite, na resolução de 10 metros, e por meio de imagens georreferenciadas a estabilidade e a melhor técnica de interpretação e interpretação com Atendimento Local de Uso Geológico.
3 - Baseamos-nos em que qualquer intervenção urbanística deve ser realizada por meio de projeto de urbanização local habilitado.
4 - O grau de risco é baseado na observação de deslizamentos, e que foram necessários a medições próximas de trabalho.

Equipe Técnica
Gabriel Guimarães Fuxari (SURGE-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SURGE-SP)

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Amparo - SP
Março de 2019

SP_AMPARO_SR_03_CPRM
Planalto da Serra - Ruas 2 e 3
UTM - 23K, 321.794m E, 7.489.530m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Assinatura setor de risco 01, após uma análise acentua um grande declividade que dificulta a construção de lotes e ruas. No traço das Ruas 2 e 3 foram erguidos muros de alvenaria com cortes sub-verticais nas encostas com pouco ou nenhuma contenção e áreas lavadas. Não houve a preocupação com a localização das casas na relação de drenagem natural. Algumas das residências foram feitas ao lado ou muito próximas das (Figuras 1, 2, 3 e 4), o que em eventos de cheias intensas estas drenagens adquirem grande velocidade, atingindo as casas e as edificações. Não há rede de drenagem pluvial no bairro e a população segue jogando lixo e entulho nas linhas de drenagem natural (Figura 5), além de água servida e esgoto (Figura 6). Estas condições podem causar erosão nas margens, descalçamentos nas estruturas e consequente deslizamentos de terra, entulhos e afogamentos.

Tipologia da problemática: Deslizamento de talude

Gravidade do risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 35

Quantidade de pessoas em risco: 143

Obs: O número de pessoas e imóveis é aproximado, ficando a Defesa Civil responsável por fazer o censo do setor.

Os locais que atualmente são pontos críticos, sem apresentar considerações topográficas e geológicas detalhadas e onde se pode ou há ou há risco de risco em construções ou intervenções análogas aqui realizadas.

Sugestões de intervenção

- Fomentar quadro de serviços relacionados exclusivamente comunitários de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais de forma a disciplinar a escurra que se formam em taludes desordenados;
- Coleta e tratamento de esgoto produzido no bairro;
- Implementação de políticas de controle urbano para evitar futuras construções e ocupações em áreas de risco;
- Formação de líderes comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Realização de obras de estabilização local em áreas de risco;
- Palestras visando a conscientização ambiental e em relação aos riscos do município;
- Estudo geotécnico detalhado para verificar a possibilidade de estabilização de encostas e taludes no município.



Legenda: Delimitação do setor de risco Seção da drenagem

Nota:
1. As informações contidas neste trabalho são baseadas na observação de campo e pesquisas geotécnicas;
2. As sugestões apresentadas são apenas sugestões, e não representam uma avaliação de viabilidade e a melhor forma de intervenção a ser implementada em determinadas áreas de risco geotécnicas;
3. Recomenda-se que qualquer intervenção realizada deve ser realizada por equipes geotécnicas ou hidrológicas;
4. O grau de risco e gravidade das obras de estabilização, e que deve considerar a obtenção de licenças de trabalho.

Equipe técnica
Gabriel Guimarães Soares (SIRGAS-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SIRGAS-SP)

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Amparo - SP
Março de 2019

SP AMPARO SR 04 CPRM
Jardim das Aves - Estr. Mus. Boa Vereda e Rua Sanhaço
UTM - 23K, 319.327m E, 7.486.211m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Vista da entrada para Apartheid Info que possui elevada declividade natural no topo (Figura 1) e não teve a cobertura (Figura 2). Porém, após a construção de residências com o uso de técnicas agressivas de cortes e aterros sem contenção a área se constituiu em um setor de risco alto e deslizamentos (Figura 3). As casas neste setor possuem muros a base parede construída, porém muitas com elevadas cortas verticais e sem qualquer cuidado com a drenagem das águas pluviais e com o lançamento de águas servidas e até esgoto não tratadas (Figura 4). Além disso, o descarte de lixo em lugares inadequados também contribui para o aumento do risco e deslizamentos no setor. (Figura 5). Neste local ainda não há histórico de deslizamentos, segundo a Defesa Civil Municipal. Porém existem indícios de que o solo está se movendo lentamente como mostra a inclinação de árvores (Figura 6).

Tipologia da processo: deslizamento e retração/empuxo de blocos

Grado de risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 29
Quantidade de pessoas em risco: 239

OBS: O número de pessoas e imóveis é aproximado, devido a Defesa Civil não ter a cartagem completa do setor.
O local que atualmente não possui muros, mas apresenta características topográficas e geológicas semelhantes a este setor podem no futuro se tornar áreas de risco caso construídas ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões de intervenção

- Fomentar quadro de atividades comunitárias exclusivamente com integrantes de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais da Serra a disciplinar-se evitar que infiltra em taludes de setores de risco;
- Implantação de políticas de controle urbano para evitar áreas e futuras construções ocupações no setor de risco;
- Formação de líderes comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Realização de foco de trabalho facilitando a drenagem;
- Políticas visando a conservação ambiental e em relação aos setores de risco do município;
- Fomento governos detalhado para verificar a possibilidade de estabelecer de comissões e tabelas no município.



Legenda: Delimitação do setor de risco Sentido de drenagem

Notas:
1. As informações contidas neste parecer se baseiam exclusivamente em observações de campo e análises geotécnicas;
2. As sugestões apresentadas são de caráter orientador, de natureza técnica, e não implicam em projetos, custos, prazos, responsabilidades e a serem lidas de forma vinculada a qualquer responsabilidade técnica;
3. Responsabilidade por qualquer intervenção decorrente deve ser assumida por entidades públicas, profissionais ou instituições;
4. O grau de risco e a quantidade de pessoas e imóveis em risco, se que foram levantados em observação por métodos de trabalho.

Equipe técnica
Gabriel Guimarães Facuri (SIRGAS-SP)
Eduardo Fernando dos Santos (SIRGAS-SP)

Amparo - SP
Março de 2019

SP_AMPARO_SR_05_CPRM
Jardim Brasil - Rua Paraná
UTM - 23K, 320.156m E, 7.487.868m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Das sete áreas compostas por três casas que estão na drenagem natural (Figura 1), duas partes das águas pluviais a montante do bairro Jardim Brasil se concentram neste local até atingir o rio municipal. É possível verificar que foi feita uma canalização de drenagem para os casos onde literalmente em cima da casa há drenagem (Figura 2). Esta situação causou uma inundação de cerca de 1,3 metro de altura próximo ao ano de 2006 que levou em as pessoas uma casa e danos por danos materiais, segundo moradores (Figura 3). Em períodos de chuvas intensas ou contínuas a drenagem como está dimensionada hoje não consegue fazer com que a água venha de forma segura e acaba por atingir as casas mais próximas à ela (Figuras 4 e 5). A Rua Rosália que fica um pouco a montante das construções implantadas neste setor já teve ocorrência de deslizamentos em direção à elas. Após este episódio a Prefeitura Municipal fez obras na via, porém esta ainda continua sob risco que sofre movimentação e pode atingir as residências abaixo (Figura 6).

Tipologia do processo de deslizamento e ocorrência

Classe de risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 3

Quantidade de pessoas em risco: 12

OBS: * O número de pessoas e moradios é aproximado, devido a Defesa Civil realizar a contagem em dia dentro do setor.

* De locais que atualmente não possuem moradios, mas apresentem características topográficas e geológicas semelhantes a ocorrer podem no futuro se tornar locais de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões de intervenção

- Formar quadro de servidores concursados exclusivamente como agentes de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais de forma a discipliná-la e evitar que infiltrem em taludes de solos de risco;
- Implementação de políticas de controle urbano para influenciar a forma e a construção das edificações no setor de risco;
- Formação de líderes comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Realização de fissas de controle de deslizamentos de segurança;
- Plantar visando a recuperação ambiental e em relação aos setores de risco do município;
- Realização preventiva de monitoramento em caso que a Defesa Civil julgar que está em risco por evento de trans;
- Elaboração de projetos detalhados para verificar a possibilidade de estabilização de taludes e taludes do município.



Legenda:  Definição do setor de risco  Sentido da drenagem

Notas:
1. As intervenções realizadas neste projeto se baseiam exclusivamente na observação de campo e coletas qualitativas.
2. As sugestões apresentadas são sugestões, não recomendações técnicas, e a realização de estudos e projetos específicos que integrem a viabilidade e a efetividade de intervenções em implantação em determinadas áreas de risco geológico.
3. Responsável: geólogo responsável técnico, não responsável por qualquer procedimento técnico ou legal.
4. O grau de risco e gravidade das áreas são dinâmicos, e por isso necessitam de atualização periódica de estudos.

Equipe Técnica
Gabriel Guimarães Facuri (SUREG-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SUREG-SP)

Amparo - SP
Março de 2019

SP_AMPARO_SR_06_CPRM
Jardim Silmara - Ruas Dr. Geraldo G. de Burgos e Eugênio Durigan
UTM - 238K, 315.876m E, 7.487.522m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Esta assentou em declividade mais suave mas próxima ao rio (Rua Dr. Geraldo G. de B.) e mais acidentada a montante. Mesmo nas declividades menores as técnicas construtivas das casas (Figura 1), de arrastamento e de lotamento ficaram com que este local formasse um setor de risco alto e deslizamentos e quedas ou rolamentos de blocos. Há diversos casos de deslizamentos que atingiram as montanhas, inclusive, com soterramento de moradores que estava fazendo um corte no terreno, onde foi também observado uma cicatriz recente (Figura 2). As construções são feitas muito próximas aos taludes do corte subvertendo e com contenções independentes (Figuras 3, 4 e 5). As residências são de alvenaria e têm bom padrão construtivo, porém não se preocupam com a drenagem correta das águas pluviais, nem tão pouco as ruas possuem um bom sistema de drenagem. Nota-se que há diversas novas construções e que a densidade das árvores vem aumentando com construções de vários pavimentos (Figura 6), isso aumenta a quantidade de pessoas em risco, podendo aumentar o grande risco futuramente ou o tamanho do setor.

Tipologia do processo: desmoronamento e rolamento no queda do bloco.

Gravidade do risco: Alto
Quantidade de imóveis em risco: 60
Quantidade de pessoas em risco: 240

DBM: - O número de pessoas a montante é aproximado, devido a Da Defesa Civil realizar a contagem cruzada de setores.
- Os locais que atendem são pessoas moradores, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor podendo se formar outras áreas de risco com construções em interseções inadequadas para este setor.

Sugestões de intervenção:

- Formar quadro de servidores capacitados exclusivamente como técnicos de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais de forma a discipliná-la e evitar que infiltrem em taludes de solos de risco;
- Implantação de políticas de controle urbano para evitar obras e futuras construções ocupações no setor de risco;
- Formação de Núcleo comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Revisão do plano de trabalho facilitando a drenagem;
- Palestras visando a conscientização ambiental e em relação assuntos de risco formais locais;
- Estudo geotécnico detalhado para verificar a possibilidade de estabilização de encostas e taludes no município.



Legenda: Definição do setor de risco Sentido da drenagem

Notas:
1 - As informações quanto ao risco são baseadas exclusivamente em observações de campo e avaliação por terreno;
2 - As informações apresentadas são diagnósticas, não constituem, hipoteses, a realização de estudos e projetos específicos que impliquem a estabilidade e a análise técnica de intervenção e sua implantação em determinadas áreas de risco geológico;
3 - Recomendado ao que quaisquer intervenções estruturais de obras realizadas por iniciativa ou gestão pública em áreas de risco geológico;
4 - O uso para fins de assentamento em áreas de risco deve ser, e que deve considerar a estabilidade por meio de estudos.

Equipe técnica:
Gabriel Guimarães Facuri (SUREG-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SUREG-SP)

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Amparo - SP
Março de 2019

SP_AMPARO_SR_07_CPRM
Jardim das Orquídeas - Rua Mantova
UTM - 23K, 317.016m E, 7.488.238m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Setor de risco para deslizamento ocupado por todas as casas do lado oeste da Rua Mantova (Figura 1). As construções foram feitas muito próximas a taludes de corte subvertidos aparentemente com poucas ou nenhuma contenção (Figura 2). Segundo a Defesa Civil Municipal, neste local há histórico de deslizamentos recorrentes que atingem as moradias. Os imóveis são todos de alvenaria e possuem boas pedras construídas (Figuras 3 e 4). Ao mesmo tempo a maioria de achar também apresentam problemas por receberem boa parte das águas pluviais a montante (Figuras 5 e 6). A falta desse sistema de drenagem agrava a situação dos cidadãos que ali residem.

Tipologia do processo: deslizamento

Gravidade do risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 10

Quantidade de pessoas em risco: 40

ORR: O número de pessoas e imóveis é aproximado, de acordo com a Defesa Civil Municipal a contar com o mapa do setor.

Os locais que abrigam este processo apresentam, nas áreas, características geográficas e geológicas semelhantes a outras áreas de risco, sendo assim, recomenda-se a realização de intervenções emergenciais e obras de contenção e estabilização.

Sugestões de intervenção

- Permitir quadro de atividades concorrentes exclusivamente com agentes de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais do setor a fim de evitar que infiltrações nos taludes de corte de risco;
- Implantação de políticas de controle urbano para evitar a ocupação de áreas de risco;
- Formação de líderes comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Realização de obras de contenção facilitando a drenagem;
- Políticas visando a conscientização ambiental e em relação aos setores de risco do município;
- Realização preventiva de monitoramento em casos que a Defesa Civil Municipal julgar que esteja em risco por evento extremo;
- Estado geotécnico detalhado para verificar a possibilidade de construção de estruturas e taludes no município.



Legenda: Definição do setor de risco Saída da drenagem

Nota:
1. As informações contidas neste relatório são baseadas exclusivamente em observações de campo e análises geotécnicas.
2. As sugestões apresentadas não representam, em nenhuma hipótese, o resultado de estudos e projetos específicos que indiquem a viabilidade e a melhor forma de intervenção a ser implantada em determinadas áreas de risco geológicas.
3. Recomenda-se que qualquer intervenção realizada deve ser baseada por estudos geológicos-geotécnicos e não apenas geotécnicos.
4. O grau de risco é gerado por dois fatores: a) a natureza do processo, e b) a ocupação humana da área.

Equipe técnica
Gabriel Guimarães Faccini (SURIG-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SURIG-SP)

Amparo - SP
Março de 2019

SP_AMPARO_SR_08_CPRM
Bosque dos Eucaliptos - Ruas 3 e 5
UTM - 23K, 317.474m E, 7.491.162m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Bairro ao longo do Rod. Comandante Vergílio de Oliveira onde encostas foram ocupadas por diversos de casas (Figura 1). Destas, diversas foram construídas com o uso de técnicas de corte e aterro com taludes em verticais com pouca ou nenhuma contenção (Figuras 2 e 3). A região mais a sudoeste do setor está inserida em uma das encostas de um vale com altas declividades onde a instalação de edifícios deveria ser evitada ou construída com cuidados de construção, movimentação de solo, contenção de taludes e drenagem de águas pluviais muito mais criteriosas do que as vistas no local (Figuras 4 e 5). Uma agravante da situação do setor é que os moradores possuem sistema de drenagem pluvial que acaba por deixar a água infiltrar no solo e aumentar o risco a deslizamentos (Figura 6). Segundo a Defesa Civil, há histórico em 2010 de deslizamento na drenagem natural da Rua 3 que atingiu a rua impedindo o trânsito.

Tipologia do processo: Deslizamento

Gravidade do risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 30

Quantidade de pessoas em risco: 120

OBS: ¹ O número de pessoas é meramente aproximado, devido a Defesa Civil realizar o cadastramento dentro do setor.

² De locais que atualmente não possuem encostas, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor poderia ser futuro o setor área de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões de intervenção

- Fazer quadro de ações a serem conduzidas exclusivamente com o auxílio da Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais de forma a discipliná-la e evitar que infiltrem em taludes de setores de risco;
- Implementação de políticas de controle urbano para evitar áreas e formas construídas e ocupações no setor de risco;
- Formação de bancos comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Palestras visando a conscientização ambiental e em relação aos setores de risco do município;
- Ratinha preventiva da comunidade em casos que a Defesa Civil julgar que seja em risco por eventos extremos;
- Estudo geotécnico detalhado para verificar a possibilidade de estabilização de encostas e taludes no município.



Legenda: Delimitação do setor de risco Sentido da drenagem

Notas:
1. As informações contidas neste trabalho se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações geotécnicas;
2. As ações sugeridas neste trabalho, em nenhuma hipótese, e a realização de estudos e projetos específicos para avaliar a viabilidade e a melhor forma de intervenção a ser implementada no determinado local de risco geológico;
3. Recomendado ao que qualquer intervenção realizada deve ser realizada por técnicos geotécnicos qualificados e com habilitação;
4. O grau de risco e gravidade das áreas são classificados, a partir de uma avaliação a ser realizada por técnicos de habilitação.

Equipe técnica
Gabriel Guimarães Vazari (SURBEG-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SURBEG-SP)

Amparo - SP
Março de 2019

SP_AMPARO_SR_09_CPRM
Jardim Itália - Ruas Verona, Veneza e Romeu Mezacapa
UTM - 23K, 317.515m E, 7.488.329m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Esta área é composta por centenas de alta densidade com residências de baixa padrão construtivo (Figuras 1 e 2). Por conta desta dificuldade natural do terreno foram usadas técnicas construtivas no intuito de sobrepô-las (Figuras 3 e 4 como exemplos). Mas isto não impediu que se agravem deslizamentos recorrentes no local. Já possível verificar os efeitos de algumas ocorrências de eventos recentes (Figuras 4, 5 e 6). Segundo a Defesa Civil Municipal, estes são causados danos consideráveis nas residências. Um fator que facilita a instabilização é o uso intensivo de cimento e armos apropriados no terreno, criando falhas subverticais durante a instalação das casas (Figura 4). Há ainda terrenos ímproos para possível construção futura de casas e outros est. estabelecimento sendo realizados. Segundo a Defesa Civil, há histórico de deslizamento na drenagem natural da Rua 3 que atinge a via impedindo o trânsito. Há blocos rochosos expostos nos taludes que podem atingir essas áreas (Figura 4).

Tipologia de processo: Deslizamento e erosão no quadro de blocos.

Grau de risco: Alto
 Quantidade de imóveis em risco: 60
 Quantidade de pessoas em risco: 200

OBR: O número de pessoas e estruturas é aproximada, devido a Defesa Civil realizar a contagem porta dentro do local.
* Os locais que atualmente não possuem residências, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a outras podem no futuro se tornar áreas de risco caso construções ou intervenções adequadas sejam realizadas.

Sugestões de intervenção

- Formar quadro de servidores concentrados exclusivamente como agentes de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais de forma a disciplinar a evitar que infiltração em taludes de setores de risco;
- Implantação de políticas de controle urbano para inibir áreas e futuras construções e ocupações no setor de risco;
- Formação de líderes comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Palestras visando a conscientização ambiental e um relação aos setores de risco do município;
- Retirada preventiva de moradores em casos que a Defesa Civil julgar que estão em risco por evento externo;
- Estado protetivo de talude para verificar a possibilidade de estabilização de encostas em taludes municipais.



Legenda: Definição do setor de risco Sentido da drenagem

Notas:
1. As intervenções visíveis nesta parcela se baseiam exclusivamente em observações de campo e avaliações qualitativas;
2. As imagens apresentadas não representam, em nenhuma hipótese, a realidade do estado e quanto específica que integram a estabilidade e a melhor forma de intervenção e ser implantada em decorrência das de risco produzidas;
3. Recomenda-se que qualquer intervenção eventual deve ser realizada por equipes locais treinadas com esse intuito;
4. O grau de risco e a prioridade das ações são dinâmicos, o que torna necessário a atualização periódica do estudo.

Equipe técnica:
Gabriel Guimarães Ferrari (SIRURG-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SIRURG-SP)

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Amparo - SP
Março de 2019

SP AMPARO SR 10 CPRM
Jardim das Aves - Ruas Turanos e Pica-Pau
UTM - 23K, 318.886m E, 7.486.388m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Na figura central desta planilha é possível verificar a ocorrência de campos de blocos soltos que podem colidir em caso de jusante em caso de rolamento destas particularidades (Figuras 1 e 2). Além disso, há também também o elevado grau de erosão das taludes de corte subverticais que estão sob os blocos (Figuras 3 e 4). Durante sua construção, foram feitos cortes que expõem blocos inteiros em solo ou sapêchito. Estas foram responsáveis por eventos de queda de blocos de rocha que até gerou ao menos uma ocorrência, de um lado parte do seu muro (Figuras 5 e 6). A situação que este último evento deixou ainda é perceptível na Rua Turanos (no lado da Figura 6). Ainda há outras ocorrências de pequenos deslizamentos na Rua Pica-Pau. As áreas possuem bom padrão construtivo, porém com poucos obras de ações visando a estabilidade dos taludes ou blocos.

Tipologia do processo: Deslocamento em talude ou queda de blocos

Gravidade do risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 13

Quantidade de pessoas em risco: 52

Obs: * O número de pessoas e imóveis é aproximado, devido a Defesa Civil realizar a contagem cada dentro de setas.

****** Os locais que atualmente não possuem muros, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor podem ser futuros áreas de risco caso construções ou intervenções não sejam realizadas.

Sugestões de intervenção

- Formar quadro de servidores comprometidos exclusivamente com o gerenciamento de Defesa Civil Municipal;
- Verificar a estabilidade de cada um dos blocos que ameaçam a segurança do imóvel;
- Implantação de polígonos de controle urbano para talude atenuar e limitar construções ocupações no setor de risco;
- Formação de grupos comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Palestras visando a conscientização ambiental e em relação aos setores de risco do município;
- Realizar preventiva de muros em caso que a Defesa Civil julgar que está em risco por evento extremo;
- Estudo geotécnico detalhado para verificar a possibilidade de estabilização de muros, taludes e blocos soltos no município.



Legenda:  Delimitação do setor de risco  Sentido da drenagem

Notas:

1- As informações contidas nesta planilha se baseiam exclusivamente em observações de campo e análises geotécnicas;

2- As sugestões apresentadas são de caráter orientador, não vinculando a responsabilidade de estudos e projetos específicos, que dependem a estabilidade e a outras fontes de informação a ser consultada no decorrer do processo de risco geológico;

3- Ressaltar que não se pode considerar áreas não afetadas por eventos geológicos por ausência de informações sobre intervenções;

4- O grau de risco a partir de dados de campo não é definitivo, e que foram levantadas a situação geológica de taludes.

Equipe técnica

Gabriel Guimarães Faccini (SUREGI-SP)

Luz Fernando dos Santos (SUREGI-SP)

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Amparo - SP
Março de 2019

SP_AMPARO_SR_011_CPRM
Bairro dos Pedrosos, Jaguarí - Alameda Pamorana e Canaãna
UTM - 23K, 317.929m E, 7.472.580m N (SIRGAS 2000)



Descrição: O Bairro dos Pedrosos fica entre a Rodovia Fieg, Constância Costa e o Rio Jaguarí (Figuras 1 e 2). Parte dele foi designada como setor de risco alto a inundações, pois segundo moradores as inundações eram frequentes até 2014. Porém em 2017 houve um evento que voltou a atingir o setor próximo à Alameda Rio Fieg. Além segundo os moradores, o pior evento ocorreu em 2010/2011 chegando a cerca de 1,2-1,5 metro de altura em moradias da Alameda Aguiar Vermelhas (Figura 3) e tornando pontas inabitáveis. Este terreno é relativamente suscetível a este tipo de processo por estar na planície de inundação do Rio Jaguarí (Figuras 4 e 5). Um fator que se costuma citar lá estão sujeitos a passar por este processo. Um ponto representativo é que há valas de esgoto a céu aberto que também entram em e chegam às ruas e casas (Figura 6). Há também presença de um lixão a céu aberto (Figura 7).

Tipologia da ameaça: Inundação

Classe de risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 155

Quantidade de pessoas em risco: 620

ORIS: O nível de perigos e ameaças é aproximado, devido a Deficiência de dados e informações sobre drenagem.

De locais que atualmente não possuem ruínas, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a setores de alto risco, se foram dados de fato, são construções em áreas de risco geológico e geotécnico.

Sugestões de intervenção

- Fazer quadro de servidores encarregados exclusivamente como agentes de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais de forma a diminuir as enchentes que se ocasionam no bairro;
- Implementação de política de controle urbano para evitar alagamentos e favelas construídas e ocupadas no setor de risco;
- Formação de grupos comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto;
- Palestras visando a conscientização ambiental e em relação aos setores de risco do município;
- Criação de sistema de alerta de cheias para avisar os moradores em caso de inundações;
- Retirada preventiva de moradores em caso que a Defesa Civil julgar que estejam em risco por evento externo.



Legenda: Delimitação do setor de risco Sentido da drenagem

Notas:

- 1- As informações contidas nesta proposta de trabalho exclusivamente em decorrência de dados e análises qualitativas;
- 2- As informações contidas nesta proposta de trabalho, são preliminares, a sua finalidade é orientar o projeto de trabalho que se segue a finalidade e a melhor forma de trabalhar e ser apoiado no desenvolvimento das atividades propostas;
- 3- Recomenda-se que qualquer intervenção realizada deve ser validada por estudos geológicos e geotécnicos mais detalhados;
- 4- O grande risco é no sentido de risco de deslizamentos, onde seria necessário a realização de estudos de trabalho.

Equipe técnica
Gabriel Guimarães Focari (SURBQ-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SURBQ-SP)

SETORIZAÇÃO DE ÁREAS EM ALTO E MUITO ALTO RISCO A MOVIMENTOS DE MASSA, ENCHENTES E INUNDAÇÕES

Amparo - SP
Março de 2019

SP AMPARO SR 12 CPRM
Jardim Itália - Ruas Vaticano, Roma e Milão
UTM - 23K, 317.852m E, 7.488.245m N (SIRGAS 2000)



Descrição: Trata-se aqui uma encosta de elevada declividade no Jardim Itália. Embora as casas tenham boas práticas de construção, foram feitas taludes de corte ou de aterro muito altos que podem atingir as residências em caso de deslizamento uma vez que as construções não possuem adequação geotécnica (Figuras 1, 2 e 3). O fim da Rua Roma parece ser destino de parte das águas pluviais da Rua Vaticano, por falta de eficiência do sistema de drenagem urbana local (Figura 1). Isso faz com que este talude fique com muita água e com maior possibilidade de ocorrer deslizamento. Não há histórico de deslizamentos no setor, mas as condições geomorfológicas e de construção das casas fazem com que esta área tenha alto risco a deslizamentos (Figuras 4, 5 e 6).

Tipologia do processo: Deslizamento

Gravidade do risco: Alto

Quantidade de imóveis em risco: 30

Quantidade de pessoas em risco: 120

Obs: 1 O número de pessoas e imóveis é aproximado, devido a Defesa Civil não ter acesso ao endereço do setor.

2 Os locais que atualmente não possuem moradores, mas apresentam características topográficas e geológicas semelhantes a este setor podem no futuro se tornar locais de risco caso construções ou intervenções inadequadas sejam realizadas.

Sugestões de intervenção

- Fornecer quadro de serviços concorsuados, exclusivamente como agente de Defesa Civil Municipal;
- Melhorar a drenagem das águas pluviais de forma a discipliná-la e evitar que infiltração em taludes de setores dentro do;
- Implantação de políticas de controle urbano para evitar áreas e fazer as construções adequadas ao setor dentro;
- Formação de líderes comunitários para apoiar a Defesa Civil Municipal;
- Palestras visando a conscientização ambiental e em relação aos setores dentro do município;
- Estudo geotécnico detalhado para verificar a possibilidade de estábilização de encostas e taludes no município.



Legenda:  Delimitação do setor de risco  Sentido do drenagem

Notas:

1. As informações contidas nesta proposta de trabalho não devem ser utilizadas para fins de responsabilização de qualquer natureza.
2. As sugestões apresentadas são apenas sugestões, em condições técnicas, a indicação de medidas e práticas específicas que visam a estabilidade e a melhoria das intervenções em determinadas condições geológicas.
3. Recomenda-se que qualquer intervenção realizada deve ser realizada por equipe geotécnica qualificada e sob supervisão.
4. O tipo de risco e gravidade do risco podem variar, se que serem reavaliados em situações posteriores de trabalho.

Equipe Técnica
Gabriel Guimarães Facuri (SUREG-SP)
Luiz Fernando dos Santos (SUREG-SP)

Diante dos estudos acima expostos, constata-se que os tipos de ocorrências estão relacionadas a deslizamento de terras e rochas em razão de ocupações urbanas em áreas de encosta. Destaca-se, ainda, que há apenas uma localidade com apontamentos de ocorrência relacionada à enchentes.

Prevenção e preparação.

No que diz respeito à prevenção e preparação temos as seguintes ações:

- I. Operacionalização de planos de contingências, principalmente, relacionados aos períodos chuvosos (deslizamentos de terras e rochas; enchentes; inundações; alagamentos; queda de árvores) e de estiagem (incêndios; qualidade do ar);
- II. Monitoramento de chuvas por meio de 3 pluviômetros automáticos (ETE, ETA Arcadas e Parque Adalgiso Batoni). Instalados e operados pelo Cemaden – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações);⁴
- III. Treinamentos de agentes de defesa civil, em sua maioria, efetuados por meio da Coordenação Estadual;
- IV. Telefone de emergência 199, instalado junto ao sistema de chamadas e rádios da Guarda Civil Municipal.

Principais problemas:

O Anuário Brasileiro de Desastres Naturais referente ao ano de 2013 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014), aponta que a Região Sudeste está entre as que mais sofrem com as adversidades atmosféricas. Ainda segundo o Anuário, historicamente, os eventos que mais afetam a Região Sudeste são **alagamentos, inundações bruscas e graduais, enxurradas, vendavais, granizo e movimentos de massa (incluem processos como deslizamentos, corrida de detritos e quedas de blocos)**. Cabe destacar que, ao norte da Região Sudeste, há também registros de eventos de seca (CEPED-UFSC, 2013).⁵

Mapeamento de áreas de risco. Defasagem e subestimação.

Diante do histórico de ocorrências relacionadas, principalmente, em momentos de chuvas intensas (aquelas cujo a precipitação de chuvas, em 24h, cheguem ou ultrapassem 80mm) as informações quanto as áreas de risco podem estar defasadas ou subestimadas.

Os estudos foram efetuados no ano de 2019, de acordo com critérios apresentados e locais indicados por servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

⁴ As características dos pluviômetros automáticos, que compõem a Rede de Monitoramento Ambiental do Cemaden, foram definidas com o propósito de medir a quantidade e a intensidade das chuvas que possam deflagrar deslizamentos de terra, inundações e enxurradas. <http://www2.cemaden.gov.br/pluviometros-automatico/>

⁵ Diagnóstico de Capacidades e necessidades municipais em proteção e defesa civil. Região Sudeste. https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/Alta_Resolucao_Web_Projeto_Elos_Diagnostico_Municipal_Volume_Sudeste.pdf

Prevenção na geração de novas áreas de riscos. Importância do planejamento.

É necessário redobrar o trabalho para reduzir a exposição e a vulnerabilidade, evitando a criação de novos riscos de desastres, bem como criar um sistema de responsabilização pela criação de riscos de desastres em todos os níveis. Ações mais dedicadas precisam ser centradas no combate a fatores subjacentes de risco de desastres, como, por exemplo, as consequências da pobreza e da desigualdade, mudanças e variabilidade climática, urbanização rápida e não planejada, má gestão do solo e fatores como a mudança demográfica, arranjos institucionais fracos, políticas não informadas sobre riscos, falta de regulamentação e incentivos para o investimento privado na redução do risco de desastres, cadeias de suprimentos complexas, limitada disponibilidade de tecnologia, usos insustentáveis de recursos naturais, ecossistemas em declínio, pandemias e epidemias.⁶

Do novo mapa de zoneamento. Lei n. 4.375/2023

Diante do abordado no subtópico 2.1 acima, claro está que Amparo, ainda, prescinde de estudos que identifiquem criteriosamente áreas de riscos, de forma a evitar a formação e o crescimento destas áreas por meio do controle efetivo da forma de uso e ocupação do solo. Neste sentido, há de se destacar que recentemente ocorreu a aprovação da nova lei que alterou o mapa do zoneamento de Amparo (Lei n. 4.375, de 06 de dezembro De 2023).

Pelo novo mapa verifica-se que não ocorreu simples alteração, houve de fato aumento do perímetro urbano, especificamente na área em torno da Barragem de Duas Pontes, bem como permite parcelamento de características urbanas em grandes áreas rurais. Ocorre que, tais alterações, sem qualquer estudo geológico, pode acarretar surgimento de outras áreas de riscos.

Toma-se como exemplo a permissão de parcelamentos em torno da futura barragem, sem qualquer estudo acerca das áreas que eventualmente possam ser atingidas em caso de rompimento. sequer há estudo que trate de instalação de sistema de alerta para evacuação.

Plano Diretor.

Está em curso em Amparo a elaboração da nova lei municipal sobre o Plano Diretor. Ocorre que, nas discussões acerca do novo plano há clara omissão em relação à geração de áreas de riscos. Nota-se que as discussões se voltam mais sob a visão da especulação imobiliária e, praticamente, nulas em relação à segurança das áreas em que se pretende implantar novos parcelamentos.

Pois bem, se assim prosseguir, certamente, ocorrerão implantações de parcelamentos em potenciais áreas de riscos, alguns em situação de grande gravidade. Frisando, outra vez, a área de implantação da Barragem de Duas Pontes.

Mudanças climáticas e desastres.

Embora essa matéria seja tratada, com todas suas especificidades, no grupo que abordará temas das questões de meio ambiente, urbanismo e saneamento, faz-se necessário trazer essa discussão, também, para o campo das ações de defesa civil, uma vez que, como

⁶ Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, Versão PDF. Pag. 4
[file:///C:/Users/maril/Downloads/Marco de Sendai Reduc%CC%83o Risco Desastre 2015 2030.pdf](file:///C:/Users/maril/Downloads/Marco_de_Sendai_Reduc%CC%83o_Risco_Desastre_2015_2030.pdf)

efeito das mudanças climáticas, a anos se observa a intensificação da incidência de chuvas extremas e de períodos secos.

Tratar das mudanças climáticas como um dos fatores que geram risco de desastres e seguir, ao mesmo tempo, o mandato da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, representa uma oportunidade para reduzir o risco de desastres de forma significativa e coerente em todos os processos intergovernamentais interrelacionados.⁷

Os efeitos da drenagem deficiente. Alagamentos.

Em Amparo há diversas áreas afetadas por enxurradas e alagamentos causados pela drenagem subdimensionada ou inexistente. Fator que se agrava ainda mais com o asfaltamento de logradouros sem considerar os efeitos da impermeabilização em áreas centrais.

Córregos em áreas urbanas.

As áreas urbanas de nossa cidade são cortadas por vários córregos. Acontece que, esses corpos d'água, quando assoreados, podem transbordar e causar enxurradas e atingir comunidades em suas margens ou a jusante.

Encostas. Taludes e rochas.

Pela característica de relevo de Amparo, há grande incidência de imóveis construídos em pé ou crista de taludes sem qualquer contenção. O que, em épocas de chuvas intensas, podem causar deslizamentos causando destruição do imóvel ou, nos piores casos, soterramento de seus habitantes.

Há, ainda, em determinadas áreas a existência de corpos rochosos, que em período chuvoso, devido a erosão, podem deslizar no sentido dos imóveis abaixo.

Transporte de cargas perigosas.

Amparo é cortada por duas das principais rodovias estaduais (SP360 e SP095) com extensão em grande área urbana, também, possui diversas empresas que se utilizam de produtos químicos e inflamáveis. Por isso, há trânsito de veículos de transporte destes produtos.

Ocorre que, esse tipo de transporte pode ter como causa graves acidentes que podem contaminar grandes áreas urbanas, bem como corpos d'água.

Armazenamento de produtos químicos perigosos.

Em Amparo há diversas empresas e SAAE que armazenam produtos químicos perigosos. Acontece que, esses depósitos podem se romper, assim, causando contaminação imediata de comunidades que os circundam.

Toma-se, por exemplo, as ETAs 1 e 2 (SAAE) que possuem reservatório de gás cloro e a empresa JBS que possui 3 reservatórios de amônia.

Nossas propostas

⁷ Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, Versão PDF. Pag 6.
[file:///C:/Users/maril/Downloads/Marco de Sendai Reduc%20ao_Risco_Desastre_2015_2030.pdf](file:///C:/Users/maril/Downloads/Marco_de_Sendai_Reduc%20ao_Risco_Desastre_2015_2030.pdf)

- O **eixo estratégico de prevenção e redução dos riscos** (Quadro 5) envolve medidas (estruturais e não estruturais) e atividades tanto para evitar a instalação do risco quanto para reduzir ou evitar as consequências do risco instalado. No Brasil, é atribuição do município a responsabilidade em muitas ações, tais **como: ordenamento territorial e controle da expansão urbana; proteção dos serviços ecossistêmicos; fiscalização de normas construtivas e de atividades industriais; saneamento ambiental e provisão de água de qualidade**. Ações essas que contribuem para prevenção e redução de riscos.⁸

- **Mapeamento de áreas de risco. Ampliar os estudos.**

Visando mapear potenciais áreas de riscos geológicos e hídricos, necessário buscar junto Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM e Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, estudos detalhados que cubra todo o território do Município.

- **Planejamento da cidade.**

As equipes técnicas municipais que tem por atribuição elaborar planos/legislações de uso e ocupação do solo, aprovar empreendimentos (imobiliários, comerciais e industriais) e planejar o desenvolvimento econômico (urbano e rural), portanto, devem ter em consideração todos os aspectos que envolvam a segurança da comunidade. Ou seja, busca-se não permitir o surgimento de novas áreas de riscos.

Nesse sentido, abaixo elenca-se alguns pontos essenciais para discussão sobre tornar nossa cidade mais segura:

- Quando da implantação de novos empreendimentos imobiliários ou mesmo aqueles em fase de implantação: **i.** em áreas de acentuada declividade: exigir estudos quanto a contenções de encostas e rochas, drenagem adequadamente dimensionada; e **ii.** em áreas com riscos hídricos: exigir o respeito à áreas marginais de corpos' d'água (rios, córregos e talwegues).

- Quando de implantação de empreendimentos comerciais e industriais, se houver manuseio e depósito de produtos perigosos, exigir seus próprios planos de contingência que determinem sistemas de alerta e evacuação;

- Readequação do mapa de zoneamento (Lei n. 4.375/2023) considerando as áreas de risco, assim, elaborando planos de contingência que determinem sistemas de alerta e evacuação;

- Avaliação do novo Plano Diretor visando, se for o caso, sua adequação considerando o programa *Construindo Cidades Resilientes 2030* do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

A MCR2030 apoia as cidades em seu caminho para a redução de riscos e desenvolvimento de resiliência por meio de um roteiro para a resiliência urbana, facilitando o acesso a ferramentas de conhecimento, diagnóstico, monitoramento e relatórios. Também oferece orientação e apoio às cidades para melhorar seu entendimento sobre redução de riscos

⁸ Caderno Técnico de Gestão Integrada de Riscos e Desastres.
https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protECAo-e-defesa-civil/Caderno_GIRD10_.pdf

e resiliência, melhorar o planejamento estratégico de acordo e executar ações que lhes permitam avançar.

(...)

O objetivo de MCR2030 é assegurar que as cidades estejam se tornando inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis até 2030, contribuindo diretamente para a realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e de outras iniciativas globais, como o [Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres](#), o Acordo de Paris e a Nova Agenda Urbana.⁹

- **Alagamentos e enxurradas. Vias urbanas. Drenagem.**

Tendo em vista que há vários logradouros com drenagem insuficiente ou inexistente, visando eliminar o escoamento de forma superficial, aponta-se as seguintes propostas:

- na área central, observando sua característica peculiar (tombamento): providenciar estudos com objetivo de implantação de galerias pluviais devidamente dimensionadas para escoamento das águas das chuvas;
- em áreas periféricas, onde não há sistema de drenagem, inicialmente em áreas mais afetadas: buscar recursos para implantação de galerias pluviais;
- em áreas já existentes, efetuar manutenção periódica a fim de desobstruir/limpar tubulação e bocas de lobo, principalmente em época que antecede o período chuvas intensas (Operação Verão).

- **Córregos em áreas urbanas.**

Em relação aos córregos em áreas urbanas essencial manter uma programação de contenções de cabeceiras, limpeza e desassoreamento, principalmente em época que antecede o período de chuvas intensas (Operação Verão).

- **Construções em encostas.**

Tendo em vista a existência de construções em encostas:

- orientação às comunidades afetadas quanto o riscos e a necessidade de construção de obras de contenção dos taludes (muros de arrimo e drenagem);
- na aprovação de novos loteamentos ou parcelamentos, exigir que o empreendedor efetue as obras de contenção necessárias;
- em épocas chuvosas orientar o morador de imóvel localizado em áreas de encosta, quanto aos sinais que apontem possível deslizamento (árvores inclinadas, trincas e aparecimento de degraus no solo).

⁹ <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/cidades-resilientes>

- **Cargas perigosas.**

- Manter na sede da guarda civil municipal, com agentes da defesa civil contato diretamente com a órgão estadual responsável pela contenção de vazamento de produtos perigosos (CETESB);
- Treinar agentes de trânsito e de defesa civil quanto noções para identificação do produto transportado, visando, de imediato, quais medidas adotar tais como: isolamento e evacuação da área afetada;
- Mapear vias urbanas onde transitam tais produtos para elaboração de plano de alerta e evacuação;
- em caso de acidentes com produtos perigosos transportados, coordenar operação de alerta, isolamento e evacuação.

- **Reservatórios de produtos químicos perigosos.**

- trabalhar junto às empresas e órgãos públicos que possuem reservatório de produtos químicos para que tragam a conhecimento do Município seus PAEs- Plano de Ação Emergencial para que a defesa civil municipal elabore seus de planos de contingência nas áreas passíveis de afetação (alerta e evacuação).
- em caso de acidentes com produtos perigosos em reservatórios, coordenar operação de alerta, isolamento e evacuação.

- **Educação ambiental e defesa civil.**

Inclusão em programa de educação ambiental de noções básicas sobre defesa civil, enfatizando a necessidade da participação da comunidade, principalmente na fase de prevenção. Também, noções de como agir em caso de desastres.

- **Organização da defesa civil local.**

Por fim, deve-se manter a organização da defesa civil em Amparo na forma já determinada pela legislação vigente (Nacional, Estadual e Municipal), estreitando ainda mais os laços com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil.

No mais, realizar as atribuições que lhe concerne:

- Trabalhar na elaboração de planos de contingências em períodos chuvosos (Operação Verão) e estiagem, de forma intersetorial e, gradativamente, com envolvimento da comunidade. Ademais, em caso de desastres de grandes proporções, providenciar o cumprimento de todas as etapas exigidas pela União e Estado visando captação de recursos orçamentários para obras de recuperação, bem como linhas de financiamento e recursos para a população atingida;
 - manter constante a capacitação dos agentes públicos municipais fazendo uso de todos os treinamentos e materiais didáticos disponibilizados pela União e Estado.
- União: diagnóstico de Capacidades e Necessidade Municipais em Proteção e Defesa Civil; boas Práticas em Proteção e Defesa Civil; Gestão Integrada de Riscos e Desastres; Construindo Cidades Resilientes 2030).

Estado: Capacitação - Cartas Geotécnicas de Suscetibilidade e Risco; Sistema de Comando de Operações e Emergências; Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres.

- Captar perante a União e Estado os recursos orçamentários necessários para equipar e estruturar a defesa civil de Amparo.

b. Cidade Inteligente

Contextualização

Cidades inteligentes são aquelas que, através da tecnologia, solucionam problemas complexos, criam oportunidades, oferecem serviços com eficiência, desburocratizam os serviços públicos e, por consequência, melhoram a qualidade de vida dos cidadãos que nela habitam.

Para avaliar a situação atual, identificar problemas e propor soluções para o Município de Amparo nesta área, foi utilizado o Ranking Connected Smart Cities¹⁰, que traz indicadores desenvolvidos pela consultoria Urban Systems, qualificando as cidades mais inteligentes e conectadas do país.

O estudo considera o “Conceito de Conectividade” sendo a relação existente entre os diversos setores analisados. O conceito de Cidades Inteligentes considerado entende que o desenvolvimento só é atingido quando os agentes de desenvolvimento da cidade compreendem o poder de conectividade entre todos os setores.

Exemplo disso é a consciência de que investimentos em saneamento estão atrelados não apenas aos ganhos ambientais, como aos ganhos em saúde, que irão a longo prazo reduzir os investimentos na área (atendimentos de saúde básica) e consequentemente impactarão em questões de governança e até mesmo economia.

Outro exemplo é a importância da educação, não apenas como índices básicos de atendimento do serviço e qualidade do ensino, mas o poder que ela possui na formação e reprodução dos potenciais de cada cidade. O entendimento das potencialidades locais e regionais permitem a atração de investidores e a criação de cursos atrelados às cadeias produtivas da região, que irão repercutir na atração de empresas e ampliação dos clusters, bem como possibilitar uma melhoria na condição social, que terá impacto em todos os demais setores.

O Ranking Connected Smart Cities é composto por 74 indicadores¹¹ em 11 eixos temáticos: Urbanismo (URB), Economia (ECO), Educação (EDU), Empreendedorismo (EMP), Energia (ENE), Governança (GOV), Mobilidade (MOB), Segurança (SEG), Meio Ambiente (MAM), Tecnologia & Inovação (TIC) e Saúde (SAU).

¹⁰ Ranking Connected Smart Cities - <https://ranking.connectedsmartcities.com.br/>

¹¹ Os indicadores foram estabelecidos a partir das normas técnicas: ISO37120 - Cidades e comunidades sustentáveis - Indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida e ISO37122 - Cidades e comunidades sustentáveis — Indicadores para cidades inteligentes.

O ranking utiliza metodologia de análise comparativa ponderada, assim, foi possível avaliar se o Município de Amparo apresentou alguma evolução em relação aos anos anteriores, considerando os indicadores dos eixos temáticos.

Os indicadores do Município de Amparo utilizados no recorte de **Mobilidade** são apresentados na tabela 1. No Eixo Mobilidade o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 2.413 e em 2023 a nota obtida foi de 2.386.

Tabela 1 - Indicadores de Mobilidade do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Bilhete eletrônico transporte público	MOB	TIC		Sim	Sim ou Não	IBGE - Perfil de Municípios
Ciclovias	MOB	SAU		0,00	KMS / 100 MIL HABITANTES	Pesquisa Urban Systems
Idade Média Da Frota De Veículos	MOB	MAM		18,99	anos	Denatran
Nº de aeroportos com voos regulares em raio de 100 km	MOB	GOV	ECO	2	Aeroportos	Horans
Ônibus / Automóveis	MOB			0,01	bus / auto	Denatran
Outros Modais De Transporte Coletivo (kms)	MOB	MAM	URB	0,01	KMS / 100 MIL HABITANTES	Pesquisa Urban Systems
Porcentagem de veículos matriculados na cidade que são veículos de baixa emissão	MOB	MAM	ECO	0,07%	% do total	Denatran
Proporção De Automóveis / Habitantes	MOB			0,47	auto / habitantes	Denatran
Semáforos inteligentes	MOB	URB	TIC	Não	Sim ou Não	IBGE - Perfil de Municípios
Transporte Rodoviário - Conexões Interestaduais	MOB			0	Seções Interestaduais	ANTT

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Os indicadores utilizados no recorte de **Urbanismo** do Município de Amparo são apresentados na tabela 2. Neste eixo o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 5.885 e em 2023 a nota 5.812.

Tabela 2 - Indicadores de Urbanismo do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Cadastro Imobiliário (Informatizado, georreferenciado e disponibilizado ao cidadão)	URB			2	NOTA	IBGE - Perfil de Municípios
Despesa Municipal Per Capta Paga Com Urbanismo	URB	GOV		R\$ 567,71	R\$ por Habitante	Siconfi
Emissão De Certidão Negativa De Débito E Alvará No Site Da Prefeitura	URB			Não	Sim ou Não	IBGE - Perfil de Municípios
Índice De Atendimento Urbano De Esgoto - IN024_AE	MAM	URB	SAU	95%	%	SNIS

Lei De Plano Diretor Estratégico Municipal	URB			6	NOTA	IBGE - Perfil de Municípios
Lei Sobre Operação Urbana Consorciada	URB			10	NOTA	IBGE - Perfil de Municípios
Lei Sobre Zoneamento Ou Uso E Ocupação Do Solo	URB	GOV		10	NOTA	IBGE - Perfil de Municípios
Outros Modais De Transporte Coletivo (kms)	MOB	MAM	URB	0,01	KMS / 100 MIL HABITANTES	Pesquisa Urban Systems
Porcentagem Da População Da Cidade Que Vive Em Densidades Populacionais Médias A Altas	URB			92%	%	IBGE - Urban Systems
Semáforos inteligentes	MOB	URB	TIC	Não	Sim ou Não	IBGE - Perfil de Municípios

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Os indicadores do Município de Amparo no recorte de **Meio Ambiente** são apresentados na tabela 3. No Eixo Meio Ambiente o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 4.358 e em 2023 a nota obtida foi de 4.374.

Tabela 3 - Indicadores de Meio Ambiente do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Cobertura Do Serviço De Coleta De Resíduos - IN015_RS	MAM	SAL		100%	%	SNIS
Idade Média Da Frota De Veículos	MOB	MAM		R\$ 18,99	anos	Denatran
Índice De Atendimento Urbano De Água - IN023_AE	MAM	URB		100%	%	SNIS
Índice De Atendimento Urbano De Esgoto - IN024_AE	MAM	URB	SAU	95%	%	SNIS
Índice De Perdas Na Distribuição De Água - IN049_AE	MAM			44%	%	SNIS
Índice De Recuperação De Materiais Recicláveis - IN031RS	MAM			0,9%	%	SNIS
Índice De Tratamento De Esgoto - IN046_AE	MAM			45%	%	SNIS
Monitoramento De Área De Risco	MAM	SEG	GOV	Sim	S / N	Cemaden
Outros Modais De Transporte Coletivo (kms)	MOB	MAM	URB	0,01	KMS / 100 MIL HABITANTES	Pesquisa Urban Systems
Porcentagem de veículos matriculados na cidade que são veículos de baixa emissão	MOB	MAM	ECO	0,07%	% do total	Denatran
Percentual Da Quantidade Total De Resíduos Plásticos Recuperados Na Cidade	MAM			0,00%	%	SNIS / Urban Systems
Produção De Energia Em Usinas De Biomassa	ENE	MAM		0	KW	Aneel

Produção De Energia Em Usinas De Energia Eólica	ENE	MAM		0	KW	Aneel
Produção De Energia Em Usinas Foto Voltáicas	ENE	MAM		0	KW	Aneel

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Os indicadores utilizados no recorte de **Tecnologia e Inovação** referentes ao Município de Amaro são apresentados na tabela 4. Neste eixo o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 2.849 e em 2023 a nota 1.743.

Tabela 4 - Indicadores de Tecnologia & Inovação do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Bilhete eletrônico transporte público	MOB	TIC		Sim	Sim ou Não	IBGE - Perfil de Municípios
Crescimento Das Empresas De Tecnologia	EMP	TIC	ECO	33,3%	%	RAIS
Densidade de Banda Larga Fixa	TIC			26,81	%	Anatel
Grandes Operadoras De Fibra Ótica	TIC			3		Anatel
Número De Incubadoras De Empresas	EMP	TIC		0	incubadoras	Anprotec
Número De Parques Tecnológicos	EMP	TIC	ECO	0	Parques	MCTI - 2023 inovadata
Percentual Da Força De Trabalho Ocupada No Setor Tic	TIC	ECO		3,15%	%	RAIS
Percentual dos Moradores Cobertos por Cobertura 5G no município	TIC			1,9%	%	Anatel
Percentual Dos Trabalhadores Formais Com Ensino Superior	TIC	EDU		18,4%	%	RAIS
Semáforos inteligentes	MOB	URB	TIC	Não	Sim ou Não	IBGE - Perfil de Municípios
Sistema de iluminação inteligente	ENE	TIC		Não		IBGE - Perfil de Municípios
Velocidade Média das Conexões contratadas	TIC			223,9	Mbps	Anatel

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Os indicadores do Município de Amparo utilizados no recorte de Saúde são apresentados na tabela 5. No Eixo Saúde o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 5.087 e em 2023 a nota obtida foi de 4.762.

Tabela 5 - Indicadores de Saúde do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Agendamento de consulta na rede pública de saúde	SAU			Não		IBGE - Perfil de Municípios
Ciclovias	MOB	SAU		0,00	KMS / 100 MIL HABITANTES	Pesquisa Urban Systems

Cobertura Do Serviço De Coleta De Resíduos - IN015_RS	MAM	SAU		100%	%	SNIS
Despesa Municipal Per Capta Paga Com Saúde	SAU	GOV		R\$ 1.843,65	R\$ por Habitante	Siconfi
Índice De Atendimento Urbano De Esgoto - IN024_AE	MAM	URB	SAU	95%	%	SNIS
Leitos / Mil Habitantes	SAU			5,50	leitos / 1.000 habitantes	Datasus
Médicos / 100 Mil Habitantes	SAU			447,01	médicos / 100 mil habitantes	CNES
Óbitos / Mil Nascidos Vivos (Local De Residência)	SAU	GOV		4,0	óbito / 1.000 nascido vivos	Datasus
Percentual Da Cobertura Populacional Da Equipe De Saúde Da Família	SAU			98,4%	%	NOVO

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Os indicadores utilizados no recorte de **Segurança** referentes ao Município de Amparo são apresentados na tabela 6. Neste eixo o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 3.061 e em 2023 a nota 2.859.

Tabela 6 - Indicadores de Segurança do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Centro de controle e operações	SEG			Não		IBGE - Perfil de Municípios
Despesa Municipal Per Capta Paga Com Segurança	SEG	GOV		R\$ 177,35		Siconfi
Homicídios / 100 Mil Habitantes	SEG			10,3	óbito / 100 mil habitantes	Datasus
Monitoramento De Área De Risco	MAM	SEG	GOV	Sim	S / N	Cemaden
Mortes Em Acidente De Trânsito / 100 Mil Habitantes	SEG			26,5	óbito / 100 mil habitantes	Datasus
Policiais, Guardas-Civis Municipais E Agentes De Trânsito Por 100 Mil Habitantes	SEG			138,2	policiais / 100 mil habitantes	RAIS

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Os indicadores no recorte de **Educação**, do Município de Amparo são apresentados na tabela 7. No Eixo Educação o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 4.684 e em 2023 a nota obtida foi de 5.132.

Tabela 7 - Indicadores de Educação do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Despesa Municipal Per Capta Paga Com Educação	EDU	GOV		R\$ 1.390,75	R\$ por Habitante	Siconfi
Ideb (Anos Finais) - Público	EDU			5,6	NOTA	INEP
Matrícula escolar na rede pública online	EDU			Não	Sim ou Não	IBGE - Perfil de Municípios

Média De Alunos Por Turma	EDU			26,7	Média	INEP
Média De Hora-Aula Diária (Público - 9º Ano)	EDU			6,1	horas	INEP
Média Enem - Alunos Das Escolas Públicas	EDU			458,8	Média	INEP
Número De Computadores, Laptops, Tablets Ou Outros Dispositivos Digitais De Aprendizagem Disponíveis Por 1000 Alunos	EDU	ECO		71,9	aparelhos / 1000 alunos	INEP
Percentual Da Força De Trabalho Ocupada No Setor Educação E P&D	EDU	ECO		2,36%	%	RAIS
Percentual Dos Docentes Do Ensino Médio Que Possuem Ensino Superior	EDU			96,60%	%	INEP
Percentual Dos Trabalhadores Formais Com Ensino Superior	TIC	EDU		18,4%	%	RAIS
Taxa De Abandono (1º Colegial - Público)	EDU			2,00%	%	INEP
Vagas Em Universidade Pública	EDU			0		INEP / IBGE

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Os indicadores do Município de Amparo utilizados no recorte de **Empreendedorismo** são apresentados na tabela 8. Neste eixo o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 1.668 e em 2023 a nota 1.590.

Tabela 8 - Indicadores de Empreendedorismo do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Crescimento Das Empresas De Economia Criativa	EMP	ECO		-12,00%	%	RAIS
Crescimento Das Empresas De Tecnologia	EMP	TIC	ECO	33,3%	%	RAIS
Crescimento Do Número De Meis	EMP	ECO		12,2%	%	Portal do Empreendedor
Número De Incubadoras De Empresas	EMP	TIC		0	incubadoras	Anprotec
Número De Parques Tecnológicos	EMP	TIC	ECO	0	Parques	MCTI - 2023 inovadata

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Os indicadores no recorte de **Governança**, referente ao Município de Amparo, são apresentados na tabela 9. No Eixo Governança o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 6.838 e em 2023 a nota obtida foi de 6.855.

Tabela 9 - Indicadores de Governança do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Atendimento ao Cidadão - Aplicativo	GOV			Sim	Sim ou Não	IBGE - Perfil de Municípios

Criado pela Prefeitura ou Outro Organismo						
Despesa Municipal Per Capta Paga Com Educação	EDU	GOV		R\$ 1.390,75	R\$ por Habitante	Siconfi
Despesa Municipal Per Capta Paga Com Saúde	SAU	GOV		R\$ 1.843,65	R\$ por Habitante	Siconfi
Despesa Municipal Per Capta Paga Com Segurança	SEG	GOV		R\$ 177,35		Siconfi
Despesa Municipal Per Capta Paga Com Urbanismo	URB	GOV		R\$ 567,71	R\$ por Habitante	Siconfi
Escala Brasil Transparente	GOV			5,77	NOTA	CGU
Escolaridade Do Prefeito	GOV			8	NOTA	IBGE / TSE - Perfil dos municípios
Índice Firjan De Desenvolvimento Municipal - IFDM	GOV			0,869	NOTA	Firjan
Lei Sobre Zoneamento Ou Uso E Ocupação Do Solo	URB	GOV		10	NOTA	IBGE - Perfil de Municípios
Monitoramento De Área De Risco	MAM	SEG	GOV	Sim	S / N	Cemaden
Nº de aeroportos com voos regulares em raio de 100 km	MOB	GOV	ECO	2	Aeroportos	Horans
Número De Conselhos - Completar	GOV			3	#	IBGE - Perfil de Municípios
Óbitos / Mil Nascidos Vivos (Local De Residência)	SAU	GOV		4	óbito / 1.000 nascido vivos	Datusus

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Os indicadores utilizados no recorte de **Economia**, referente ao Município de Amparo, são apresentados na tabela 10. Neste eixo o Município de Amparo obteve em 2022 a nota 4.472 e em 2023 a nota 6.135.

Tabela 10 - Indicadores de Economia do Município de Amparo

Descrição Variável	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Dado	Unidade	Fonte
Crescimento Das Empresas De Economia Criativa	EMP	ECO		-12,00%	%	RAIS
Crescimento Das Empresas De Tecnologia	EMP	TIC	ECO	33,3%	%	RAIS
Crescimento Do Número De Meis	EMP	ECO		12,2%	%	Portal do Empreendedor
Crescimento Do Número De Empregos	ECO			1,4%	%	CAGED
Crescimento Do Número De Empresas	ECO			2,11%	%	RAIS
Crescimento Do Pib Per Capta	ECO			8,2%	%	IBGE
Empregabilidade (Empregos / PEA)	ECO			0,48	peças / emprego	RAIS / IBGE
Independência Do Setor Público	ECO			0,92%	%	RAIS

Nº de aeroportos com voos regulares em raio de 100 km	MOB	GOV	ECO	2	Aeroportos	Horans
Número De Computadores, Laptops, Tablets Ou Outros Dispositivos Digitais De Aprendizagem Disponíveis Por 1000 Alunos	EDU	ECO		71,9	aparelhos / 1000 alunos	INEP
Número De Parques Tecnológicos	EMP	TIC	ECO	0	Parques	MCTI - 2023 inovadata
Porcentagem de veículos matriculados na cidade que são veículos de baixa emissão	MOB	MAM	ECO	0,07%	% do total	Denatran
Percentual Da Força De Trabalho Ocupada No Setor Educação E P&D	EDU	ECO		2,36%	%	RAIS
Percentual Da Força De Trabalho Ocupada No Setor Tic	TIC	ECO		3,15%	%	RAIS
Receita Total Não Oriunda De Transferências	ECO			28,99%		Siconfi
Renda Média Dos Trabalhadores Formais	ECO			R\$ 2.866,94	R\$	RAIS

Fonte: Ranking Connected Smart Cities 2023

Desde a edição 2019 do Ranking Connected Smart Cities não há um recorte do estudo para o Eixo de **Energia**. Na edição 2021 optou-se por não gerar um recorte deste eixo, pois mais da metade dos indicadores idealizados para o eixo de Energia estão concentrados na produção de Energia por meios diversificados (Eólica, Fotovoltaica e Biomassa).

O resultado do Ranking Connected Smart Cities pode ser consultado diretamente em plataforma online. A plataforma PowerBi da edição 2023 do Ranking Connected Smart Cities está disponível no seguinte link: <https://bit.ly/plataformarcsc23>

Nossas propostas:

Utilizando os indicadores do Município de Amparo, do Ranking Connected Smart Cities, foi analisada a relação existente entre os diversos setores, identificando as demandas do Município de Amparo para se tornar uma cidade inteligente, sustentável e conectada:

- Integrar a transformação digital nas políticas, programas e ações de desenvolvimento urbano sustentável, respeitando as diversidades e considerando as desigualdades presentes nas cidades brasileiras.
- Prover acesso equitativo à internet de qualidade para todas as pessoas.
- Estabelecer sistemas de governança de dados e de tecnologias, com transparência, segurança e privacidade.
- Adotar modelos inovadores e inclusivos de governança urbana e fortalecer o papel do poder público como gestor de impactos da transformação digital nas cidades.

- Fomentar o desenvolvimento econômico local no contexto da transformação digital.
- Estimular modelos e instrumentos de financiamento do desenvolvimento urbano sustentável no contexto da transformação digital.
- Fomentar um movimento massivo e inovador de educação e comunicação públicas para maior engajamento da sociedade no processo de transformação digital e de desenvolvimento urbano sustentáveis.
- Construir meios para compreender e avaliar, de forma contínua e sistêmica, os impactos da transformação digital nas cidades.

A Cidade Inteligente de Amparo deve compreender o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis, em seus aspectos econômico, ambiental e sociocultural que atuam de forma planejada, inovadora, inclusiva e em rede, promovem a governança e a gestão colaborativas e utilizam tecnologias para solucionar problemas concretos, criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas.

As propostas deste projeto de governo para o Município de Amparo são as seguintes:

- **Mobilidade**
 - Facilitar o deslocamento das pessoas e bens na cidade, com o objetivo de desenvolver atividades econômicas e sociais no perímetro urbano de cidades.
- **Urbanismo**
 - Planejar e organizar o espaço urbano, criando ambientes sustentáveis, funcionais e esteticamente agradáveis para as comunidades.
- **Meio Ambiente**
 - Utilizar tecnologias para monitorar o clima, o ar, a água e o solo. Gerar informação para o desenvolvimento de ações de prevenção de riscos e de mitigação de danos à vida e ao meio natural e urbano.
 - Apoiar soluções de logística reversa para produtos eletrônicos, mobilizando empresas e a população para uma atuação coletiva.
- **Tecnologia & Inovação**
 - Entender o cenário de exclusão e inclusão digital no município e definir os locais e os grupos que serão atendidos primeiro.
 - **Reconhecer, nas políticas municipais, o direito de acesso à internet para todas as pessoas.**
 - Compor uma estratégia de atuação diversificada para ampliar o acesso à internet de qualidade, destacando a necessidade de expansão da infraestrutura.
 - Implementar, construir e manter redes de telecomunicação, interligando equipamentos públicos ou áreas da cidade com menor oferta de conectividade (se possível, de fibra ótica, para possibilitar um serviço de maior qualidade);
 - Implementar conexões de rádio para interligar regiões próximas, porém que não podem ser ligadas por cabos por dificuldades de infraestrutura ou obstáculos geográficos;

- Implementar pontos de acesso comunitário à internet via rede celular (dados móveis), em locais em que não for possível nem a ligação física e nem a de rádio (mas que há sinal de celular);
 - Implementar pontos de acesso comunitário via satélite, em locais remotos ou de difícil acesso;
 - Desburocratizar ou incentivar a expansão da infraestrutura de operadoras de telecomunicação em troca de contrapartidas para o município ou oferta de produtos acessíveis à população prioritária;
 - Estabelecer normas e padrões para o uso e ocupação do solo, do subsolo e do espaço aéreo pelas soluções e infraestruturas de conectividade;
 - Considerar a necessidade de expansão ou modernização da rede de iluminação pública, como oportunidade para ampliar a conectividade. Muitas vezes é nos postes de iluminação pública que são instalados os cabos de redes físicas ou os equipamentos de telecomunicação.
 - Incentivar a diversidade na oferta dos serviços de internet, por meio de iniciativas de apoio aos pequenos provedores, às redes comunitárias locais e rádios e TVs digitais locais.
 - Oferecer WiFi público, gratuito e de qualidade. O WiFi pode ser implementado em locais públicos, como praças, parques, escolas públicas, unidades básicas de saúde, teatros, museus, bibliotecas, terminais de transporte público, calçadas, etc. A oferta do WiFi pode ser viabilizada, por exemplo, por licitação e edital de credenciamento.
 - Promover inclusão digital e oferecer soluções acessíveis.
 - Avaliar como o município pode aproveitar a promoção de conectividade e para fazer melhorias na rede de iluminação pública e integrar soluções digitais.
 - Entender como agir com os recursos técnicos, infraestruturais e financeiros que o município tem.
- **Educação**
 - Promover o letramento digital com uma atuação diversificada.
 - Fortalecer os espaços comunitários municipais, como estratégia de desenvolvimento social.
 - Usar a cidade como suporte para a educação urbana.
 - Estimular a formação de profissionais na área de TICs (como programadoras/es, cientistas de dados e analistas de sistemas).
- **Saúde**
 - Investir na informatização do sistema de saúde, com recursos para infraestrutura, conectividade e capacitação dos trabalhadores, integrando sistemas e bancos de dados.
- **Segurança**
 - Promover o monitoramento baseado em inteligência e automação de processos de verificação e análises comportamentais, que permitem ações de prevenção e combate a violência e criminalidade.
- **Governança**

- Promover a constante integração de ferramentas colaborativas digitais (como geoprocessamento, inteligência artificial e Big Data) para ações de Desenvolvimento Urbano Sustentável, com dados e informações públicas auditáveis.
- Implementar e compartilhar projetos de planejamento, gestão e governança voltados ao desenvolvimento urbano sustentável, em diferentes escalas do território.
- Sistematizar a gestão urbana, de forma integrada e digital, com uma base cadastral do território ampla e confiável para planejar e executar ações de desenvolvimento urbano sustentável.
- Promover a segurança de dados no município.
- Prezar pela transparência em todos os sistemas e serviços digitais municipais.
- Criar uma política de dados abertos no município.
- Digitalizar os serviços públicos, mantendo estrutura presencial para comunicar com a população.
 - Priorizar o uso de novas ferramentas digitais para o pagamento de serviços públicos.
- Implementar soluções para a coleta, uso e compartilhamento de dados por meio de consórcios e outras formas de associação entre municípios.
- Tomar cuidados básicos nas contratações de TICs.
- Fortalecer e qualificar capacidades na administração pública voltadas à transformação digital.
 - Desenvolver habilidades governamentais em TICs para servidores e servidoras.
 - Elaborar mecanismos para identificar servidores públicos inovadores.
 - Institucionalizar o processamento de dados da Prefeitura e fortalecer as instituições existentes.
- Incluir a transformação digital no orçamento público.
 - Prever as necessidades de modernização tecnológica no orçamento público municipal. Neste sentido, devem estar previstos gastos, por exemplo, com:
 - a constituição ou atualização da base cadastral e do sistema de dados do município;
 - a infraestrutura digital e os equipamentos necessários para ampliar a conectividade;
 - as ações destinadas à coleta dos dados necessários para subsidiar o planejamento da transformação digital;
 - a digitalização de serviços públicos.
- Dialogar com os poderes executivos das outras esferas para atrair recursos e desonerações que permitam iniciativas de cidades inteligentes.
- Firmar parcerias com instituições financeiras e de fomento, nacionais e internacionais, para de cidades inteligentes (abordagem sistêmica e intersetorial).
- Criar parcerias com empresas do setor privado para estimular desenvolvimento urbano sustentável.

- Elaborar sistemas de acompanhamento e monitoramento de transformação digital nos municípios.
- Incentivar e promover estudos e pesquisas sobre os impactos da transformação digital no município.
- Inspirar-se no Modelo de Maturidade do MCTI para orientar as ações sobre cidades inteligentes.
- **Empreendedorismos**
 - Desenvolver um ecossistema voltado para a inovação e tecnologia, a partir das necessidades do município.
 - Estabelecer incentivos financeiros e técnicos à operação de empresas provedoras de pequeno porte.
 - Facilitar a formalização de empresas e negócios.
 - Fortalecer arranjos produtivos locais, ofertando incentivos econômicos e implementando infraestruturas e tecnologias sociais (como a formação continuada) de suporte;
 - Fomentar espaços de criação de novos negócios como incubadoras e parques tecnológicos.
 - Apoiar as associações e cooperativas da cidade e o desenvolvimento de iniciativas de economia solidária e de inclusão de pessoas no mercado de trabalho.
 - Incentivar iniciativas de economia solidária, que promovam uma cultura da gestão coletiva de problemas comuns e o compartilhamento do crescimento econômico.
 - Estimular programas de microfinanças para fomentar o investimento produtivo de pequena escala.
 - Usar mecanismos da economia de plataforma (atividade econômica e social facilitada por plataformas).
 - Fomentar o mercado sob a ótica da sustentabilidade.
 - Usar TICs na promoção de iniciativas locais de economia verde.
 - Gerar um ambiente integrado para o desenvolvimento socioeconômico local.
 - Incentivar a formalização dos negócios.
 - Criar subsídios e outros mecanismos para a inclusão produtiva e digital de micro e pequenas empresas e de pessoas empreendedoras.
 - Usar tecnologias de informação e comunicação para facilitar a regularização fundiária de núcleos urbanos informais de baixa renda.
 - Simplificar e digitalizar os processos de licenciamento de atividades e regularização das construções na cidade.
 - Fomentar e estimular a inovação e a experimentação.
 - Identificar as demandas locais concretas através da coleta de informações em processos participativos.
 - Incentivar a experimentação e a criatividade de maneira contínua e sistematizada, criando espaços colaborativos transdisciplinares que funcionem como laboratórios de experimentação.
 - Certificar que as soluções inovadoras e disruptivas de política urbana contem com uma governança sólida para sustentá-las.

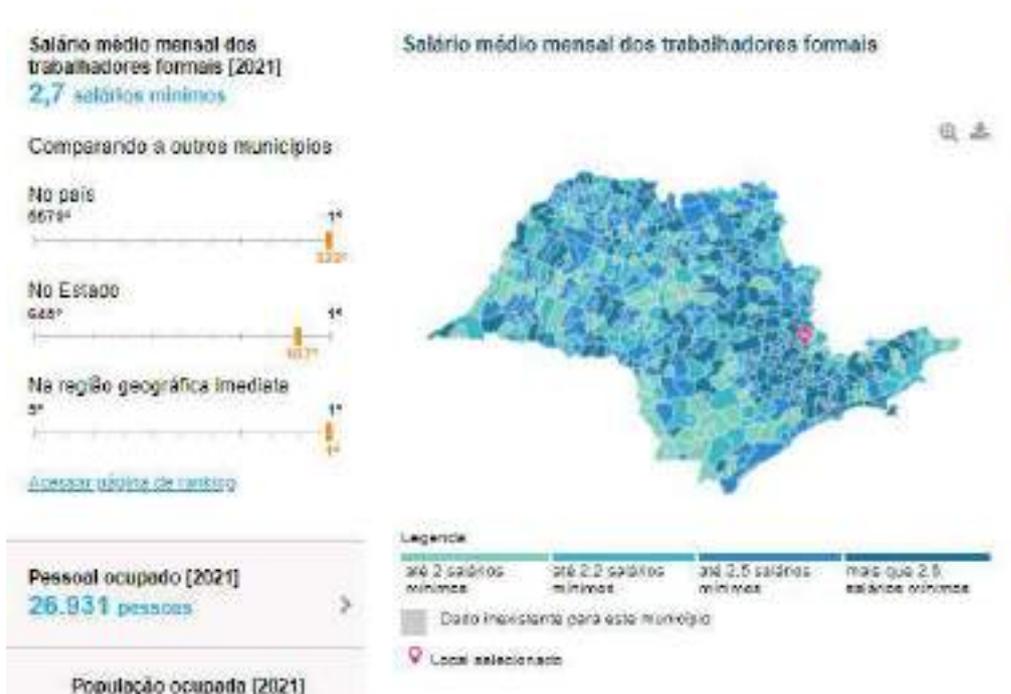
- Implantar o centro de fortalecimento para o desenvolvimento e aumento de produtividade de pequenas, médias e grandes empresas;
- Implantar o Instituto Federal do Circuito das Águas com o apoio do Governo Federal;
- Apoiar as empresas locais e ao cooperativismo para compras governamentais;
- Criar e disponibilizar a plataforma de serviços para cadastramento de MEIs, MEs e EPPs para prestação de serviços para a área pública;
- Fortalecimento e expansão do Serviço de Inspeção Municipal;
- Apoiar o fortalecimento de cooperativa de produtores rurais para fornecimento da merenda
- Implantar o centro de inovação e incubadoras de empresas de tecnologia e integração com universidades;
- Apoiar as empresas prestadores de serviços das médias e grandes empresas ;
- Reativar da cozinha escola no mercado municipal para qualificação de mão de obra;
- Apoiar a gastronomia local com receitas e produtos do SIM e da produção local;
- Criar a feira de produtos de amparo e região;
- Implantar as rotas de turismo: produtores do SIM, passeios da memória, guia da catedral, capelas da área rural, festas locais, ecoturismo para Amparo e região;
- Estimular e promover a vinda de empresas para Amparo no setor de tecnologia e mudança da matriz energética.

d. Desenvolvimento territorial sustentável (urbano/rural)

Contextualização

Amparo localiza-se a uma latitude (22°42'04") sul e a uma longitude (46°45'52") oeste, estando a uma altitude de 674 metros. Segundo dados do censo de 2022, possui 68.008 habitantes, com distribuídos num território de 445,6 km², sendo área urbana formada pela sede e pelos distritos de Arcadas e Três Pontes. Com majoritariamente urbana (79%), apresenta densidade de 152,72hab/km² (<https://meumunicipio.org.br/perfil-municipio/3501905-Amparo-SP>).

Abaixo dados do Município disponíveis no sítio do IBGE.



Área urbanizada [2019]

21,31 km²

As questões referentes à mudança climática se impõem hoje como um dos principais eixos temáticos que envolvem as discussões sobre o uso do território do Município seja no contexto urbano ou rural: os mais pobres são os mais atingidos (racismo ambiental) seja no contexto rural com a perda de solo e da necessária mudança na produção de alimentos, seja na zona urbana em razão da precariedade das construções.

As políticas públicas adotadas no Município a partir dos anos 70, produziram uma cidade espraiada, com exclusão social gerada pela expansão horizontal das cidades em periferias, inicialmente desprovidas de equipamentos comunitários e infraestrutura, e a valorização da área central.

Diante da ausência de uma política habitacional efetiva por parte do Estado, que garantisse a produção social da moradia, possibilitando assim o acesso à habitação pela população de baixa renda, esta se viu impelida a utilizar-se de variadas formas de apropriação do solo para se abrigar.

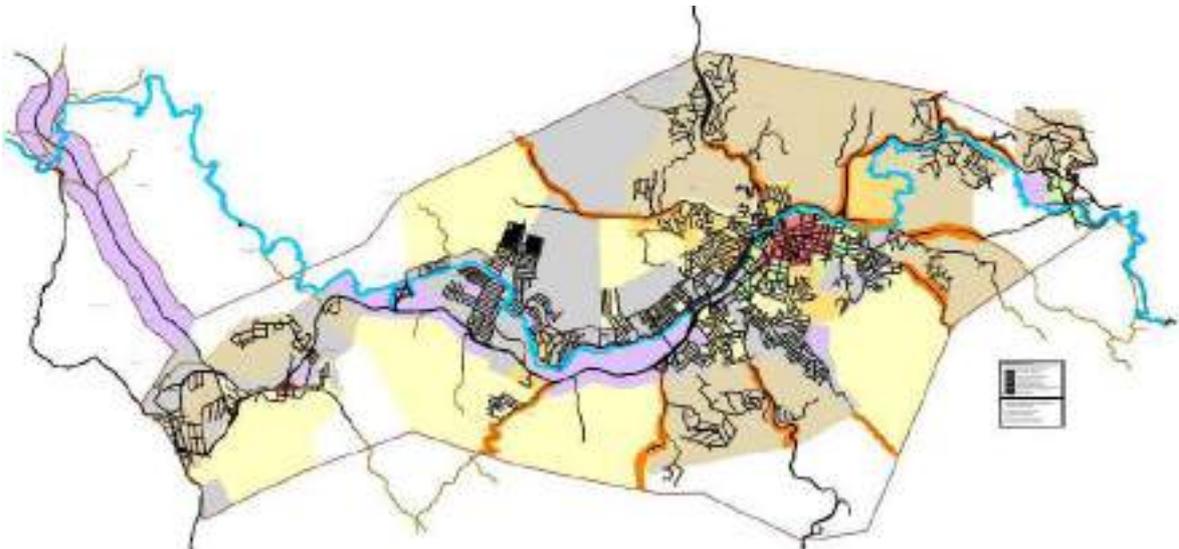
A área urbana do Município de Amparo apresenta topografia que favoreceu a implantação de um eixo de desenvolvimento ao longo do Rio Camanducaia, numa configuração linear, em fundo de vale. Essa conformação, associada a ausência de políticas públicas de controle do uso do solo ocasionou um espraiamento da cidade gerando e os vazios urbanos. Este espraiamento, que aumenta as distâncias entre bairros e área central, não foi acompanhado da devida estruturação da mobilidade intraurbana, dificultando a acessibilidade a equipamentos públicos, ao comércio e serviços.

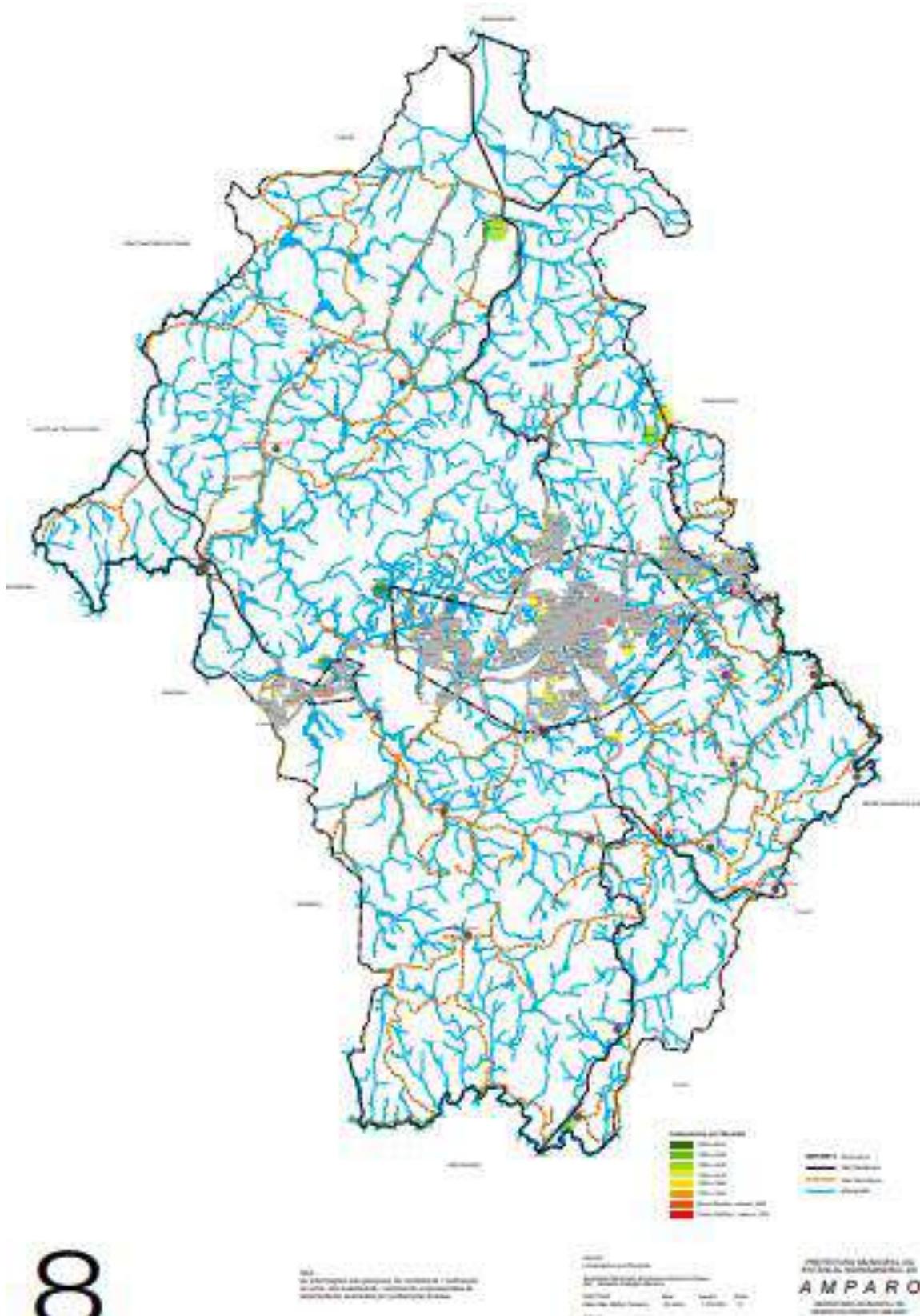
Figura 2: Loteamentos por décadas PD 2006



Fonte: PD 2006

Figura 3: Perímetro urbano atual





Apesar deste quadro, não houve nos últimos 10 anos a adoção de políticas públicas habitacionais que contemplassem o acesso a moradia principalmente para a faixa de renda de

0 a 3 salários, ou de redução das áreas de risco pelo Município. Como política urbana, adotou-se a expansão do território e a incorporação de áreas periféricas, justificando sua incorporação como redução no valor dos imóveis. Essa justificativa demonstra a contradição nas políticas públicas relativas ao desenvolvimento urbano do Município: enquanto há uma quantidade de glebas, lotes e imóveis vazios na área urbana, há aumento do perímetro urbano e dos loteamentos clandestinos na zona periurbana e rural.

Segundo estudo da Fundação Instituto de Pesquisas (FIPE) para estudos de revisão do Plano Diretor de Amparo, em 2019, afirmou-se que apesar *da tendência de diminuição do ritmo de crescimento populacional, há uma expectativa de menor número de moradores por domicílio, o que pode ocasionar um aumento de demanda por novas habitação da ordem de 3400 a 7700 novas unidades habitacionais (a depender do cenário utilizado) até o ano de 2050*. Houve assim somente a indicação do déficit quantitativo, sem apresentação da metodologia utilizada. Estes dados estariam associados ao desenvolvimento econômico da cidade.

Assim, as políticas públicas para o Município devem prever medidas para minimização de áreas de risco e diminuição da desigualdade socio espacial, já que a população de maior vulnerabilidade é a afetada pelos eventos extremos, uma vez que, em sua maioria, habitam áreas de áreas de risco (locais com declividade elevada; áreas de preservação permanente).

Por outro lado, desde 2013 houve a análise para aprovação de mais de 30 empreendimentos no Município, entre parcelamentos do solo, condomínios verticais e horizontais, muitos deles com possibilidade de financiamento bancário, mas nenhum destinado a população de 0 a 3 salários. A descontinuidade nas políticas públicas referentes ao desenvolvimento urbano e diagnósticos equivocados quanto às causas dos valores dos imóveis levou a uma política de espraiamento da cidade, reproduzindo políticas públicas adotadas nos anos 70.

O aumento do perímetro urbano, ocorrido em 2014, promoveu a inclusão de áreas com características rurais, e apesar da determinação expressa do Plano Diretor de 2006 para ocupação dos então vazios urbanos, houve a aprovação de empreendimentos sem conexão com a área urbanizada, ocasionando o espraiamento da cidade. A ausência da prévia estruturação urbana e de políticas de mobilidade urbana, levam a criação de áreas isoladas, o acesso a equipamentos públicos. Alguns dos empreendimentos apresentam sistema de saneamento isolado: abastecimento por poços tubulares (sistema isolado), com alto custo para interligação ao sistema integrado em razão das cotas de elevação onde se encontram implantados. O espraiamento da cidade gera demandas por serviços públicos de infraestrutura de saneamento básico, educação, saúde, iluminação, coleta de lixo e transporte público.

Cabe ressaltar que o espraiamento da cidade, em áreas com ausência de estruturas, a ausência de aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e não regulamentados pelo Município, contribuiu para a elevação do preço do solo urbano nas áreas dotadas de centralidade. O alto preço por sua vez contribui com a produção da irregularidade: Amparo possui mais de 30 parcelamentos irregulares, sendo que a irregularidade se apresenta de várias formas: parcelamentos do solo aprovados e registrados que não cumpriram com o consignado nos termos de compromisso, particularmente quanto a execução de obras; e parcelamentos do solo realizados sem aprovação dos órgãos competentes, de forma clandestina. Há ainda casos de reparcelamento de lotes regulares em terrenos abaixo da metragem determinada pela lei federal 6766/79.

Nesta situação de clandestinidade há parcelamentos de glebas rurais, oriundas de desmembramento de imóvel rural pelo INCRA. No desmembramento de sítios Barões do Café, parcialmente incorporado ao atual perímetro, as glebas têm sido reparceladas em terrenos com metragens urbanas.

Estes parcelamentos têm causado impactos sociais, estruturais e ambientais. Dentre os impactos ambientais estão os processos erosivos oriundos da implantação de vias e construções sem os cuidados necessários e a ausência de sistema de drenagem, que ocasionam o assoreamento de corpos d'água. Há também a contaminação dos córregos e lençol freático devido a proliferação de poços para abastecimento de água e fossas sépticas. Além disso existe a perda de áreas agriculturáveis em razão da alteração do uso do solo de rural para urbano: antes da venda a terceiros estes sítios eram produtivos.

Dentre estes parcelamentos irregulares há casos de condomínios de casas, moradias para alta renda, moradias para baixa renda, domicílios permanentes alguns localizados em glebas periurbanas (Barões do Café, Boa Vereda, Pereiras, Arcadas)

Finalmente deve ser observado que dentre as glebas rurais incorporadas ao perímetro urbano encontramos porções do território com declividade elevada sem os estudos prévios preconizados pela lei federal; bem como uma faixa ao longo da Rodovia para Santo Antônio da Posse (SP 107 Aziz Lian) de Arcadas a Duas Pontes. Esta faixa permite a ocupação de glebas localizadas em área sob influência da futura Barragem de Duas Pontes (possivelmente a ser caracterizado como Zona de Auto salvamento dada a proximidade com o vertedouro). Numa Revisão do Zoneamento, de dezembro de 2023, houve a ampliação dessa faixa ao longo da Rodovia, potencializando o risco. Nesta mesma lei houve a redução das metragens dos lotes mínimos em áreas com declividade elevada – principalmente na parte Norte da cidade.

Além do espraiamento de forma oficial da mancha urbana, ao mesmo tempo unidades edificadas através de programas sociais não são objeto de programas de pós-ocupação, com algumas vendidas ou permanecendo vazias. Há ainda casos em que o local é apropriado pelo crime organizado (tráfico de drogas). O programa de habitação lançado recentemente tem sua base na produção privada de habitação, inclusive sobre terrenos públicos oriundos de projetos de parcelamento do solo. Estes terrenos, previstos na legislação de parcelamento do solo, têm como principal objetivo a implantação de equipamentos comunitários e sua qualificação se constitui num dos amálgamas da sociedade. Por outro lado, o programa não prevê produção para moradias na faixa salarial de 0 a 3.

Portanto, na área urbana dentre os desafios da política de desenvolvimento urbano está a democratização do acesso ao solo urbano, o que inclui políticas de mobilidade urbana e habitação a preços acessíveis, o estímulo à ocupação dos inúmeros imóveis vazios da área central, fortalecimentos das centralidades de bairros já estabelecidos e qualificação dos espaços públicos.

Principais problemas:

- **Irregularidade Urbana e Irregularidade Urbanística**

Os altos custos das moradias têm trazido o aumento dos parcelamentos em zona rural e das construções irregulares que entram no mercado da habitação informal a um preço mais baixo para venda e locação, neste caso com a dispensa de apresentação de fiadores. Dentre

estas glebas estão sítios parcelados por herdeiros que individualizam as frações ideais que posteriormente as vendem a terceiros.

Dentre as causas destacamos: ausência de política habitacional voltada para faixa de renda de 0 a 3 salários (faixa de renda do CDHU acima de 4 salários); o alto custo da terra; e baixos salários dificultam o financiamento através de programas federais.

Por outro lado, a produção de habitação com baixa metragem associadas a lotes com áreas inferiores lei de parcelamento do solo federal, regulamente aprovados pelo Município têm ocasionado a produção de construções com baixa qualidade, que acabam inseridas no mercado formal de aluguéis suprimindo o mercado popular de habitação.

Ademais, projetos habitacionais privados em andamento no Município atendem faixa salarial mais alta. As ações judiciais promovidas pelo Município tiveram pouca efetividade na responsabilização dos promotores dos parcelamentos, recaindo sobre a administração pública os ônus da regularização ou realocação dos moradores.

- **Urbanização precária e impactos sociais e ambientais**

A urbanização precária em parcelamentos irregulares e em glebas em zonas rurais têm promovido impactos ambientais negativos, com degradação do solo e do aumento da poluição em razão da ausência de saneamento e destinação de resíduos.

A distância dessas áreas dos núcleos urbanizados impacta negativamente em outras políticas públicas (transporte, coleta de resíduos) devido aos custos ao município em razão do espraiamento das aglomerações urbanas.

- **Parcelamentos irregulares em razão de inexecução de obras de infraestrutura**

Ausência de controle público para cumprimento dos prazos legais têm ocasionado a responsabilização do Município em regularizar parcelamentos do solo. Estas regularizações demandam altos custos, sendo que em alguns casos não há com reaver o investimento público aplicado.

- **Ausência de programas de pós-ocupação em projetos habitacionais de interesse social.**

A ausência de programas de pós ocupação em projetos habitacionais têm promovido a reintegração de posse pela Caixa Econômica Federal de imóveis do Residencial Harmonia (vendas de imóveis, tráfico de drogas, ausência de políticas públicas);

- **A ausência de políticas públicas ligadas ao planejamento do território**

A ausência de políticas públicas ligadas ao planejamento do território, tem trazido baixa qualidade do espaço urbano, que têm sido construídos por empreendedores imobiliários. A previsão de venda de imóveis públicos destinado a implantação de equipamentos comunitários à iniciativa privada para desenvolvimento de projetos habitacionais, sem debate público, ocasiona a privatização desses espaços e deterioração da convivência social.

A ampliação do perímetro urbano com a inclusão de áreas rurais constitui-se num estímulo à produção da cidade dispersa. A ausência de aplicação de instrumentos de política urbana previstas no Estatuto das Cidades (lei 10.257/2001) dificulta o acesso á terra urbanizada, e a garantia de recursos para aplicação em projetos de interesses coletivos.

- **Ausência de políticas para regularização fundiária, urbanística e ambiental.**

A irregularidade urbana deve ser tratada de forma intersetorial, através de equipe própria capacitada, integrando-a a políticas de atualização da legislação urbanística.

Além do mais, deve ser prevista a dotação de recursos para aplicação em obras necessárias à urbanização de assentamentos precários. Atualmente, não há previsão no orçamento Municipal de recursos para aplicação nessa área.

- **Interrupção nos projetos de mobilidade urbana.**

Acompanhando a expansão territorial da área urbana, houve a adoção de uma política de mobilidade priorizado o veículo individual, em detrimento do transporte coletivo e de outros modais como bicicletas ou pedestrianismo.

No mais, há ausência de calçadas acessíveis e de arborização pública urbana que tragam qualidade ambiental e estimulem o pedestrianismo, assim como a descontinuidade na execução de rotas de ciclovias ou ciclofaixas.

O transporte coletivo recentemente objeto de concessão, apresenta itinerários que demandam longo percurso para vencer poucas distâncias, o que acaba por desestimular seu uso.

- **Aplicação de recursos públicos em áreas dotadas de infraestrutura acirrando as diferenças intraurbanas.**

As diferenças intraurbanas são um dos fatores de exclusão socioespacial. Nos últimos anos houve maior aplicação de recursos públicos em obras na área central do que em áreas periféricas da cidade e nos distritos. Não houve também estímulo ao desenvolvimento de centralidades (descentralização administrativa, posto bancário, entre outros).

- **Ausência de intersetorialidade e de comunicação interna**

A administração municipal tem promovido atualmente uma abordagem predominantemente setorial, onde cada órgão desenvolve seu trabalho sem interação com outros órgãos da administração municipal. Não há interlocução para análise e aprovação de projetos de empreendimentos e de programas de interesse comum, havendo uma desarticulação interna.

Conforme leciona DOMINICI (2017)

a falta de articulação entre as diversas partes do complexo administrativo para a elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas é ainda um grande problema a ser enfrentado.

Nossas propostas:

- **Fortalecimento e reorganização da gestão pública com Intersectorialidade**

Para enfrentar as situações do desenvolvimento urbano, das irregularidades e dos desafios impostos pelas mudanças climáticas há necessidade de:

i. primeiramente, de revisão da estrutura administrativa das secretarias envolvidas; com reestruturação das atividades e fortalecimento através da capacitação e , do trabalho intersetorial, possibilitando dessa forma maior grau de articulação em razão dos desafios colocados e objetivos a alcançar; e

ii. a manutenção e atualização das ferramentas do sistema de geoprocessamento para visão integral dos desafios impostos.

iii. articular as políticas públicas de desenvolvimento urbano aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, buscando a mitigação dos efeitos dos eventos extremos.

Desta forma, para avanço nas questões urbanas, é necessária a articulação intersetorial dos diversos órgãos da administração municipal e pessoas, o que pode ser facilitado pelas tecnologias de informação e comunicação, que possibilitam a coordenação em rede e a participação de atores sociais

- **Gestão Participativa**

Segundo os preceitos da Constituição Federal, a gestão do território deve ser feita de forma participativa. Para isso deve haver a manutenção e fortalecimento dos Conselhos existentes.

- **Revisão da legislação urbanística, inclusive do perímetro urbano e regulamentação de instrumentos do Estatuto da Cidade.**

A legislação urbana deve ser revista e atualizada, iniciando-se pela discussão acerca do perímetro urbano e da revisão do Plano Diretor. Esta revisão deve se dar de forma participativa, observando-se os preceitos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Nesse sentido, a regulamentação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, deve possibilitar a criação de parâmetros para uso e ocupação do solo em conformidade com o interesse coletivo e equilíbrio ambiental, e a capacidade da infraestrutura implantada

- **Atualização do plano de habitação e Desenvolvimento de Programas de Estímulo ao Programa de Assistência Técnica (ATHIS).**

i. Atualização do plano de habitação, com levantamento das necessidades de moradia da população, com estímulo para desenvolvimento de projetos voltados à redução do déficit habitacional, principalmente da população com renda entre 0 e 3 salários.

Esta atualização deve contemplar, de forma mais ampla o entendimento do déficit preconizado pela Fundação Pinheiro, conforme citado por Cardoso e Queiroz (2002) em seu trabalho junto a Finep, ou seja, este deve considerar

(...) número de unidades habitacionais precárias; o atendimento à demanda não solvável nas condições dadas de mercado; a demanda demográfica e a necessidade de construção de novas unidades para atender ao crescimento demográfico ; – e, finalmente, a inadequação (necessidade de melhoria de unidades habitacionais que apresentem certo tipo de carência) (...).

ii. Estímulo ao Programa de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. A ATHIS está contemplada na Lei Federal 11.888/2008 que tem como um dos seus fundamentos o direito humano à moradia, conforme expresso na Constituição Federal.

Segundo o CAU BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo:

a ATHIS procura assegurar que famílias com renda de até três salários mínimos recebam assistência técnica pública e gratuita para a elaboração de projetos, acompanhamento e execução de obras necessárias para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária de suas moradias. É uma lei de abrangência nacional, válida em todo Brasil, que reforça o direito social à moradia, valorizando bairros declarados como espaços de interesse social.

Salientando a necessidade que esses programas tenham essencialmente caráter intersetorial.

- **Desenvolvimento de programa de regularização fundiária urbanística e ambiental**

Deve ser elaborado um Programa de Regularização Fundiária onde conste as análises e indicação das prioridades de regularização pelo Município, com custos e previsão orçamentária.

- **Desenvolvimento de ações de pós ocupação em projetos de interesse social**

Para efetividade do programa de habitação há necessidade de acompanhamento da pós-ocupação por assistentes sociais. Dentro deste programa devem ser retomados os projetos intersetoriais com saúde, educação, esportes, meio ambiente e agricultura, e estimulado o uso de áreas públicas para o desenvolvimento do programa de hortas comunitárias e de educação ambiental. Esses programas visam reforçar a presença dos órgãos municipais nos vários espaços do território municipal, fortalecendo o sentimento de pertencimento dos seus moradores.

- **Redução das diferenças intraurbanas**

Adoção de políticas públicas de redução das diferenças intraurbanas através da qualificação dos espaços urbanos como forma de minimizar a exclusão socio espacial.

- **Desenvolvimento de projetos de Mobilidade Urbana.**

O desenvolvimento de programa de mobilidade urbana, com estímulo a outros modais além do transporte individual.

Dentro desta visão é necessário que um novo projeto de mobilidade urbana que leve em consideração o desenvolvimento de um programa específico de arborização pública, eis possibilitando dessa maneira a criação de condições ambientais favoráveis ao pedestrianismo, contribuindo para a redução das emissões de gases do efeito estufa.

e. Meio ambiente

Contextualização

Quando consideramos as mudanças climáticas já como emergência e propomos a gestão de *riscos* e não de *desastres*, faz-se necessária uma análise e planejamento incluindo esses aspectos em todos os eixos ambientais aqui considerados. São eles: resíduos sólidos, captação, tratamento e distribuição de água, rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário e uso do território, isto é, uso e ocupação do solo.

A abordagem sobre resíduos sólidos abrange principalmente os de responsabilidade pública, visando dar a adequada destinação a cada um, minimizando custos, gerando receita para o município, renda para movimentar a economia circular e solidária e prevenindo situações de disposição irregular, o que pode acarretar, entre outras coisas, acúmulo de vetores relacionados a doenças. Inserir o município de Amparo no contexto regional, via Consórcio Intermunicipal de Saneamento (CISBRA), de forma atuante, parece ser o caminho mais lógico para uma gestão sustentável.

A respeito da disponibilidade de água de qualidade e a universalização destes serviços, diminuir perdas hídricas e evitar desperdícios são o foco deste plano também, bem como dar continuidade nas interligações do sistema de esgoto para a estação de tratamento, até atingir 100% do esgoto tratado no município, despoluindo o Rio Camanducaia.

A abordagem sobre o uso e ocupação do território, tanto urbano como rural, pondera sobre os critérios de parcelamentos, inclusive irregulares e seus impactos na mobilidade urbana e na questão climática emergente. Aspectos sobre drenagem de água pluvial, arborização urbana, manutenção das áreas verdes dentro da área urbana, recuperando e enriquecendo a mata ciliar ao longo de córregos e rios e de nascentes. (texto entregue separadamente)

ÁREA: RESÍDUOS SÓLIDOS

Contextualização:

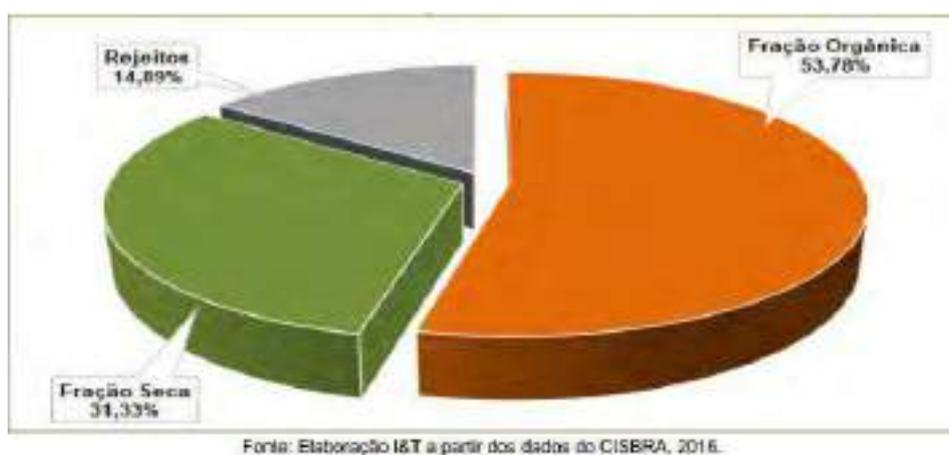
Falar de resíduos sólidos inclui necessariamente um olhar no contexto global no que se refere as mudanças climáticas. Quando pensamos na emissão de gases do efeito estufa, gerados tanto no transporte de resíduos, quanto naqueles gerados na sua disposição final. Assim, agir localmente, em Amparo, para diminuir a disposição de resíduos e trabalhar efetivamente para a disposição somente de rejeitos, como preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e

valorizar os resíduos, transformando-os em receita pública, passa a ser uma de nossas prioridades.

Amparo é um município com a população total de 68.008 (IBGE 2022) habitantes e população urbana de 58.289 pessoas (IBGE 2010), sendo expressiva a população nos Distritos de Arcadas, 11.614 habitantes e Três Pontes, 1.708 habitantes (IBGE 2010).

Quando consideramos os resíduos sólidos de responsabilidade pública, estamos nos referindo aos resíduos domiciliares (orgânicos, secos e rejeitos) e os da limpeza urbana (resíduos da varrição, poda, volumosos e da construção civil, RCC).

A estimativa de geração de resíduos domiciliares, de acordo com a gravimetria realizada na região do CISBRA (2013), é de 53,78% de resíduos orgânicos, 31,33% de resíduos secos, recicláveis e 14,89% de rejeito.



Amparo gera, diariamente 55,6 toneladas de resíduos sólidos domiciliares, o que significa 0,77kg per capita, sendo aproximadamente 30 toneladas de resíduos orgânicos, 18 toneladas de resíduos secos (embalagens) e 9 toneladas de rejeitos.

O ponto principal quando pensamos a gestão dos resíduos sólidos no município é dar a devida utilização, recuperação e destinação para cada um deles. Partindo do princípio que é bem mais fácil separar se não misturar, cabe ao poder público desenvolver estratégias de Educação Ambiental, coleta e destinação adequados para atingir esse objetivo. Prover, além de coletas seletivas, endereços onde os munícipes possam, por si só, levarem os resíduos separadamente para o correto aproveitamento e a devida destinação.

Principais problemas:

- *1- Emissão de gases do efeito estufa que agravam a situação climática emergente*
Ocorrem emissões tanto no transporte quanto na disposição final de resíduos sólidos. Pautado no Plano das Coletas Seletivas, o gráfico abaixo aponta que entre os estados brasileiros, São Paulo é o que mais emite gases do efeito estufa advindo de resíduos, apesar de ser também o estado brasileiro que mais aterros possui. Amparo, como tantos municípios de menor porte, não consegue avançar de forma isolada na diminuição de emissão de gases.

Gráfico 8 - SEEG – Emissões de GEE alocadas por Estado - 2019.



- *2- Não aproveitamento de resíduos, que geram renda e receita*
 Não há em Amparo nenhuma iniciativa de aproveitamento dos resíduos orgânicos, que representam quase 54% dos resíduos atualmente destinados ao aterro sanitário. No contexto atual, estima-se que, mesmo havendo uma fração de resíduos secos sendo destinada à cooperativa, a % não ultrapassa nem 10% do resíduo seco gerado no município.
- *3- Educação Ambiental precária ou inexistente em relação aos resíduos*
 Não há de forma continuada e permanente Educação Ambiental focada nas questões dos resíduos sólidos, principalmente os domiciliares. Os servidores públicos carecem de informações sobre o correto e devido manejo de resíduos sólidos, visando seu aproveitamento antes do descarte. As comunidades escolares e a população em gerais não atuam de forma coerente com a demanda urgente de mudança de comportamento em relação à geração de resíduos.
- *4- Gasto público com grandes geradores de resíduos privados*
 Situação de grandes geradores onde não há controle nem cobrança por serviços de coleta e destinação diferenciados do cidadão comum (resíduos secos, resíduos de serviço de saúde e resíduos de construção civil). Em estudos realizados, os grandes geradores em cidades de pequeno porte podem estar gerando em torno de 20% do custo distribuído a toda a sociedade (1).
- *5- Descarte irregular - endereços viciados- de resíduos (RCC, volumosos, domiciliares)*
 Muitos endereços e áreas são utilizados atualmente para descarte irregular, sem nenhuma consequência para o munícipe e muitas consequências para o ambiente e para a saúde. Resíduos volumosos, Resíduos da Construção Civil, Resíduos domiciliares, incluindo resíduos da Logística reversa, altamente maléficos ao ambiente.
- *6- Falta de fiscalização e de fiscais ambientais no município*

A ausência de fiscalização facilita o comportamento indesejável do munícipe em relação ao descaso e falta de postura em relação aos resíduos por ele gerado, contribuindo para a ocorrência do descarte irregular.

- *7- Falta de endereço para entrega de materiais recicláveis e outros de responsabilidade pública*

A falta de opção por parte da população em ter um endereço para a destinação correta à mão, facilita o descarte irregular e a não separação dos resíduos.

Nossas propostas:

- *1- Emissão de gases do efeito estufa que agravam a situação climática emergente*
Inserir Amparo novamente no contexto regional, via CISBRA, rever situação atual quanto aos custos de manejo dos resíduos e disposição final, focando no desvio de resíduos da rota de aterro para a rota virtuosa da economia circular e solidária de reaproveitamento dos resíduos, diminuindo distâncias, reduzindo emissões. O custo administrativo de manter o consórcio e a estabilidade da gestão dos resíduos com soluções compartilhadas têm ficado em torno de R\$ 0,504 ao mês por habitante urbano (1).
- *2- Não aproveitamento de resíduos, que geram renda e receita*
Ter iniciativas, em pequena escala inicialmente, bairros 'piloto', escolas 'chave' para desviar resíduos desta 'rota ao aterro', promovendo as coletas seletivas. Levar para o aterro somente o rejeito;
2.1- Avaliar a atual coleta de resíduos, incluindo a seletiva de secos- rotas, quantidades, destinação e propor melhoras (alteração e /ou ampliação de rotas; mudança da forma de contrato, incluindo caminhões diferenciados, estudar as situações) – rever contratos;
2.2- Iniciar programas em pequena escala, em locais 'piloto', promovendo a separação dos resíduos domésticos em três frações (rejeito, orgânico e secos);
2.3-Promover a instalação de composteiras escolares, em escolas parceiras inicialmente- projeto piloto;
2.4 - Programa de inclusão de catadores (cadastrar catadores autônomos, dialogar com Assistência Social e Vigilância Sanitária);
2.5- Acompanhar a Cooperativa existente, auxiliar na gestão e verificar possibilidades de fomento e formação de outras cooperativas, relacionadas a temática dos resíduos sólidos, mas não só;
2.6- Promover a Economia Circular e Solidária no município, através de ações concretas, dialogando com os atores locais e regionais, promovendo rodas de conversa com sucateiros locais, cadastrar os envolvidos e analisar suas condições de trabalho;
2.7-Iniciar a coleta seletiva de resíduos orgânicos numa região/bairro 'piloto' e/ou na feira de produtores;
2.8-Iniciar um programa 'FEIRA LIMPA- CORAGEM PRA MUDAR' ;
2.9- Iniciar compostagem no Parque ecológico para recebimento dos resíduos orgânicos da feira e de bairros-piloto;

2.10- Iniciar um estudo sobre Governança compartilhada e Lei de responsabilidade compartilhada (na prática é a Taxa do Lixo). Trabalhar a ideia de poluidor pagador e protetor recebedor – iniciativas de separação dos secos, compostagem, ocasionarão abatimento no pagamento, que é calculado em 3 frações.

Ilustração de possibilidades de transporte, onde na mesma coleta, se coleta separadamente resíduos orgânicos e rejeito



- ***3- Educação Ambiental precária ou inexistente em relação aos resíduos***
 - 3.1- Iniciar ações da A3P – Agenda ambiental na Administração Pública, principalmente com agentes de saúde endemias e com as escolas. Incluir servidores públicos de forma geral;
 - 3.2- Capacitar os agentes de endemia (12) e de saúde (93), totalizando 105 pessoas aptas a divulgar as ações a serem implementadas, informando a população sobre os endereços de destinação dos resíduos;
 - 3.3- Capacitar diferentes pessoas das 41 escolas públicas e 17 escolas privadas, promovendo o conhecimento das ações e divulgação às famílias através dos estudantes, além de estimular e apoiar a utilização de composteiras escolares;
 - 3.4- Implantar Programas, conforme sugerido no Plano das coletas seletivas múltiplas- *Compostar e plantar; Programa escola sustentável; programa de comunicação social.* Trabalhar Educação Ambiental implica em trabalhar a ideia de pertencimento;
 - 3.5- Ampla divulgação de ações, conceitos, propostas e bons exemplos de Educação Ambiental, através de todos os meios disponíveis.

- ***4- Gasto público com grandes geradores de resíduos privados***
 - 4.1 -Avaliar a real situação atual quanto a cobrança de serviços de coleta e destinação aos grandes geradores. Definir 'quem são os grandes geradores', quais quantidades 'os

definem' e fazer gestão em relação à destinação destes resíduos gerados (resíduos indiferenciados -RSD, resíduos de serviços de saúde -RSS, resíduos da Construção Civil - RCC, etc);

4.2-Aprovar lei para cobrança de grandes geradores, proporcional à geração de resíduos (resíduos indiferenciados – RSD), e geradores de resíduos específicos (resíduos de serviços de saúde -RSS), e pela disposição em área regulamentada (resíduos da Construção Civil), em grandes quantidades.

- *5- Descarte irregular - endereços viciados- de resíduos (RCC, volumosos, domiciliares)*
 - 5.1 - Mapear os endereços utilizados pela população para descarte irregular de resíduos;
 - 5.2 - Sinalizar o local, com placas visíveis, pontuar a infração pautada na Lei;
 - 5.3 – Executar a limpeza do local de forma corretiva, já separando os resíduos para dar a devida destinação;
 - 5.4 - Monitorar localmente, fiscalizar e dar procedimentos;
 - 5.5 - Prover um endereço para descarte, com gestão local e ampla divulgação.

- *6- Falta de fiscalização e de fiscais ambientais no município*
 - 6.1 - Promover dentro do grupo de servidores municipais e do SAAE ou unir forçar com o corpo técnico do CISBRA a formação, capacitação de fiscais ambientais com foco nos resíduos sólidos;
 - 6.2 - Atualizar a legislação para dar poderes de autuação e multas para os fiscais ambientais municipais.

- *7- Falta de endereço para entrega de materiais recicláveis e outros de responsabilidade pública*

Dar endereço para a população- eleger as áreas possíveis de recebimento. Segundo o Plano Coletas Seletivas os endereços escolhidos na ocasião foram para a CMRR, a área próxima à ETE e para os 3 ecopontos: área no Jardim Europa, área no Santa Helena e uma outra área, não definida, para a região do Jardim Brasil, além do Distrito de Arcadas. Pensando no planejamento Regional e na universalização dos serviços, o Distrito de Três Pontes utilizaria um ecoponto provido por Monte Alegre do Sul. Podemos iniciar com uma área, pequena estrutura, iniciar.

Figura ilustrativa da CMRR – Central Municipal de recuperação de Resíduos



Figura ilustrativa do Ecoponto



ÁREA: ÁGUA E ESGOTO

Contextualização:

No contexto atual, onde as mudanças climáticas se apresentam de forma tão clara, o consumo de água de forma consciente, evitando o desperdício e otimizar o processo de captação, reservação e distribuição parecem ser inevitáveis. Segundo a pesquisa de Saneamento do IBGE (2019), a rede de distribuição de água em Amparo é de 334km. Na ausência de documentação mais atual e pautada nas informações do Plano de Saneamento de Água e Esgoto (DRZ- 2012), percebe-se a necessidade de efetivo planejamento e ações nestas áreas de saneamento. Promover ações que garantam a disponibilidade e qualidade hídrica para a população é dever da municipalidade e direito de cada cidadão. Ações que promovam a

universalização dos serviços de saneamento é premissa legal. Ilustramos com informações do IBGE, no quadro a seguir:

Indicador	2017	2016	Adicional comparação
Número de economias abastecidas	42000	38814	↑
Extensão total da rede de distribuição de água	304	334	↓
Volume de água tratada distribuída por dia	11.048	9.204	↑
Volume de água consumido por dia	4.504	3.006	↑
Índice de perdas calculado	57,1	52,8	↓

Em relação ao esgotamento sanitário, as informações do IBGE são:

Indicador	2017	2016	Adicional comparação
Sistema de economias coletadas	2000	978	↑
Extensão total da rede coletora de esgoto	20	18	↑
Volume de esgoto tratado por dia	8.334	2.041	↑

Principais problemas:

- *1-Perdas hídricas, causadas por vazamentos em redes antigas, , hidrômetros não funcionais, fraudes*
A média de perda hídrica de água tratada, no sistema da rede de abastecimento é de 40%, porém o IBGE apontou perdas de 52,1% no município de Amparo.
- *2-Reservação de água tratada insuficiente para a perspectiva de novas demandas e existência de núcleos habitacionais (loteamentos) abastecidos por sistemas isolados*
As ETAs existentes não atuam no seu máximo de capacidade de reservação e muitas vezes isso acarreta falta de água em algumas localidades
- *3-Pouco ou inexistente investimento na modernização do sistema hídrico do município*
A não modernização do sistema leva a prejuízos aos cofres públicos e falta de controle e monitoramento da qualidade e eficiência do sistema
- *4-Impactos da construção da Barragem Amparo-Pedreira*
- *5-Rede de esgotamento sanitário não totalmente conectada a ETE*
Amparo apresenta 88,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, segundo IBGE (2020), o que pode ser melhorado.

- *6-Eficiência da Estação de Tratamento de Esgoto*

Nossas propostas:

- *1-Perdas hídricas, causadas por vazamentos, hidrômetros não funcionais, fraudes*
 - 1.1 Troca de redes, eleger áreas, bairros, trechos e ir avançando num cronograma exequível;
 - 1.2 Troca/substituição de hidrômetros por bairros, mapeando a cidade;
 - 1.3 Fiscalizar no intuito de flagrar ou evitar fraudes no sistema de aferição dos hidrômetros.
- *2-Reservação de água tratada insuficiente para a perspectiva de novas demandas*
 - 2.1- Construir estruturas nas ETAs existentes, ampliando sua capacidade de reservação, pautados no Plano de Saneamento de 2012 ou o mais atualizado, se houver;
 - 2.2 -Aumentar o número de reservatórios e instalar os mesmos em locais estratégicos.
 - 2.3- Melhorar a interligação dos loteamentos de sistemas isolados (água subterrânea-poços) com a rede municipal de abastecimento.
- *3-Pouco ou inexistente investimento na modernização do sistema hídrico do município*
Modernizar o sistema, instalar o monitoramento por telemetria com macromedidores no sistema, possibilitando melhor aferição e controle da rede, no caso de necessidade de manutenção, sem prejuízo no abastecimento.
- *4-Impactos da construção da Barragem Amparo-Pedreira*
Acompanhar 'em tempo real' as decisões tomadas em relação à obra que está sendo construída e avaliar possíveis impactos na qualidade de água do rio Camanducaia, mesmo sendo a construção a jusante do ponto de captação. Observar impactos na ETA de Arcadas inclusive.
- *5-Rede de esgotamento sanitário não totalmente conectada a ETE*
Levantar um estudo sobre a rede de esgoto e as conexões existentes. Ampliar as conexões e sanar possíveis problemas de escoamento.
- *6-Eficiência da Estação de Tratamento de Esgoto*
Avaliar a eficiência, acompanhar a empresa que opera o sistema e melhorar na medida do possível, inclusive com novas tecnologias de compostagem do lodo da ETE.

ÁREA: USOS DO TERRITÓRIO: URBANO E RURAL

O texto integra com a devida contextualização e abordagem as situações problema e as propostas pela área de desenvolvimento urbano/rural. Fazendo parte das propostas, segue uma lista de possibilidades de projetos a serem desenvolvidos, de forma intersetorial e transdisciplinar.

Projeto do Viveiro Municipal – Reativar o viveiro municipal, verificar as condições atuais e promover o cultivo de mudas nativas, promover distribuição de mudas, mutirões de plantio, conscientização ambiental. Promover o diálogo deste Projeto com o de compostagem de resíduos orgânicos.

Banco de áreas para Plantio: Resgatar o mapa do município de Amparo com todas as áreas verdes do município, passíveis de plantio ou não. Utilizar as áreas para plantio, recuperando-as e auxiliar aos que precisam fazer plantios para cumprimento de TCRA no próprio município,

simultaneamente ao Projeto já existente de plantio em outras áreas, fora do município, banco de áreas do Estado.

Projeto de Arborização: Setorizar o município e iniciar por setores, bairros, com diálogo com a população local, construindo responsabilidade compartilhada, lembrando que as calçadas são 'passeio público', portanto responsabilidade municipal. Já há demanda no Bairro Santa Maria do Amparo, próximo às escolas municipais lá existentes.

Projeto de recuperação de Áreas vegetação – Mata Atlântica – Mata Ciliar (um início poderia ser reavaliar a área do loteamento Santa Helena, onde 10 mil mudas foram plantadas, mas sem a manutenção, boa parte delas não vingou). Há nascente no local. Incentivar o plantio e a recuperação de áreas de nascentes, tanto na área urbana quanto rural.

Referências bibliográficas

Esportes

e-Multi

<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/acoes-interprofissionais/emulti>

Vida Saudável

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/outros/vida-saudavel>

Guia de Atividade Física para a População Brasileira – Ministério da Saúde

Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros – Esportes 2016 – IBGE

Projeto Brasília 2060 – Cultura, Esporte e Lazer – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – 2015

DIESPORTE 1 – Diagnóstico do Esporte 2015 – Ministério do Esporte

DIESPORTE 2 – Diagnóstico do Esporte 2015 – Ministério do Esporte

FIPE - Programação de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos, Análise dos INSS sobre Folha e Elaboração do Plano Diretor Produto. Política de Desenvolvimento Urbano São Paulo JULHO/2019. Disponível em https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_47_1_2_18092023105843.pdf

FINEP. Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social.2002. Disponível em https://www.caixa.gov.br/Downloads/desenvolvimento-urbano-habitacao/Coletanea_Habitare_Volume_1.pdf

Lei nº 2826, de 18 de outubro de 2002 – revisão do Código de Posturas de Município de Amparo

Plano Diretor de Saneamento Água e esgoto– DRZ- Gestão Ambiental, 2012

[Um novo enfoque para a gestão de resíduos nos planos de governo | Nexo Políticas Públicas \(nexojournal.com.br\)](http://nexojournal.com.br) (out.2020)

Plano Coletas Seletivas Múltiplas- Cisbra- Sebrae- 2023

[IBGE | Cidades@ | São Paulo | Amparo | Pesquisa | Pesquisa Nacional de Saneamento Básico | Área do setor de saneamento](#)

FRIEDBERG, E. 1993. *O Poder e a regra: dinâmicas da ação organizada*. Lisboa: Instituto Piaget.

FOUCAULT, M. 1987. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Editora vozes.

SAINT-PIERRE, H.L. 1995. *Max Weber - Entre a paixão e a razão*. Campinas: Editora da UNICAMP.

MOTTA, P.R. 1991. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. Rio de Janeiro: Record. 2ª. edição.

BARNARD, C.I. 1971. *As funções do executivo*. São Paulo: Editora Atlas.

RAMOS, A.G. 1989. *A nova ciência das organizações: um reconhecimento da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2ª. edição.

CECÍLIO, L.C.O. 1986. *É possível trabalhar o conflito como matéria prima da gestão em saúde?* Campinas:

ARENDDT, H. 2001. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 3ª. edição.

PASTANA, H. 2001. *Teoria revolucionária para a política atual*. São Paulo.

MILTON, S. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

MATUS, C. 1987. *Planificación, Política y Gobierno*. Caracas: Fundación Altadir.

MATUS, C – Líder sem Estado-Maior – 2000.

DAGNINO, M. e COSTA, G. – *Gestão Estratégica Em Políticas Públicas* – Editora Alínea – 2013;

MIOTTA, P - Capítulo 12 – *Dinâmicas e Obstáculos no Processo Decisório*.

TREVAS, V e CHERUBINI, M (organizadores) – *Consórcios Públicos e a Agenda do Estado Brasileiro* – Editora Fundação Perseu Abramo – 2012; COSTA, S e MIOTTA, P. – *O desafio do consorciamento em saneamento e em resíduos sólidos*.

MIOTTA, P; CARAZZATO, J e SOUZA, L – *Manual de Orientação para Elaboração e Revisão do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência* – Fundação Abrinq – 2022.

Autores: Textos produzidos pelos integrantes do Grupo de Análise de Políticas de Inovação GAPI/Unicamp. Apostila: Estrutura de Governo para a Gestão Estratégica Curso de Gestão Estratégica Pública em Municípios - Programa de Educação à Distância GEPEAD/ EXTECAMP – UNICAMP – 2007